

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PRISCILA OLIVEIRA PEREIRA

MISSÃO PORTELLA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM 1974: O PROCESSO
DE INDICAÇÃO DOS FUTUROS GOVERNADORES

FLORIANÓPOLIS

2021

PRISCILA OLIVEIRA PEREIRA

***MISSÃO PORTELLA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM 1974: O PROCESSO
DE INDICAÇÃO DOS FUTUROS GOVERNADORES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiani Bereta da Silva.

FLORIANÓPOLIS

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pereira, Priscila Oliveira

MISSÃO PORTELLA NO JORNAL O ESTADO DE S.
PAULO EM 1974: : O PROCESSO DE INDICAÇÃO DOS
FUTUROS GOVERNADORES / Priscila Oliveira Pereira. -- 2021.
120 p.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiani Bereta da Silva
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação , Florianópolis, 2021.

1. Missão Portella.. 2. O Estado de S. Paulo.. 3. Culturas
Políticas.. I. Silva, Prof.^a Dra. Cristiani Bereta da . II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação . III. Título.

Priscila Oliveira Pereira

**“MISSÃO PORTELLA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM 1974:
O PROCESSO DE INDICAÇÃO DOS FUTUROS GOVERNADORES”.**

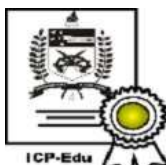
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:



Orientadora:

Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente

Marcio Roberto Voigt

Data: 18/03/2021 15:57:02-0300

CPF: 579.645.999-68

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Membro:

Doutor Márcio Roberto Voigt
Universidade Federal de Santa Catarina



Membro:

Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 18 de março de 2021.

Dedico este trabalho às minhas avós, Helena e
Alda (*in memoria*).
Ao meu esposo, Nico.

AGRADECIMENTOS

Eu fico imensamente alegre e orgulhosa de concluir o mestrado na UDESC, uma universidade, pública, gratuita e de qualidade.

Registro minha especial gratidão à minha orientadora Cristiani Bereta da Silva, por sua dedicação, supervisão e tenacidade nos cenários difíceis durante o processo do mestrado, que foi importante incentivo e apoio para concluir este trabalho. Também, à professora Cristiani, pelas reuniões do grupo de estudos do Laboratório de Ensino de História (LEH), foram momentos ímpares durante o mestrado. Conviver ao longo do mestrado com essa galera do LEH (Andréa, Carina, Beth, Karla, Elaine, Célia, Rosiane e Malcon) foi enriquecedor tanto como ser humano como professora de história. Um agradecimento muito especial à Anne e à Adriana, que me abraçaram como filha e seguraram minha mão até fim!

Agradeço aos professores Reinaldo Lohn e Márcio Voigt por aceitarem participar da minha banca de defesa, pela leitura atenciosa do trabalho e as contribuições que, definitivamente, enriqueceram o texto. Agradeço também aos professores que compartilharam seus ensinamentos e reflexões durante as disciplinas, as palestras e as pausas do café: Luciana Rossato, Caroline Cubas, Mariana Joffily, Nashla Dahás e Reinaldo Lohn.

Agradeço aos amigos incríveis e inesquecíveis que encontrei em Florianópolis: Dulce, Dani, Natália, Lena, Suely, Josana, Nara, Patrícia, Bia, Vinicius, Talita, Kawanni, Jonh Lennon, Camilla, Lucas, Martin, Raquel, Tiago e Vitor.

Agradeço aos meus sobrinhos de coração que sempre me alegram com sua presença, longe ou perto: Pedro, Giovana, Joel, Alice, Miguel, Sofia, Eliézer, Helena, Chico, Gabriel, Henrique e Thomas.

Agradeço às minhas amigas de quase infância Amanda e Jack.

Agradeço aos meus pais, Marileide e Aluisio Junior, pelo exemplo de vida. À minha irmã, Lo, eterna companhia. E aos meus avôs, Antenor e Aluísio.

Agradeço aos meus sogros, Francisco e Iraci, por proporcionarem, a mim e ao Nico, fazermos o mestrado em Florianópolis.

Agradeço ao amor da minha vida, esposo e companheiro da jornada de mestrado, Nico. Fomos dois mestrandos em apuros, mas vencemos!

Agradeço a Deus pela vida e por ter feito os seres humanos com essa capacidade de contar histórias.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1985, p. 224-225)

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar a representação política da *Missão Portella* no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1974, com ênfase nas visitas do senador Petrônio Portella aos estados brasileiros, pois o presidente Ernesto Geisel, antes de assumir a presidência da República, em 15 de março de 1974, designou o presidente nacional da ARENA, Petrônio Portella, para consultar os seus correligionários sobre as preferências de possíveis candidatos para a sucessão dos governadores. As fontes utilizadas foram notícias e charges do periódico, além dos relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) do ano de 1974, e o corpo documental foi analisado por meio da categoria de culturas políticas. Essa investigação partiu do pressuposto que a *Missão Portella* articulou características de uma cultura política de conciliação e de acomodação das disputas políticas vigentes no período de redemocratização. A pesquisa indicou que os conflitos político-partidários, durante a ditadura militar, no interior da ARENA, aconteciam, principalmente, entre os ex-udenistas e ex-pessedistas – mesmo já extintas essas legendas, os políticos tradicionais ainda se identificavam com elas. Dessa maneira, o governo precisou negociar as disputas pela máquina estadual. Assim, para as eleições de 1974, uma das estratégias do governo Geisel foi acomodar esses subgrupos arenistas, visando a unificação partidária. Apesar da derrota eleitoral da ARENA no Senado, nessa eleição, os políticos tradicionais retomaram o poder nos seus estados.

Palavras-chave: *Missão Portella. O Estado de S. Paulo. Culturas Políticas.*

ABSTRACT

This master thesis aims to analyze the political representation of the *Portella Mission* in the newspaper *O Estado de S. Paulo* in 1974, with emphasis on senator Petrônio Portella's visits to the Brazilian states, because president Ernesto Geisel, before assuming the presidency of the Republic, on March 15, 1974, appointed the national president of ARENA, Petrônio Portella, to consult his coreligionists about preferences on possible governors' candidates. The sources used were news and cartoons from the periodical, in addition to reports from the National Information Service (SNI) from 1974, and the documentary was analyzed through the category of political cultures. This investigation was based on the assumption that *Portella Mission* articulated characteristics of a political culture of conciliation and accommodation of political disputes during the period of redemocratization. The research indicated that the political-party conflicts, during the military dictatorship, within ARENA, took place mainly between ex-udenistas and ex-pessedistas – even though these parties were already extinct, traditional politicians used to identify themselves this way. So, the government had to negotiate the disputes for the state machine. Thus, for the 1974 elections, one of the Geisel government's strategies was to accommodate these ARENA subgroups, trying to achieve party unification. Despite the electoral defeat suffered by ARENA in that election, traditional politicians returned to power in their states.

Keywords: *Portella Mission. O Estado de S. Paulo. Political Cultures.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Lugar ocupado pela charge numa das páginas do jornal O Estado de S. Paulo	18
Figura 2 - Político piauiense Petrônio Portella	23
Figura 3 - Pelada dos arenistas	31
Figura 4 - Eleição do futuro presidente	34
Figura 5 - Paulo Egydio em Brasília	37
Figura 6 - Portella em São Paulo	41
Figura 7 - A encenação política	44
Figura 8 - Portella consulta os arenistas	47
Figura 9 - Portella coordena o jogo político	56
Figura 10 - A aceleração do tempo do político	59
Figura 11 - Políticos esperam audiência com Portella.....	61
Figura 12 - A espera da sucessão	66
Figura 13 - O menino travesso	74
Figura 14 - Portella, o cangaceiro	77
Figura 15 - Relatórios da sucessão	84
Figura 16 - O filtro sucessório	88
Figura 17 - O caldeirão político	94
Figura 18 - O choro da ARENA	98
Figura 19 - Encerramento do ano legislativo	99

LISTA SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRS	Centro de Pesquisa Científica
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Partido Republicano
PRP	Partido da Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
REDE	Rede Sustentabilidade
SNI	Serviço Nacional de Informação
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	LANÇAMENTO DA <i>MISSÃO PORTELLA</i> NO TEMPO DO POLÍTICO	26
2.1	A ELEIÇÃO INDIRETA DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA 32	
2.2	A <i>MISSÃO PORTELLA</i> VAI À SÃO PAULO	35
2.3	A <i>MISSÃO PORTELLA</i> EM BUSCA DE CONSENSO NO RIO GRANDE DO SUL ..	46
2.4	A FUSÃO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E GUANABARA	51
3	<i>MISSÃO PORTELLA</i> FORTALECE O TEMPO DO POLÍTICO NOS ESTADOS 55	
3.1	GOIÁS, ACRE, AMAZONAS E PARÁ RECEBEM O COORDENADOR DA SUCESSÃO ESTADUAL	57
3.2	ESPÍRITO SANTO, DESAFIO DA CONCILIAÇÃO POLÍTICA	63
3.3	O SENADOR PETRÔNIO PORTELLA E A ABERTURA POLÍTICA.....	69
4	<i>MISSÃO PORTELLA</i> DESPERTANDO AMBIÇÕES NO TEMPO DO POLÍTICO 77	
4.1	BAHIA, ALAGOAS E SERGIPE CONTEMPLADOS COM A <i>MISSÃO PORTELLA</i> ..	80
4.2	PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ RECEPCIONAM O SENADOR PETRÔNIO PORTELLA.....	84
4.3	PARANÁ E SANTA CATARINA PARTICIPAM DA <i>MISSÃO PORTELLA</i>	88
4.4	MARANHÃO, PIAUÍ E MATO GROSSO	90
4.5	A ÚLTIMA VIAGEM: MINAS GERAIS	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, vive-se um período de intensas interpelações sobre as questões referentes a um "passado que não passa". Questões, muitas vezes, acompanhadas de discursos radicais e violentos contra a participação, cada vez maior, nos cenários públicos e políticos de sujeitos marginalizados socialmente: mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+, entre tantos outros. Tais grupos tiveram alguns direitos reconhecidos e assegurados na Constituição Federal de 1988, no contexto de redemocratização, assim, a ascensão deles, nas disputas eleitorais, e, consequentemente, no parlamento, tem sido uma árdua conquista no avanço da ampliação do Estado Democrático de Direito. Entretanto, ao mesmo tempo, há cortes de direitos sociais e trabalhistas, importantes, e redução de orçamentos em áreas significativas, como educação e saúde.

A saber, somente nas eleições de 2018 que o Brasil elegeu, pela primeira vez, uma mulher indígena como deputada federal pelo Estado de Roraima, Joênia Wapichana (REDE-RR). Isso representa o quanto a esfera política ainda é dominada por políticos homens e formas de fazer política tradicionais.¹ Ainda, historicamente, tem-se uma maioria de homens brancos que permaneceram décadas no governo, tanto em regimes democráticos como em regimes ditatoriais, mostrando que as instituições públicas brasileira têm sido majoritariamente ocupadas por eles.

Além disso, as memórias sociais brasileiras permanecem em constantes embates, principalmente, após a eleição do presidente da República Jair Bolsonaro, em 2018, um político que defende explicitamente a experiência da última ditadura militar. Seu governo tem sido palco de diversos conflitos, muitos por suas declarações autoritárias. Nessa esteira, há grupos conservadores, apoiadores do presidente ou não, que têm se debruçado em elaborar perspectivas sobre o passado, segundo os quais, há cerca de 40 anos, antes do advento da chamada Nova

¹ Concebeu-se a definição de políticos tradicionais a partir da conceitualização do pensador Marx Weber (2011). Na sua análise sobre a formação do Estado Moderno no Ocidente, surgiu uma nova categoria, a dos políticos profissionais. Para Weber, "são possíveis múltiplas formas de dedicação à política", no entanto, cabe destacar duas: a primeira é que "todos exercitamos 'ocasionalmente' a política ao introduzirmos nosso voto em uma urna", e, a segunda é a dos políticos profissionais que vive "para" política e vive "da" política. Aqui se remete, também, à ideia da "bancada de parentes" esquadrinhada pela historiadora Schwarcz (2019), que apresenta alguns exemplos atuais dos vínculos familiares dos parlamentares. No cenário atual, Schwarcz (2019, p. 84) traz o caso do Piauí: "Iracema Portella (PP), filha de um ex-governador e de uma ex-deputada federal, conseguiu mais um mandato na Câmara, enquanto seu marido, Ciro Nogueira (PP), foi reeleito para o Senado". A família Portella começou na esfera política com o Petrônio Portella, tio da Iracema Portella, que será apresentado na próxima página, personagem político central desta dissertação. Portanto, o entendimento é que os políticos tradicionais são aqueles que constroem uma carreira na política tendo sucessivos mandatos e criando um capital político que se expande, ao longo do tempo, para membros da sua família, como o cônjuge, filhos, irmãos e netos, consolidando o grupo familiar na política.

República, o país seria livre da corrupção e dos comunistas, em alusão à ditadura. Apresentam também um país que seria economicamente forte, seguindo as instituições tradicionais estabelecidas através da ordem.

O processo de redemocratização brasileira alcançou seu auge em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que reestabeleceu o Estado Democrático, embora essa transição tenha começado ainda em 1974, com a posse da presidência da República pelo General Ernesto Geisel. Foram 14 anos de discussões, diálogos e negociações, assim como, de repressão, tortura, violência e resistência, onde figuras políticas importantes ficaram conhecidas, por exemplo, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, José Sarney, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Petrônio Portella.

E, especificamente, este estudo debruça-se no caso do senador Petrônio Portella, eleito pelo Piauí, o qual participou diretamente do projeto de abertura política traçado pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que ficou marcado como um processo “lento, gradual e seguro”. O objeto é, portanto, a primeira *Missão Portella*, que se apresentou na imprensa como um termo para designar a atuação política do senador Portella em 1974. Assim, o principal objetivo é analisar sua representação política no jornal *O Estado de S. Paulo* nesse mesmo ano², a fim de compreendê-la, explorar suas motivações, investigar seus significados, identificar sua viabilidade e perceber seu impacto na redemocratização do país.

A alcunha *Missão Portella* foi uma construção da imprensa.³ A primeira vez em que se identificou o nome *Missão* nos jornais foi quando o deputado federal e presidente nacional do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Rondon Pacheco, em 1970, foi escolhido pelo Presidente-General Médici para coordenar a indicação dos futuros governadores, que resultou, em alguns estados, na indicação de nomes técnicos que desagradaram as lideranças locais, por exemplo, em Santa Catarina (DUWE, 2016), no Piauí (SILVA, 2014), no Amazonas e no Espírito Santo (DUARTE, 2014). Como resultado, a ARENA entrou em crise, tornando nítidas as divergências internas.

Na década de 1980, também se identificou o uso do termo *Missão Sarney*. Em que pese, a *Missão Sarney* diz respeito à incumbência política do presidente nacional do Partido Democrático Social (PDS), senador José Sarney, que, a mando do presidente João Figueiredo,

² Esta investigação vincula-se ao Grupo de Pesquisa Ensino de História Memória e Culturas (UDESC/CNPq), que conta com financiamento da FAPESC por meio de chamadas públicas de apoio a infraestrutura dos grupos de pesquisa da UDESC.

³ Toma-se por base a pesquisa feita no Arquivo do Ernesto Geisel, na leitura da obra *Ernesto Geisel* e na imprensa, de forma breve, antes de selecionar o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte histórica nesta dissertação para sustentar essa afirmação.

visitou os estados para avaliar o cenário do partido. A perspectiva da missão de José Sarney não tinha o intuito de definir candidatos ao governo estadual, mas, tão somente apresentar um diagnóstico do partido ao presidente Figueiredo. E quanto ao PDS, este nasceu após o fim do bipartidarismo, em 1979, recebendo os políticos da extinta ARENA.

O período do General Ernesto Geisel à frente da ditadura teria como um dos principais objetivos a “abertura política”⁴ rumo à democracia restrita por meio da política de distensão⁵. Elaborada pelo Poder Executivo, essa política de distensão visava ações para atenuar as estruturas de repressão, consolidadas nos anos anteriores pelos governos militares como as torturas, as execuções, o arcabouço jurídico, o bipartidarismo e a censura aos meios de comunicação. Em outras palavras, serviu como base de controle para a desestruturação do aparelho repressivo do Estado e, ao mesmo tempo, promoveu uma aproximação com o partido de oposição, mas mantendo o partido do governo majoritário, tudo isso tendo como parâmetro a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (ALVES, 2005).

No contexto internacional, o início do mandato do presidente Geisel coincidiu com a pressão externa que se intensificava contra a ditadura militar brasileira (LEMOS, 2018). Do dia 30 de março 1974 a 5 de abril do mesmo ano, “o Tribunal Bertrand Russell⁶ reuniu-se em Roma para examinar denúncias de violação de direitos humanos na Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai.” (LEMOS, 2018, p. 163). Na França, os exilados brasileiros formaram um Comitê de Anistia para denunciar as torturas e os desaparecimentos. A Igreja Católica também se mobilizou no exterior, denunciando as graves violações de direitos humanos. Esses são alguns dos acontecimentos que corroboraram para a deterioração da imagem do Brasil no exterior, assim como reverberou no projeto de abertura política do governo Geisel.

Nascer na década de 1990, o que significou vivenciar os debates em torno das eleições para presidente da República, despertou meu interesse pela política. Os anos eleitorais movimentavam a minha cidade natal, Teresina-PI, de forma significativa, impactando a paisagem urbana, tomada por imagens de políticos, seja nas ruas, nos postes de luzes, nas portas

⁴ O projeto de abertura política do General Ernesto Geisel foi idealizado juntamente com o General Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, tendo como modelo a Doutrina de Segurança Nacional. Discussão aprofundada, ver Alves (2005).

⁵ Compreende-se a política de distensão como um projeto de poder que esse grupo militar tinha para o Brasil, no entanto, é importante frisar que muitas mortes, torturas e desaparecimentos continuaram acontecendo durante o governo do Ernesto Geisel (NAPOLITANO, 2014). Sobre as diversas correntes nas Forças Armadas, ver Martins (2019).

⁶ O Tribunal de Russel ou Tribunal de Estocolmo surgiu na década de 1960 com o intuito de averiguar os crimes cometidos pelos Estados Unidos na guerra contra o Vietnã. A formação de um tribunal internacional para julgar os crimes de guerra foi criado pelo filósofo britânico Bertrand Russel, que convidou personalidades com prestígio internacional, como filósofo francês Jean-Paul Sartre, para compor a corte (TOSI, 2014).

das casas e nas camisetas que eram amplamente distribuídas. Em leituras a respeito de políticos piauienses, como Oliveira (1993), Kruehl (2006), Barros (2006) e Tavares (2012), surgiram falas sobre a *Missão Portella*. O que provocou uma inquietação, devido ao Piauí ser um estado sem projeção no cenário nacional e, naquele instante, possuir um político local com participação importante na história do país.

Logo, o interesse em pesquisar a *Missão Portella* emergiu das leituras dos jornais do Piauí e das bibliografias que apresentavam referências ao envolvimento do senador em incumbências políticas, e muitas delas o exaltavam como arquiteto da abertura durante a ditadura militar⁷. Nesse período governado por militares, Portella foi um civil que dialogou com os militares que estavam no Palácio do Planalto, com os políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, com os líderes dos sindicatos e com os setores civis da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, em especial, com a imprensa, constituindo-se numa “ponte” entre o regime e muitos dos que visavam a redemocratização do país. Além do mais, agiu para construir e consolidar o partido do governo, a ARENA.

De acordo com Carlos Fico (2002, p. 199), existem “episódios ainda nebulosos” no período da ditadura militar, sendo a *Missão Portella* um desses, a qual ele chama de “diálogos na meia luz”. Portanto, pesquisar sobre a mesma é uma possibilidade de potencializar os estudos sobre a construção da democracia pós-ditadura. É refletir, historicamente, como a transição democrática brasileira foi articulada nos meios políticos e institucionais ainda sob a tutela dos militares. E, ainda, perceber alguns vetores que compõem as bases nas quais hoje está firmada a nossa “frágil democracia”, por exemplo, a relevância do regionalismo no funcionamento do sistema político-partidário, as culturas políticas acionadas no período, as negociações dos interesses políticos, sociais e econômicos no final do regime ditatorial e o sistema de representação eleitoral.

A *Missão Portella* ocorreu em três momentos diferentes. Seguindo a cronologia, a primeira missão ocorreu em 1974, quando Portella exercia a função de presidente nacional da ARENA com a finalidade de coordenar a escolha dos candidatos à sucessão estadual pelo partido. A segunda, que aconteceu em 1976 e 1977, diz respeito aos diálogos entre Petrônio Portella e o MDB, visando à aprovação das reformas propostas pelo Poder Executivo no

⁷ Na dissertação, emprega-se esse termo na perspectiva de historiadores que consideram de natureza militar a política, a dinâmica e o poder de decisão. É o caso de Napolitano (2014), Fico (2017), Motta (2014) e Martins Filho (2019). Esse, porém, não é um debate encerrado na historiografia. Parte dos estudiosos desse período ditatorial também a chamavam de ditadura civil-miliár, conforme Reis (2000) e Grinberg (2009), e outra vertente a denomina ditadura empresarial-militar, a exemplo, Lemos (2018).

Congresso Nacional. Ademais, a respeito dessa segunda fase, é importante sinalizar que o senador Portella se afastou da ARENA e se apresentou como um porta-voz do governo Geisel no Parlamento. Então, o governo apostou novamente na força política da *Missão Portella* para dialogar e negociar com o MDB, com os sindicatos e com as organizações civis em busca da viabilização do processo de abertura conforme os parâmetros dos militares. Havia tensões e conflitos permeando as relações políticas, sendo assim, a função do diálogo era no sentido de acomodar demandas e de fazer os envolvidos aderirem ao projeto do governo.

A terceira fase ocorreu brevemente no governo Figueiredo, em 1979.⁸ Portella, convidado pelo General João Figueiredo para compor seu governo na pasta do Ministério da Justiça, dialogava e negociava com as entidades representativas da sociedade civil, como a OAB, a CNBB e a ABI, além das lideranças sindicais, como o Luiz Inácio da Silva⁹, que na época era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os parlamentares e o governo, visando a adesão e a conciliação no que tange à Lei da Anistia e a Reforma Partidária.

Essa divisão cronológica se constituiu nitidamente na imprensa. Quando foi pesquisado, no acervo do jornal *O Estado de São Paulo*, sobre a missão, constatou-se que o nome *Missão Portella* predominou nos anos 1974, 1977, 1978 e 1979, porém, nos anos 1975 e 1976 apareceu com menos frequência. Bahiense (2018) escreveu uma tese sobre a trajetória política do Petrônio Portella, focando, em um dos capítulos, na *Missão Portella*, operacionalizando esse mesmo recorte das temporalidades das missões. Sua tese de doutorado enfocou o período de 1963 a 1980, do começo do mandato de governador do Piauí ao cargo de Ministro da Justiça.

⁸ Petrônio Portella faleceu em 6 de janeiro de 1980, aos 54 anos, em Brasília. No começo do ano de 1980, o ministro da Justiça, Petrônio Portella, em viagem oficial à Santa Catarina, encontrou-se com o governador Jorge Konder Bornhausen para tratar dos atos de protesto contra o presidente Figueiredo organizado por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina em 30 de novembro de 1979, o acontecimento ficou conhecido como “Novembrada”. Alguns estudantes foram presos enquadrados nos termos da Lei de Segurança Nacional. Importante enfatizar que o AI-5 já havia sido extinto em 1978. Entretanto, ainda permaneceram instrumentos jurídicos para coibir a sociedade. Ainda durante a viagem, Portella se sentiu mal em Laguna, sendo atendido por um médico local, assim, não conseguiu cumprir toda sua agenda oficial no estado e retornou à Brasília. Ao chegar na capital federal, deu uma entrevista dizendo que se sentia bem e desmentiu as notícias divulgadas na imprensa de que teria tido um infarto. Em seguida, foi para sua residência. Um dia depois, o governo distribuiu uma nota oficial comunicando o falecimento do ministro Petrônio Portella, sobre o qual atribuiu a morte a um choque anafilático, porém, houve divergência entre os médicos de Brasília e o médico de Laguna sobre o que teria causado a morte. Tal fato reverberou na imprensa levando até a Revista Veja a fazer uma investigação. Em suma, Marcos Napolitano (2014, p. 285) enfatiza que “em janeiro de 1980, morria Petrônio Portella, deixando o regime sem o seu principal articulador político com a sociedade civil”. Penso que essa frase elucida sobre a atuação política desempenhada por Portella durante o governo Geisel e início do mandato do governo Figueiredo. Para saber mais sobre a morte de Petrônio Portella, ver Bahiense (2018) e Tavares (2012).

⁹ Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula, em 2003, assumiria a presidência da República pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula governou por dois mandatos consecutivos entre 2003 e 2010. Além disso, elegeu sua sucessora, a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2010.

Assim, os nossos trabalhos se aproximam, na medida que têm o mesmo objeto de estudo. Porém, se afastam quanto à abordagem e aos referenciais teóricos. Bahiense (2018) compreende o político Portella como um intelectual colaborativo, na perspectiva gramsciana, e como um soldado defensor da ditadura. Todavia, o intuito desta investigação é explicar e estabelecer conexões a partir das culturas políticas brasileiras. Além disso, Petrônio Portella é aqui entendido na condição de político profissional capaz de atuar em um campo visando continuar na política.

Posto isso, foram identificadas lacunas a respeito da *Missão Portella* no levantamento bibliográfico realizado no início da pesquisa. A primeira diz respeito às viagens realizadas por Petrônio Portella aos vinte estados brasileiros, visto que há pesquisas que citam essas visitas em São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina (BAHIENSE, 2018; DUARTE, 2014; DUWE, 2016; MANFFRÉ, 2014). A segunda compreende o deslocamento da *Missão Portella* de uma dimensão exclusivamente partidária, tornando-se mais abrangente e aproximando-se da esfera da política institucional do Executivo, chegando a compor o “grupo restrito do conselho político de Ernesto Geisel” (FICO, 2011, p. 321).

A terceira, aqui considerada a mais sensível e problemática, é sobre a participação de Petrônio Portella na elaboração da Lei da Anistia na forma como foi proposta pelo governo ao parlamento (FICO, 2011). A Lei da Anistia representou um pacto de conciliação nacional que, por um lado, permitiu a volta dos exilados políticos, e, por outro, isentou os crimes dos agentes do Estado perpetradores da tortura, do desaparecimento de pessoas e praticantes da violência.¹⁰

Lançando um olhar sobre a conjuntura estabelecida a partir de 1964, que termina em 1988, pode-se perceber que diversos processos políticos e sociais impulsionaram a abertura política do país, dentre os quais está a *Missão Portella*. Dessa forma, a investigação aqui proposta parte da seguinte pergunta: As intenções e os desdobramentos da *Missão Portella* podem ser compreendidos como um indício do manejo de aspectos de uma cultura política de conciliação e de acomodação das disputas políticas vigentes no período de redemocratização? No entanto, constata-se, no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1974, que a missão foi presença constante em suas páginas, o que aflora outros questionamentos: Qual o papel público da *Missão Portella*? Quais foram as incumbências políticas cumpridas por ela? Qual a sua contribuição para abertura política? Qual o discurso político assumido por ela? Como a grande imprensa a representou?

¹⁰ Informa-se, de antemão, que não foi possível sanar todas as lacunas a respeito da *Missão Portella* nesta investigação.

Esses questionamentos e o próprio objeto de pesquisa permitem uma abordagem teórico-metodológica a partir da história do tempo presente, dentro dela, a pesquisa se insere na linha de pesquisa de culturas políticas e sociabilidades. O que possibilita a construção dessa dissertação a partir de um diálogo importante entre as esferas da política, da imprensa e da história que envereda questões pertinentes ao domínio do tempo presente. Com efeito, essa perspectiva tem feito diversos empreendimentos e busca refletir sobre as nuances do modo de fazer e pensar a História (ROUSSO, 2016).

Levantam-se questões de diversas naturezas, tais como, quais os mecanismos e os conteúdos são mobilizados para negar que houve uma ditadura? Muitos dos que negam argumentam que os três poderes funcionavam, os partidos políticos estavam ativos e as eleições continuavam. Além dos aspectos institucionais, também existem as memórias dos que relatam terem vivido naquela época e não presenciaram violência, repressão, desaparecimento ou morte pelo Estado brasileiro; ou que isso só acontecia com os considerados subversivos. Os militares tinham como projeto não se parecer com a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Portanto, não ser considerada uma ditadura era um projeto da própria ditadura militar que parece ter se realizado décadas depois como memória. De tal modo, a ditadura manejou imagens e discursos que, atualmente, servem aos negacionistas para negar o regime ditatorial dos militares.

Diante de indagações sensíveis e memórias diversas, a história do tempo presente vem auxiliar nessa compreensão das nuances históricas que se configuram na historiografia como o “passado que não passa”. Tal expressão é um conceito proposto por Rousso (2016) e se mostra muito potente para compreender e explicar os temas considerados sensíveis no contexto histórico francês. Por exemplo, a ditadura de Vichy, que esteve envolvida no colaboracionismo francês durante a ocupação alemã. Assim, foi uma formulação apropriada por causa da “dificuldade de classificar as catástrofes do século XX na categoria de um passado encerrado.” (ROUSSO, 2016, p. 218).

Rousso (2016), no prefácio à edição brasileira do seu livro *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*, destaca a sensibilidade na maneira de tratar os efeitos do período de “violência política que deixaram rastros e cicatrizes duradoras” no contexto brasileiro, assim como, na França. Admitidas as devidas diferenças históricas entre os dois países, considera-se, portanto, que o conceito “passado que não passa”, possibilita compreender o cenário atual do Brasil mencionado anteriormente. A *Missão Portella*, como acontecimento, está encerrada, mas seus impactos e significados permanecem vivos e atuantes na política brasileira.

A partir do pós-guerra, nos países europeus, surgiram instituições de pesquisas históricas para se debruçarem sobre temáticas relacionadas às duas Guerras Mundiais, ao Nazismo, ao Fascismo, à Descolonização. A criação do Instituto de História do Tempo Presente vinculado ao Centro de Pesquisa Científica (CNRS), em 1978, na França, apresenta-se como elemento emblemático de tais abordagens, as quais ganharam influência particular no Brasil devido à aproximação acadêmica e historiográfica entre os dois países. A partir de 1995, as reflexões a respeito da história do tempo presente aparecem no cenário historiográfico brasileiro.

Para a construção deste trabalho, a história do tempo presente inspira um primeiro questionamento: Como a *Missão Portella* poderia ser o meu presente, visto que eu não testemunhei os acontecimentos políticos da época da ditadura? Tal indagação remete ao fato de o historiador ter sido a testemunha ou lidar com pessoas que viveram aquele determinado momento e podem narrar a respeito. Entretanto, Rouso (2016 p. 14) aponta um caminho para essa demanda: “se o historiador do tempo presente não viveu diretamente tudo o que entra no seu campo de observação, ele pode, pelo menos, falar com aqueles que a viveram”. Conforme se vê, o testemunho ganha um lugar central na reflexão histórica, da mesma forma que os estudos sobre a memória se tornam fundamentais para a história do tempo presente, seja como objeto de estudo ou como fonte.

O segundo aspecto a ser considerado é a problemática da temporalidade. É importante assinalar que o tempo presente não pressupõe uma nova cronologia, ou seja, de um período acrescentado à linha clássica do tempo, após a história contemporânea. Sobre isso, François Dosse (2012, p. 5) elucida que a história do tempo presente apresenta uma nova concepção historiográfica que tem como questão fundamental “uma reflexão sobre o Tempo”. Diante disso, surgem as perguntas: Qual a temporalidade da *Missão Portella*? Quais tempos há nessa experiência política? De acordo com Rouso (2016, p. 16), a dimensão temporal deve aparecer como “uma dialética particular entre o passado e o presente”. Nesse caso, o autor distingue o tempo presente como uma ficção científica, assim como, as ficções literárias e jurídicas. O caráter ficcional captura a “passagem entre o presente e o passado, desacelera o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana” (ROUSSO, 2012, p. 17). Portanto, a partir daí pode ser elaborado o tempo histórico.

Cronologicamente, as missões de Petrônio Portella aconteceram de 1974 a 1980, sendo um recorte temporal bem delimitado, contudo, nesta pesquisa se propõe apreender a história em movimento da *Missão Portella* inspirada nas balizas móveis propostas de Rouso (2016). Assim, a dimensão da política pode ser relacionada com a pluralidade do tempo. Considerou-

se, portanto, o tempo do político e o tempo da política como balizas para o processo de estruturação da análise histórica aqui empreendida por meio da imprensa. O tempo da política nas sociedades ocidentais tem sido restrito às eleições, onde as populações apreendem e apropriam os processos de disputas partidárias. O tempo do político compreenderia as disputas, as negociações e as acomodações entre os atores políticos.

Tendo isso posto, cabe apresentar a noção de tempo da política da sociologia política trabalhada pelos antropólogos Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2006), que investigaram o comportamento eleitoral em dois municípios em Estados distintos, um em Pernambuco e o outro no Rio Grande do Sul, com o propósito de entender a recepção da política pela população. Os autores desenvolveram o conceito de voto como adesão e o definiram a partir de um enquadramento que chamam de tempo da política. Trazendo isso para a historiografia, pretende-se aqui explorar a divisão dos acontecimentos políticos em tempo do político e tempo da política.

A construção das temporalidades pode ser captada na imprensa, a qual, em todo momento, mobiliza o ritmo e o tempo das negociações políticas. Além do mais, nas notícias há a articulação das relações de presente, passado e futuro. O passado dos políticos, por exemplo, é por vezes evocado para legitimá-los ou não, assim como, o futuro é evocado quando são acionadas as expectativas quanto às candidaturas eleitorais.

Os documentos selecionados para essa investigação sobre a *Missão Portella* foram colhidos nas edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, de janeiro a dezembro de 1974, considerando, especialmente, as notícias e as charges publicadas. A pesquisa documental realizou-se no Acervo Digital do periódico *O Estado de S. Paulo* a partir das palavras-chaves: *Missão Portella*, *Missão Portela*, Petrônio Portella, Petrônio Portela, eleição e ARENA. As fontes selecionadas foram as que faziam referência direta à missão de Portella e as mais significativas para conhecer os candidatos à governadores dos estados. A escolha desse periódico deve-se à acessibilidade do acervo digitalizado e ao fato da publicação ser uma das mais importantes e influentes entre a chamada grande imprensa em circulação no país, durante todo o século XX, com impacto nacional. No que diz respeito ao objeto de pesquisa, o jornal produziu inúmeras matérias entre os anos de 1974 e 1980.

O periódico *O Estado de S. Paulo*, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, participou da derrubada do presidente da República, João Goulart. Em 1960, Goulart foi eleito democraticamente como vice-presidente, assim, em 25 de agosto de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros e uma intensa mobilização política e militar, ele assumiu a presidência da República. Os donos do jornal ponderavam que dessa forma se estava salvando a

democracia, contudo, no decorrer dos governos militares, o periódico passou a criticá-lo pela sua política autoritária, o que levou a uma censura prévia de 1973 a 1975. Por isso, estampavam, nos espaços censurados, poemas, essencialmente *Os Lusíadas* de Luís de Camões (AQUINO, 1999).

A imprensa e o governo militar disputavam a influência política acerca do caminho que o país deveria percorrer. A mídia é uma instituição importante na formação de uma cultura política na sociedade, por vezes, atua como um agente político, defendendo um projeto de poder para o país. Durante o mandato do presidente Médici, a maneira como ele lidava com os políticos e a Casa Legislativa era um dos pontos de conflito entre o regime e o jornal *O Estado de S. Paulo*. Este defendia os políticos tradicionais e reivindicava mais espaço para eles nas decisões políticas e administrativas do Estado.

Apesar da censura sofrida, o periódico *O Estado de S. Paulo* ganhou o Prêmio Internacional Pena de Ouro da Liberdade, em 1974, pela Federação Internacional dos Editores de Jornais – FIEJ, reconhecida internacionalmente e integrada por editores de jornais de todo o mundo com a finalidade de promover um melhor trabalho jornalístico. Assim, o dono do jornal, jornalista Júlio de Mesquita Neto, recebeu o prêmio pelo bom trabalho em prol da liberdade de imprensa que vinha sendo realizado pelo jornal (*O “ESTADO” ...*, 1974).

A escolha por periódicos não é ao acaso, deve-se, principalmente, à relação imbricada entre tempo presente e as mídias. Como defende Lohn (2016, p. 59), “os estudos sobre a mídia são necessários para o conhecimento das dinâmicas históricas do tempo presente”. Os periódicos diários transformam os fatos e as informações que interessam à sociedade em notícias. Não obstante, o historiador deve ser cauteloso ao manejar a fonte, não a compreendendo como mera informação, e sim, como painel a visualizar o dito e o não dito, o que elas mostram, como narram e com quais motivos, considerando o lugar social do jornal, as condições técnicas de produção do jornal e o contexto histórico que foi produzido (LUCA, 2006).

Consequentemente, são fontes impressas para o conhecimento da história do Brasil, possibilitando a análise das temáticas a serem pesquisadas. A imprensa é uma instituição que detém o poder do discurso escrito, no entanto, os jornalistas que escrevem o jornal não podem discursar livremente, submetendo seus discursos à ordem da instituição que representa, porém isso não acontece de forma transparente. Dessa forma, de acordo com Luca (2006, p. 111), “os historiadores têm feito uso dessa fonte para escrever a história, apesar de a imprensa enquanto fonte histórica só passar a ser usada como fonte primária de historiadores na terceira geração dos *Annales*”. O procedimento metodológico para manejar os jornais foi baseado no roteiro de

sugestão elaborado por Luca (2006, p. 131-142), que destaca os seguintes aspectos: as características físicas, o local social do jornal, a empresa, o mercado, a publicidade, o público, a recepção e o conteúdo. No entanto, o destaque foi o conteúdo veiculado no jornal.

Metodologicamente, após a realização do inventário de 94 notícias publicadas no jornal, procedeu-se com a organização das fontes, construindo-se quadros e fichamentos a partir dos seguintes aspectos: assunto da notícia; modo de divisão da matéria; estética do título; os conteúdos; a forma de organização interna do conteúdo; quais os conflitos evidenciados; quais as rupturas; quais as continuidades; quais são os interlocutores; quais os acontecimentos; qual a estrutura temporal; a matéria é assinada.

Enquanto analisava-se as notícias a respeito da *Missão Portella* no *O Estado de S. Paulo*, notou-se as charges presentes na mesma página. Elas ocupam a página 4 ou 5, destinada a temas da política nacional, as notícias não têm assinaturas, ao contrário das charges que são assinadas pela Hilde; na diagramação da folha, elas estão localizadas na parte superior, ora na margem à esquerda ora centralizada. Como se vê na Figura 1.

Figura 1 - Lugar ocupado pela charge numa das páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo* (1974).

A seleção das imagens foi feita sob o filtro da *Missão Portella* e da temática das eleições abrangendo todo o ano de 1974, correspondendo ao total de 17 charges. Todos os desenhos foram feitos pela Hilde Weber, dessa forma, é importante destacar que ela era a única mulher chargista reconhecida no Brasil. A charge requer “conhecimento das questões políticas, do nome e do rosto dos homens públicos, do significado de metáforas, de gestos e de expressões faciais na cultura local” (GRINBERG, 2009, p. 241). Em suma, a charge pode ser compreendida como representação social de momento histórico. Assim, a análise se orientou a partir da concepção de representação do historiador Chartier (1991, p. 177), que “penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular”, neste caso, são as charges, “considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. Cada imagem foi analisada individualmente.

Durante a década de 1970 “os desenhistas ganharam muito destaque por conseguir sintetizar mensagens extremamente críticas nos seus traços” (GRINBERG, 2009, p. 235). Na década de 1980, na esteira da redemocratização, a valorização das charges na imprensa “como obra de arte, de produção jornalística de alta qualidade e de crítica política da maior expressividade” (GRINBERG, 2009, p. 237), contribuiu para a crescente publicação de obras e coletânea de chargistas, um dos exemplos é Hilde Weber, que lançou a obra *O Brasil em Charges: 1950- 1985*, pela editora Circo Editorial em 1986.

Nascida em 1913, em Waldau, na Alemanha, Hildegard Weber estudou pintura e desenho, na Escola de Artes Gráficas de Hamburgo. Trabalhou como ilustradora em jornais e revistas em Altona, no seu país natal. No ano de 1930, viajou para o Rio de Janeiro no intuito de encontrar o pai, que viera para cá em 1918, no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil, colaborou como chargista em diversos periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se com suas caricaturas do presidente Getúlio Vargas, no periódico *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. A partir de 1962, passa a trabalhar no *O Estado de S. Paulo* até sua aposentadoria, em 1989. “Em 1960, recebe o prêmio Seção América Latina do Concurso de Caricaturas do World Newspaper Forum, pelas melhores charges internacionais. Participa da 1ª a 4ª e 6ª edições da Bienal Internacional de São Paulo”.¹¹

Em seguida, voltando para os procedimentos adotados nesta pesquisa, procurou-se refletir sobre os dados, apurando intangibilidade, ademais, buscou-se, no Arquivo Ernesto Geisel da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Centro de Pesquisa e Documentação de História

¹¹ A esse respeito, ver: Hilde (2020).

Contemporânea do Brasil (CPDOC)¹², as palavra-chaves: Missão Portella, Petrônio Portella¹³, governadores 1974 e eleição de 1974, para comparar e contrapor as informações encontradas nesse arquivo com as informações esquematizadas a partir do jornal *O Estado de S. Paulo*. Por último, foram analisados sob a perspectiva dos conceitos e das categorias de análises selecionadas para interpretar esse conjunto de subsídios das fontes.

Pode-se verificar que a política está relacionada ao poder de diversas formas, “a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”, como afirma Rémond (2003, p. 444). Através das percepções de Rémond (2003), que aborda o político, compreende-se como Petrônio Portella “caminhou” em sua vida política e, sobretudo, na *Missão Portella*, quando ganhou projeção no cenário nacional. Com isso, infere-se que a política é um campo autônomo, entretanto, não se constitui à parte da sociedade.

Na construção da narrativa mobilizou-se os conceitos de campo político e representação política, a partir do sociólogo Bourdieu (1998). Buscando-se, assim, abordar a política como um espaço delimitado “em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BOURDIEU, 1989, p. 164). Essa abordagem corrobora com o entendimento do tempo do político, mesmo que ele não esteja, especificamente, pensando o tempo. Com efeito, refletir a respeito do tempo no campo político amplia as contribuições do conceito. No chamado campo político, Bourdieu (1989, p. 159) ressalta que “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”. Com relação a esse aspecto, em sua teoria, é no campo político que se efetua a representação política dotada de uma esfera prática, de materialidade. Não fica restrito ao mundo das ideias, isto é, na esfera do discurso.

Do mesmo modo, o campo político se relaciona com aspectos internos e externos, onde ocorrem os conflitos, as lutas e as tensões, não sendo algo naturalizado, entretanto são produzidos pelos mecanismos sociais. É importante perceber as considerações de Bourdieu (1989, p. 185) para quem “o campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder

¹² Arquivo pessoal Ernesto Geisel compõe-se de seis acervos divididos em: Antes da Presidência, Depois da Presidência, Documentos Complementares, Documentos Pessoais, Presidência e Remessa Suplementar. O arquivo está no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_eg. Acesso em: 10 nov. 2020.

¹³ Também se utilizou Petrônio Portela, pois, diversas vezes, na imprensa, o nome está escrito só com um ‘l’, onde, constatou-se que, nos documentos do governo, às vezes, era escrito da mesma forma da imprensa.

que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”. A abordagem dessa concepção de campo se verifica nas relações elaboradas e criadas no espaço social. É importante ressaltar que o objeto de investigação não será o sujeito Petrólio Portella, mas, como dito anteriormente, o campo em que a *Missão Portella* está inserida.

O campo político tem sua própria temporalidade. De tal modo que, nesta pesquisa, foi dividido em duas camadas: na primeira, denominada de tempo do político, enquadra-se a *Missão Portella*, e, a segunda é chamada tempo da política ou das eleições diretas. Essas duas camadas de tempo são mobilizadas como categorias de análise na compreensão desse período histórico. Este trabalho aponta para uma noção temporal expandida do que é ser político. Pensou-se o tempo da política e o tempo do político como uma modalidade da prática social e política que atravessa o campo político e o mundo social. Também, é preciso considerar a situação imposta aos políticos que estavam sujeitos a sofrer restrições, a perda de direitos políticos e a cassação de mandatos. Além disso, havia uma desqualificação do político como corrupto, egoísta e oportunista (MARTINS, 2019; NAPOLITANO, 2014).

Uma reflexão importante de Bourdieu (1989) é a que diz respeito ao político profissional, onde, o campo político é dominado pelos profissionais, que são os políticos de carreira e os jornalistas que se especializam em política. Há alguns elementos característicos do que seja um político profissional que pertencem a um grupo seletivo com capital econômico, capital cultural e tempo livre. Durante a *Missão Portella*, observou-se uma disputa entre os denominados políticos profissionais e os considerados técnicos. A atuação da missão significou a valorização desses políticos tradicionais que permaneciam dispostos a ocupar o campo político, com a finalidade de assegurar a continuidade de suas carreiras.

Lohn (2019, p. 11) apresenta uma discussão historiográfica sobre as abordagens teóricas e metodológicas que são possíveis no campo da história do tempo presente. Nela, o autor define que “a constituição de uma história do tempo presente apontou para o retorno do político”. A citação serve como ponto de partida na análise desenvolvida aqui. Portanto, com esse intuito de se debruçar no âmbito da política, a categoria de análise culturas políticas se mostra essencial na investigação proposta.

O termo culturas políticas foi apreendido no contexto francês a partir do esforço em elaborar uma compreensão mais abrangente da Nova História Política e da História Cultural, buscando ir além desses campos específicos, os quais não seriam suficientes para explicar todas as especificidades do político. Na perspectiva de Bernstein (2009), cultura política é uma possibilidade de entender o campo, as representações e as manifestações políticas,

contemplando também as pluralidades que permeiam essa dimensão do político, alargando os espaços de entendimentos da história política e possibilitando novos olhares historiográficos.

A operacionalização do conceito de culturas políticas suscitou debates acadêmicos nos últimos anos, no Brasil. O historiador Fico (2017), reconhecido pelos seus estudos acerca do período ditatorial, tece uma crítica ao conceito, considerando como insuficiente para interpretar ou explicar o contexto histórico brasileiro. Também, aponta a própria noção de Bernstein (2009) como problemática para o entendimento dos aspectos complexos da ditadura. Partindo dessa posição, pensa que o conceito é determinista ou culturalista.

Por sua vez, Motta (2018) tem promovido, nos últimos anos, pesquisas articulando o conceito de culturas políticas e defendendo o seu uso nas análises históricas:

Cultura política não é panaceia, não explica tudo e não oferece saídas analíticas fáceis para lidar com problemas complexos. Entretanto, é relevante para entender comportamentos políticos e o peso de relações estruturais, constituindo categoria útil para os pesquisadores da história recente. As tradições preexistentes impactam as escolhas políticas e impõem certos limites aos agentes. Ainda assim, estes sempre fazem escolhas, portanto, a cultura política não é uma camisa de força. Metáfora melhor seria comparar cultura política a uma moldura, ou a um trilho (MOTTA, 2018, p. 131).

Parte-se do pressuposto que a atividade acadêmica é permeada por esses debates, os quais fazem avançar as reflexões propostas pelas demandas, sejam sociais ou historiográficas. Rodrigo Patto Sá Motta, nos últimos anos, tem definido e utilizado a noção de culturas políticas enquanto categoria analítica na historiografia. Em 2014, publicou a obra *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária* com importantes contribuições teórica-metodológicas acerca da categoria de culturas políticas, mostrando a potência da abordagem em superar, por exemplo, a “tipologia binária resistência versus colaboração” (MOTTA, 2014, não paginado). Explora, nesse trabalho, as relações, por vezes, contraditórias e paradoxais entre as universidades e o governo ditatorial. Anteriormente, o autor publicou artigos e livros desenvolvendo questões pertinentes às culturas políticas brasileiras, todavia, nesse livro, concentra a análise na agência dos sujeitos, isto é, as ações e as posições que podem ser compreendidas a partir de uma escala: acomodação, adesão e resistência.

O autor entende que se pode compreender “as complexas relações entre o Estado autoritário e a elite acadêmica” por meio das categorias de resistência, acomodação e adesão. Existe, ainda, um trabalho seu significativo que contribui com esta pesquisa: o artigo *Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969 - 1973)*. Tal artigo buscou compreender as relações entre a grande imprensa e o regime autoritário, utilizando-se

do jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte histórica, operacionalizando culturas políticas de adesão, acomodação e resistência para analisar a posição da imprensa no período entre a promulgação do AI-5 e a posse do General Ernesto Geisel na presidência da República.

Isso posto, as reflexões sobre a noção de culturas políticas apresentam-se como um desafio para conhecer os limites e as possibilidades de se operacionalizar essa categoria de análise, a qual não é estanque, mas fluida. A emergência das culturas políticas como categoria de análise fornece uma chave interpretativa que abrange a complexa e paradoxal política desenvolvida pelos militares. O contexto político instaurado em 1964 procurou manter, formalmente, as instituições liberais-democráticas funcionando, mantendo as eleições, o voto obrigatório, os partidos políticos e outros, porém com uma série de modificações na estrutura, na organização e nas prerrogativas.

A Figura 2 mostra uma fotografia do político Petrônio Portella. Nascido em 12 de setembro de 1925, em Valença (PI), e falecido em 6 de janeiro de 1980, no auge de sua carreira política, enquanto exercia o cargo de ministro da Justiça do governo do General João Figueiredo. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e retornou ao Piauí, onde começou a sua carreira na política, sendo eleito suplente (convocado) de deputado estadual em 1951, deputado estadual no período de 1955 a 1959, prefeito de Teresina entre 1956 e 1963 e governador do Piauí entre 1963 e 1966.

Figura 2 - Político piauiense Petrônio Portella



Fonte: Arquivo Nacional (1971).¹⁴

¹⁴ Fotografia de domínio público disponível no repositório digital Wikimedia Commons, sem autoria definida. Disponível em:

Na época do Golpe de 1964, Portella publicou uma nota oficial no jornal, em 1º de abril de 1964, confirmando seu apoio ao presidente da República, João Goulart, visto que defendia a ordem constitucional e democrática no país, pedindo, na ocasião, apoio político aos piauienses. No dia seguinte, utilizando-se do mesmo discurso, redigiu uma nova nota oficial, agora declarando apoio ao Deputado Federal Paschoal Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara, que assumiu provisoriamente a Presidência da República. Tal acontecimento foi argumento para críticas durante sua vida pública, pois, a princípio, não apoiou o golpe civil-militar. Além desse fato, Petrônio Portella teve o seu mandato de governador ameaçado, pois o Coronel Clidenor de Moura Lima pediu a Ernesto Geisel, então chefe do Gabinete Militar, durante o Governo de Castello Branco, para cassar o mandato de governador do Petrônio Portella, porém, o pedido foi recusado (GASPARI, 2004).

Com a criação do partido de apoio ao governo, Petrônio Portella foi responsável por organizar a ARENA no Piauí. Assim, no pleito de 1966, foi eleito senador pela ARENA-PI, entre 1967 e 1980, ocupando a presidência do Congresso por dois mandatos, de 1971 a 1973 e de 1977 a 1979. Ao mesmo tempo, no período de 1974 a 1979, Portella atuou na *Missão Portella* proposta por Geisel e Golbery. Durante o governo do General Figueiredo, ele foi ainda chamado para assumir o Ministério da Justiça. Paralelamente, empenhava-se na organização do PDS.

Há uma vasta bibliografia sobre o período ditatorial, como as obras de Alves (2005), Reis (2010), Napolitano (2014), Martins Filho (2019) e Lemos (2018), mas, sobre a ARENA, tem-se como principal referência Grinberg (2009). No que se refere à vida do Petrônio Portella, há a obra do jornalista Tavares (2012) e na tese de doutorado de Bahiense (2018).

Diante do que fora exposto e a fim de seguir com o proposto, esta dissertação está dividida em três seções, considerando as questões levantadas a partir do inventário e análise inicial das fontes. A primeira seção, intitulada *Lançamento da Missão Portella no tempo do político*, tem o objetivo de discutir o contexto político do surgimento da *Missão Portella* no âmbito da eleição indireta e posse do presidente Ernesto Geisel. Além de examinar a solução do governo para os Estados mais importantes econômica e politicamente da federação. Trata da primeira viagem oficial do senador Portella para São Paulo. Também, destaca-se os desafios encontrados durante os encontros com os políticos e as dificuldades dos grupos arenistas de aceitar o futuro governador Paulo Egydio Martins. Assim, a missão perde credibilidade em São

Paulo, mas, no Rio do Grande do Sul, assumiu uma postura de possibilitar a participação dos arenistas na escolha do futuro governador. Por último, concentra-se no plano do governo Geisel de formar um novo estado do Rio de Janeiro, a partir da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

A segunda seção, *Missão Portella fortalece o tempo do Político nos Estados*, discute, primeiramente, a situação da ARENA no Acre, no Amazonas, em Goiás e no Pará, sendo que, nos dois últimos foram indicações técnicas. Em contrapartida, no Acre e no Amazonas se escolheram nomes de políticos com a origem partidária do PSD. Posteriormente, examina-se a situação partidária do Espírito Santo, onde o senador Portella encontrou muita dificuldade de estabelecer um entendimento, com o então governador Artur Carlos Gerhardt Santos, para encontrar um nome de consenso para sucessão estadual. Por fim, versa-se sobre a perspectiva dele sobre a abertura política, quando os políticos se destacam na imprensa debatendo o assunto.

Já a última seção, *Missão Portella despertando ambições no tempo do político*, diz respeito ao percurso das viagens nos estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, onde a ARENA encontrava-se fragmentada entre os ex-udenistas e os ex-pessedistas. Em seguida, a visita do senador Portella ao estado do Paraná, sob a liderança do Ministro da Educação Ney Braga, onde participa diretamente das indicações a governador, vice-governador e senador. Depois, em Santa Catarina, onde as lideranças tradicionais se unem para retomarem ao Poder do Executivo estadual. E, para fechar os estados da Região Nordeste, a viagem de Portella para o Maranhão, onde o senador José Sarney diverge do, então governador, Nunes Freire, e para o Piauí, local em que Portella indica o sucessor ao governo com o apoio do governador Alberto Silva. Por fim, a ida da missão aos estados do Mato Grosso e Minas Gerais, nos quais as disputas entre os ex-udenistas e ex-pessedistas permaneciam latentes pelo poder estadual.

2 LANÇAMENTO DA *MISSÃO PORTELLA* NO TEMPO DO POLÍTICO

Passados aproximadamente 10 anos de ditadura militar, com a derrota da guerrilha armada, o MDB enfraquecido e o crescimento elevado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, reverberava no meio militar a indagação: “deveria haver um tempo limite, um termo final para a intervenção dos militares ou esta deveria ser permanente, sem prazo preciso?” (CARVALHO, 2011, p. 84). Nesse cenário, estavam postos diversos projetos visando reestruturar o regime. Assim, o processo de escolha do sucessor do presidente Médici evidenciava que os militares optaram pela liberalização do regime ao obterem o “consenso militar” em torno do nome do General Ernesto Geisel¹⁵ (NAPOLITANO, 2014).

A indicação do General Ernesto Geisel foi recepcionada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como uma oportunidade de os militares restituírem a presidência da República a um civil ao final do seu mandato e o fim do AI-5. Ao mesmo tempo, ainda permanecia uma frustração com o término do governo Médici, por ele não ter cumprido sua promessa de início de mandato de transferir o poder aos políticos. A partir de 1972, o governo Médici instaurou a censura prévia na redação do periódico *O Estado de S. Paulo*, pois tinha o pretexto de coibir notícias que abalassem a escolha do sucessor do presidente, em 1973, antes da divulgação oficial (AQUINO, 1999).

Na esfera política, o presidente nacional da ARENA, senador Petrônio Portella, ficou responsável por encaminhar a candidatura do General Geisel pela via partidária. Isto é, a comissão executiva do partido aprovou o pedido de filiação dos candidatos Geisel e do General Adalberto Pereira dos Santos após eles se filiarem à ARENA. No dia 14 de setembro de 1973, aconteceu a Convenção Nacional da ARENA, no plenário da Câmara, na qual as candidaturas foram validadas com 808 votos secretos. Na ocasião, o senador Portella recepcionou os novos membros do partido: “A Arena recebe os senhores de braços abertos e reiteramos o nosso propósito de apoiar o futuro governo honrado, probo e clarividente do presidente Ernesto Geisel e do vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos.” (PETRÔNIO..., 1974, p.05)

¹⁵ Em meados da década de 1990, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), empreendeu o projeto *Brasil em transição: um balanço do final do século XX*, que teve como resultado a obra *Ernesto Geisel*, organizada por Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (1997), apresentando-se um testemunho que contém a entrevista de história de vida do general ex-presidente da República. Durante a entrevista, Ernesto Geisel relata as diferentes versões sobre a sua indicação à presidência da República pelo presidente Médici. Na época, Geisel já estava na reserva do Exército e ocupava a presidência da Petrobras, assim, precisou renunciar ao cargo para cumprir a legislação eleitoral que exigia a desincompatibilização 6 meses antes da eleição (CASTRO, 1997).

Segundo as reflexões de Pierre Bourdieu (1989), o campo político é composto de regras próprias que os seus participantes aceitam seguir e que não se confunde com o campo do Estado e com o campo do poder, apesar de manter uma relação próxima com esses outros campos. Corroborando com esses aspectos do campo político, vê-se, portanto, que a ditadura combinou a execução de determinados procedimentos característicos de uma eleição com mecanismos arbitrários dos militares. Assim, cumprir os rituais, como se filiar ao partido e realizar uma convenção para votar na única chapa fazia parte do processo eleitoral que os militares procuravam manter.¹⁶ Jairo Nicolau (2012, p. 104) sustenta que os militares elaboraram um sistema político singular, onde, distinto do “modelo de ditadura apresentado nos manuais, o chefe do governo ficava ininterruptamente, os partidos são proibidos de funcionar, o Congresso é fechado e as eleições são suspensas”.

Desse modo, a Convenção Nacional da ARENA seguiu os protocolos, sendo aberta inclusive à imprensa, assim, *O Estado de S. Paulo* fez a cobertura do evento. Com o título *Arena ratifica escolha de Geisel e Adalberto* destacado na página 5, do dia 15 de setembro de 1973, fazia-se alusão ao fato de que quem seria o próximo presidente e vice não era do partido, porém dos militares. Nesse processo, a ARENA tinha a função de apenas validar a nomeação de origem militar no jogo político-partidário. Em outra matéria, o jornal transcreveu alguns diálogos evidenciando a encenação da escolha do futuro presidente da República. O primeiro diálogo a respeito do MDB:

Geisel [...] indagando ao senador Petrônio sobre o MDB.

- O MDB vai bem. O partido terá mesmo candidato à sucessão presidencial.

- Isso é muito bom – observou o general Geisel.

- Acho excelente para a nossa imagem no Exterior – acrescentou o senador Paulo Torres. (PETRÔNIO..., 1974, p.05).

Embora a legislação do período permitisse o MDB formar uma chapa a fim de concorrer ao cargo de presidente da República, disputando com a ARENA, conforme os cálculos políticos, o colégio eleitoral era majoritariamente formado por arenistas. Isso significava a vitória da chapa da ARENA. Outro ponto importante a se observar é a afirmação do senador Paulo Torres, pois dizia que a candidatura emedebista tinha um aspecto positivo para o governo militar, que seria mostrar ao mundo a “democracia” que o país vivia. Nesse sentido, pode ser compreendido que as constantes campanhas internacionais de denúncias de torturas, de

¹⁶ Verifica-se que o modelo adotado para escolha do futuro presidente da República Ernesto Geisel foi a mesma forma da escolha do presidente Médici. Para um estudo mais detalhado sobre sucessões presidenciais, ver: Martins Filho (2019).

desaparecimentos e de prisões arbitrárias de políticos e cidadãos brasileiros promovidas por militantes dos direitos humanos ocorridas nos últimos anos já estavam repercutindo no Congresso Nacional. Além disso, na conjuntura internacional, já estava em curso o II Tribunal Bertrand Russell¹⁷, que tinha o propósito de denúncia os crimes contra humanidade na América Latina, principalmente, no Brasil.

Já o próximo diálogo, diz a respeito ao número de participantes da Convenção, os votantes e quantos votos cada membro possuía, que dependia do cargo, função e *status* no partido:

O general Geisel perguntou ao senador Petrônio sobre o número de convencionais e o diálogo foi assim:

- Senador, quantos convencionais estarão presentes?
- Seiscentos e tantos, representando quase 900 votos.
- Virão todos? Parece que em alguns estados surgiram dificuldades. Os do Ceará viajaram de ônibus, não é?
- Problemas existem. Mas pedi aos presidentes regionais e aos governadores que ajudassem. No fim tudo dará certo.
- E o fundo partidário?
- Infelizmente, os partidos ainda não dispõem dos recursos do fundo. Falta ainda a regulamentação, general.
- Parece que muitos podem votar duas e três vezes, não é?
- Eu tenho direito a quatro votos: como senador, como líder, como delegado do Piauí e como membro do diretório nacional.

Luiz Viana Filho disse que tinha direito a dois votos - como membro do diretório nacional e delegado da Bahia. (PETRÔNIO..., 1974, p.05)

A conversa apresenta o candidato Geisel alheio aos assuntos partidários e os políticos bem informados das questões. Um ponto que chama atenção é a quantidade de votos que o senador Portella tinha em relação, por exemplo, ao ex-governador da Bahia, Luiz Viana Filho, e, como o partido político também tinha suas hierarquias. No último dia da Convenção Nacional, após a homologação das candidaturas, Ernesto Geisel, agora como candidato oficial à presidência da República, discursou na Câmara. O seu primeiro discurso foi transmitido em rede nacional de televisão (GEISEL FALA..., 1973).

¹⁷ Como mencionado anteriormente, a primeira sessão do II Tribunal Bertrand Russell coincidiu com os primeiros dias do governo Geisel. As reuniões tiveram uma ampla cobertura jornalista, sobretudo na Itália. “O júri tinha na presidência Lelio Basso, jurista e escritor marxista e senador pela esquerda independente italiana. Os vice-presidente eram: Wladimir Dedijer, historiador iugoslavo; Gabriel Garcia Márquez, escritor colombiano simpático ao socialismo; François Rigaux, professor belga de direito internacional, e Albert Soboul, historiador marxista francês” (LE MOS, 2018, p. 163-164). Um dos principais acusadores contra a ditadura brasileira foi o ex-governador de Pernambuco, cassado em 1964, exilado na Argélia, Miguel Arraes (TOSI, 2014).

O ano de 1974 foi um ano eleitoral singular. O sistema político, constituído pelos militares, optou pela continuação das eleições diretas para os cargos de senadores, deputados federais, deputados estaduais, vereadores e prefeitos. Para presidente, vice-presidente, governadores e vice-governadores, passaram-se a ser eleições indiretas, e, para prefeitos e vice-prefeitos de cidades consideradas de interesse de segurança nacional, esses eram escolhidos pelos governadores, contudo, com aprovação do presidente da República (NICOLAU, 2012).

O futuro presidente Geisel, eleito pelo colégio eleitoral desde janeiro de 1974, tivera vantagem de influir na renovação dos governadores, da Câmara, das Assembleias e de 1/3 do Senado. Como resultado dessa influência do Poder Executivo, propõe-se a *Missão Portella*, com a finalidade de buscar a superação dos problemas da classe política através do diálogo entre o governo e os políticos. Então, representou, inicialmente, a esperança da ARENA, que, escolhendo um “bom governador”, as demais escolhas (vice-governador, senador, deputados federais e deputados estaduais) seriam os “bons frutos” da missão que tornaria o partido unificado e fortalecido eleitoralmente, formando uma base de sustentação do governo.

A indicação dos futuros governadores teria que seguir alguns critérios, como alinhamento com a “Revolução de 1964”, capacidade de gerir a máquina pública, probidade administrativa, e, sobretudo, unificar o partido no seu estado (PORTELA PREPARA..., 1974). Por sua vez, a escolha dos senadores tinha os critérios de idoneidade moral, capital eleitoral e preferência para os candidatos que almejavam a reeleição (PORTELA EXAMINA..., 1974). A competência para escolha dos governadores e dos senadores era, em primeiro lugar, do presidente da República, e, em segundo lugar, da direção nacional da ARENA.

Entretanto, havia conflitos entre as diversas correntes político-ideológicas que integravam o sistema bipartidário, formado pelo MDB¹⁸ e ARENA, os quais precisavam ser resolvidos antes de iniciar a campanha eleitoral. Os arranjos políticos da ARENA, a fim de disputar as eleições em 1974, ocorreram por meio da *Missão Portella*. A necessidade de acomodar os diversos subgrupos arenistas¹⁹ e retornar os políticos ao Poder Executivo estadual mobilizou o futuro presidente Geisel e o General Golbery do Couto e Silva, principal articulador

¹⁸ O MDB era dividido em dois grandes grupos, *autênticos* e *moderados*. Os *autênticos* defendiam uma postura agressiva, de protesto contra as ilegalidades e os atos arbitrários do governo militar. Os *moderados*, por outro lado, recomendavam uma linha de cautela, de modo a minimizar os possíveis pretextos para novos abusos de poder (CORRÊA, 2011).

¹⁹ Há algumas literaturas que apresentam a divisão arenista em ARENA 1, ARENA 2 e até ARENA 3 em alguns estados. Entretanto, a investigação na imprensa não mostrou nenhuma referência a esses termos, os relatórios do SNI de 1974 também não fazem menção. Além do mais, a pesquisadora Grinberg (2009), principal referência sobre a organização do partido ARENA, não mobilizou esses termos. Portanto, neste trabalho articularam-se as facções arenistas como subgrupos ou grupos.

político do governo, a pensarem, estrategicamente, como seriam as suas atuações no campo político. Além do mais, o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgãos militarizados, participavam diretamente dessa discussão da esfera política (NAPOLITANO, 2014).

De acordo com Grinberg (2009, p. 27), o maior ponto de tensão na ARENA consistiu em coexistirem, em um único partido, “lideranças de várias legendas extintas, principalmente da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), tradicionais adversários políticos desde 1945”. Na medida em que se aproxima o tempo das eleições, os conflitos entre os subgrupos arenistas ficavam mais latentes. Era urgente a conquista da unidade partidária. Assim, a solução aguardada, como mencionado anteriormente, era que se superasse as divergências e conservasse o partido como majoritário, mantendo a base social de apoio ao governo militar. O governo Geisel tomou a mesma forma do seu antecessor General Médici, porém, dando mais espaço para a classe política, estabelecendo canais mais próximos de comunicação, essencialmente com os arenistas, partido governista, e privilegiando a escolha dos novos governadores políticos com prestígio no Estado.

Durante o ano de 1974, a chargista Hilde se dedicou a representar, nos seus traços e em seus tons, questões da política. À medida que as pautas vão sendo exploradas nas notícias pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, os desenhos vão representando-as, às vezes, com tom mais crítico, outras com tom mais humorístico. A Figura 3 representa uma partida de futebol entre os membros do partido arenista. Petrônio Portella aparece no centro da imagem jogando para o alto a bola com uma palavra não legível nela, os demais jogadores aparecem olhando fixamente para essa bola. No canto esquerdo, está o gol e acima dele uma placa com os dizeres: Eleições parlamentares.

Figura 3 - Pelada dos arenistas



Fonte: Hilde (1974a, p. 4).

A charge propõe um diálogo com a linguagem textual. Visto que a charge está centralizada na página e, logo embaixo, está uma matéria acerca das críticas dos emedebistas à proposta da ARENA de usar os símbolos dos clubes de futebol na sua campanha eleitoral. Na matéria, não há menção a Petrônio Portella, contudo, na charge evidencia sua centralidade, o presidente nacional do partido estava ganhando protagonismo no jogo político devido à missão que recebeu do futuro presidente Geisel. Assim, como já mencionado, a *Missão Portella* tinha uma perspectiva que abrangia até as eleições diretas do Poder Legislativo, conforme projetado acima da trave de futebol (CRITICANDO..., 1974).

Tendo ainda o processo eleitoral como pano de fundo, a Figura 3 mobiliza aspectos simbólicos da cultura brasileira e reforça uma aproximação entre o futebol e a política. De acordo com Chartier (1991, p. 177), “considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. Nesse viés, destaca-se que o periódico elabora práticas e estratégias que tenham um alcance social maior, produzindo, através da charge, sentidos que já circulassem na sociedade, nesse caso, a relação próxima entre o futebol e a política.

2.1 A ELEIÇÃO INDIRETA DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Para eleição indireta de 1974, foi reunido o colégio eleitoral que “elegeu” o presidente e o vice-presidente da República. Este era formado por 503 membros, “dos quais 127 delegados de Assembleia Estaduais, 66 senadores e 310 deputados federais” (ALVES, 2005, p. 217), de todas as regiões do país, entre representantes da ARENA e do MDB. Desse modo, era permitido, pela legislação eleitoral, a cada partido formar uma chapa para concorrer à eleição. Nesse pleito indireto, os dois partidos fizeram as indicações: os candidatos aos cargos eram os generais do Exército Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, pela ARENA, e o deputado Ulysses Silveira Guimarães e o professor Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo MDB.

O senador Paulo Torres, presidente do Senado e responsável pela condução da eleição, planejou como seria a assembleia, convidando o presidente nacional da ARENA e o presidente nacional do MDB para acertarem todos os detalhes da votação (TORRES..., 1974). Para a ditadura militar, eram importantes essas notícias que mostravam a participação dos dois partidos no processo para melhorar a imagem do Brasil no cenário internacional, visto que a posse de um novo presidente da República repercutia no exterior. Além disso, tal processo institucional fazia parte da encenação do regime militar em demonstrar que tinha legitimidade.

Aproveitando o dia da eleição, o deputado Ulysses Guimarães, como presidente nacional do MDB e candidato à presidência da República, propôs que cada candidato apresentasse seu projeto de governo ao país. Em contrapartida, o presidente nacional da ARENA, Petrônio Portella, defendeu que os presidentes dos dois partidos discursassem na tribuna. Nota-se que a estratégia do MDB era dar visibilidade à ausência de democracia que havia nesse processo eleitoral, e, da ARENA, defender a legitimidade do ato. No entanto, já era consenso entre os militares e o partido governista que não teria qualquer discurso durante a assembleia. Logo, a ARENA e o MDB tiveram que ceder e o acordo que surgiu na reunião foi que cada presidente do partido discursaria por 20 minutos, sendo rejeitada a proposta inicial do MDB (APÓS..., 1974).

A sessão ocorreu no dia 15 de janeiro de 1974, às 9h, no plenário da Câmara dos Deputados. A chapa arenista obteve 400 votos contra 76 votos da chapa emedebista, ainda, tiveram 21 abstenções de deputados federais do grupo dos autênticos do MDB e 6 deputados federais faltaram ao pleito (400..., 1974). A notícia a respeito do ambiente em que ocorreu a eleição indireta para presidência destacou as presenças das únicas eleitoras mulheres do colégio eleitoral: a deputada federal arenista Nely Novaes, da Bahia, e a deputada estadual arenista

Dulce Sales Cunha, de São Paulo (APENAS..., 1974). Nessa solenidade, o senador Petrônio Portella discursou por 30 minutos. Conforme sua posição de líder do partido governista, ele inicia sua defesa pela eleição indireta:

Vivemos um momento de alto sentido democrático. Aqui e agora iremos, deputados estaduais, federais e senadores, reunidos em colégio eleitoral, proceder à escolha do presidente da República, numa eleição cujo resultado se antecipa ao conhecimento de todos, porque se embasa nos indiscutíveis pressupostos de consenso partidário. Somos o partido majoritário, expressivamente majoritário, por aferição preferencialmente consagrada nas urnas (PLEITO..., 1974, p. 6).

Como político profissional, o senador Portella defendeu o sistema de eleição indireta para presidente da República, o cargo mais importante do país, sob o ponto de vista de que o colégio eleitoral procede da legitimação das urnas, isto é, da eleição direta e aberta. Como frisa Rémond (2003, p. 38), “por intermédio da eleição, a atribuição do poder”. O senador Portella pontuou como democrática a homologação do General Geisel, em contraste do seu opositor, deputado Ulysses Guimarães, que denunciou a ausência de democracia e a cassação do direito político de o povo eleger o Chefe da Nação (ULISSES..., 1974). Dessa forma, a chapa da ARENA era a vencedora, pois era o partido com maior número de membros do colégio eleitoral. Assim, para a legitimidade do novo presidente militar, Ernesto Geisel, o pleito aconteceu conforme o previsto e o considerado aceitável pelas regras do regime autoritário.

Observar-se que a escolha do novo presidente pela via institucional de um colégio eleitoral funcionava de maneira a acomodar os conflitos, tanto políticos quanto militares. Motta (2018, p. 120) salientou que um “aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas”.

O pleito via colégio eleitoral oferecer uma participação aos políticos e uma função aos partidos que a legitima perante a sociedade. Um aspecto diferencial importante a se destacar entre a eleição direta e a eleição indireta é a campanha eleitoral. No pleito indireto, tanto para presidente quanto para os governadores, a campanha eleitoral não existia. Todavia, “a campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato” (RÉMOND, 2003, p. 49). Pois é durante a campanha que os candidatos têm contatos diretos com a sociedade, onde existem as trocas, as apresentações dos projetos dos partidos para o país e manifestações das demandas dos eleitores.

Com efeito, o novo presidente já havia sido escolhido pela junta das Forças Armadas, assim sendo, o papel desse processo era ter uma aparência de uma eleição. No entanto, a

participação do MDB nesse pleito indireto para presidente da República foi uma chance de continuar existindo enquanto partido político. Tal entendimento decorreu na derrota acachapante de 1970, onde o partido oposicionista precisava de nova estratégia política para continuar na disputa (KINZO, 1988; ALVES, 2005). Além disso, o MDB lançou sua chamada anticandidatura²⁰ para denunciar a encenação dessa votação, isto é, a impossibilidade real do partido de oposição chegar ao Poder Executivo Federal.

A eleição indireta também foi representada na charge. Na Figura 4, Hilde representa a eleição para presidente e vice-presidente da República. A imagem mostra, na parte de cima, uma placa grande escrita: Eleição do Futuro Presidente, logo mais embaixo, tem uma fila de homens em pé para votar na urna, no final dela, há uma placa onde está escrito: Silêncio! Eles estão na fila para colocar o voto na urna e alguns deles fazem gestos pedindo silêncio e outro tapando a boca de terceiros. Na parte esquerda, tem uma mesa com três homens sentados demonstrando concentração nas suas anotações, sendo essa uma alusão à Mesa Diretora. A charge foi do dia 04 de janeiro, faltando 10 dias para a homologação da escolha do presidente da República pelo colégio eleitoral.

Figura 4 - Eleição do futuro presidente



Fonte: Hilde (1974b, p. 4).

²⁰ A esse respeito, ver Corrêa (2011) e Kinzo (1988).

As charges de Hilde Weber eram elaboradas especificamente para *O Estado de S. Paulo*. Delineia-se, na Figura 4, a arbitrariedade e a coerção que era a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República. A charge foi direcionada para a notícia que o senador Paulo Torres expõe o rigor da legislação sobre o processo da eleição indireta, onde não se permitia discussões orais na tribuna no momento do voto. No entanto, um político discursar na tribuna é um aspecto intrínseco da política, tendo isso em vista, a palavra silêncio denuncia a falta de liberdade de expressão que o país vivia.

Um aspecto criticado pela imprensa nesse processo de ratificação da escolha do presidente da República consistia no dinheiro público usado para custear as despesas de passagens aéreas e hotel dos membros do colégio eleitoral., sendo a ajuda de custo um valor muito elevado para os cofres públicos. Alguns emedebistas apontavam que o dinheiro pago era mais que suficiente para as despesas com passagem e estadia, além do mais, muitos políticos traziam suas famílias para depois seguir viagem de férias, uma vez que os políticos estavam de recesso parlamentar (SENADO MOSTRA..., 1974).

O valor era pago a todos que marcassem presença no plenário da Câmara, nas credenciais ao pleito, independente em quem votasse ou qual partido pertencesse (SENADO MOSTRA..., 1974). Como se vê, havia o financiamento do colégio eleitoral por parte do Poder Executivo Federal. A classe política recebia vantagem financeira para participar desse ritual. Bernstein (2003) chama a atenção para os estudos sobre o financiamento dos partidos políticos que, geralmente, são deixados de lado na historiografia. Este é um tema a ser explorado em investigações sobre as intermediações subterrâneas, incluindo fundo público, entre militares e os dois partidos.

2.2 A MISSÃO PORTELLA VAI À SÃO PAULO

A partir da homologação do novo chefe do Poder Executivo Federal, passou a ser notícia a missão que o senador e presidente da ARENA, Petrônio Portella, exerceria na política. Na ocasião da solenidade da posse do General Ernesto Geisel, muitos políticos, entre eles, governadores, presidentes dos diretórios regionais, senadores e deputados federais, visitaram o gabinete do senador Portella, dando-se o pontapé inicial das articulações políticas e das especulações de nomes ao cargo de governador (SUCESSÃO É..., 1974).

Após um período de esvaziamento das funções dos políticos, de pausa e de suspensão das cassações de parlamentares, tal acontecimento expressou o retorno da importância dos políticos profissionais, sobre os quais Grinberg (2009, p. 46) questiona “como parte dos

políticos profissionais, em um dado momento da disputa interna, concordou em incentivar a intervenção no campo político, colocando em risco o seu monopólio em bases nunca antes experimentadas”.

Petrônio Portella passou a transitar mais na imprensa a partir de 1974, concedendo entrevistas diariamente, demonstrando compromisso com os arenistas e enfatizando a participação das lideranças estaduais nesse processo. Entretanto, havia opiniões contrárias no partido, um arenista comentou: “Petrônio Portella ou está escondendo o jogo ou sabe bem menos do que a gente” (SUCESSÃO É..., 1974, p. 6). Esse comentário de um político, cujo nome não foi revelado, sinalizava que, em alguns estados, o nome do futuro governador já estava prontamente escolhido, antes mesmo da consulta aos políticos locais. O caso mais observado era o do futuro governador de São Paulo. Contrariando os seus críticos, o senador piauiense disparou: “julgo, inclusive que é mais democrático ouvir e sentir as posições das lideranças do partido em cada Estado” (SUCESSÃO É..., 1974, p. 6).

Iniciava-se o tempo das negociações políticas, onde a *Missão Portella* se tornou o caminho possibilitado pelos militares para haver um diálogo entre os arenistas e o governo. Nessa missão, os arenistas vinham, cada vez mais, participando dos diálogos com o presidente Geisel e com Petrônio Portella sobre o sucessor estadual. Embora, houvesse uma tensão entre parlamentares arenistas e os então governadores, a missão tencionou consultar todos os filiados arenistas. Além disso, os governadores tinham a função de indicar os membros do diretório estadual da ARENA, órgão que homologaria as candidaturas a governador e vice-governador, isso proporcionava aos governadores uma influência maior no partido. Assim, os acordos precisavam ser feitos entre todos os grupos arenistas, pois, uma vez que essa escolha dos candidatos era feita através da *Missão Portella*, não poderia correr o risco de a convenção partidária eleger outro candidato. Portanto, a escolha dos candidatos acontecia num processo de cima para baixo.

A *Missão Portella* começou na capital paulista. A Figura 5 apresenta uma representação gráfica do político arenista, Paulo Egydio, antes da sua indicação ao governo paulista, chegando de uma viagem, provavelmente de Brasília, com mala na mão e a incerteza se seria governador de São Paulo. A imagem está no lado direito da página e, no lado esquerdo, tem a matéria na qual o presidente nacional da ARENA, Petrônio Portella, confirma que o nome de Paulo Egydio está na lista dos possíveis candidatos.

Figura 5 - Paulo Egydio em Brasília



Fonte: Hilde (1974c, p. 4).

Motta (2016, p. 12), nas suas pesquisas sobre representações visuais na grande imprensa, ressalta que “as caricaturas não apenas comentaram passivamente os acontecimentos, mas também participaram dos embates e ajudaram a pautar o debate político, exercendo pressão em favor das opiniões dos proprietários do jornal.” Diante dessa reflexão, verifica-se que *O Estado de S. Paulo* deu visibilidade a Paulo Egydio antes mesmo da ida do senador Portella ao estado de São Paulo. Em suma, ele foi o único candidato a governador identificado nas charges. A primeira viagem do senador Petrônio Portella cumprindo sua missão política aconteceu dia 26 de março de 1974, com destino a São Paulo. Recepcionado por diversas alas da ARENA paulista, cumprimentou os políticos presentes, depois seguiu do aeroporto ao Hotel Hilton, onde ficaria hospedado, aproveitando a oportunidade para conversar a sós com o senador Carvalho Pinto, candidato mais cotado para reeleição ao Senado pelo partido (PORTELA TRAZ..., 1974).

Em seguida, o senador Portella saiu do hotel, com destino ao Palácio dos Bandeirantes, a fim de encontrar o governador Laudo Natel, este ainda estava com hepatite infecciosa, a qual o impedira de participar da posse do novo presidente da República, em Brasília. Após o encontro, Portella concede uma entrevista ao jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*, mas não comentou sobre a sucessão estadual. Contudo, cogitava-se no meio político que essa visita era

apenas para comunicar o governador paulista a respeito do candidato que disputaria pela ARENA o cargo de governador. Apesar de Portella ter afirmado e reafirmado que não existia ainda nenhum nome previamente escolhido (PORTELA TRAZ..., 1974).

Para Manffré (2014), em seu estudo sobre a ARENA paulista, o presidente Geisel, comprometido em legitimar o regime com a vitória eleitoral, mobilizou as forças políticas estaduais por meio dos diálogos entre elas e o senador Portella, para verificar os candidatos que mais contavam com apoio dos seus correligionários. Contudo, “o verdadeiro intuito da ‘missão Portella’ era o de impor este nome à seção regional do partido. E isto realmente se concretizou, pois o presidente da República já havia escolhido previamente o engenheiro Paulo Egydio” (MANFFRÉ, 2014, p. 105). Nesse sentido, “dada a natureza ditatorial do regime, a missão de Portella seguia como parte do processo político arbitrário que vinha regendo a nação desde o golpe de 1964” (BAHIENSE, 2018, p. 440).

A insatisfação de alguns grupos arenistas com a possibilidade da escolha do engenheiro Paulo Egydio Martins, ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Castello Branco, intensificou o clima de instabilidade e desconfiança a respeito da consulta realizada pela *Missão Portella*. Na perspectiva de alguns políticos, o sentido da missão era apenas comunicar a escolha do presidente Geisel ao governador Laudo Natel. De acordo com Bahiense (2018, p. 436), Portella ficava “com a parte indigesta da comunicação das decisões governamentais aos políticos, especialmente os que não foram contemplados com a indicação”.

O presidente da ARENA, além de comunicar ao governador Laudo Natel e discutir com os grupos arenistas, precisou negociar com Delfim Netto a sua desistência em ser governador de São Paulo. Manffré (2014, p. 105) observa que os grupos arenistas se sentiram desprestigiados na eleição anterior com a indicação de Laudo Natel pelo presidente Médici, em 1970. Nessa nova eleição para governador, os grupos vinham estabelecendo diálogos para “chegar a um nome que fosse incontestado para as frações intrapartidárias, e este era o caso do ministro da fazenda Delfim Netto”. Por outro lado, o presidente Geisel não queria perder o controle dos estados, “portanto, mais uma vez era necessário escolher governadores desligados das elites políticas estaduais e, de preferência, próximos do Executivo federal” (MANFFRÉ, 2014, p. 105). Assim, fica evidenciado, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o descontentamento com a não indicação de Delfim Netto²¹ ao governo paulista e ser essa uma decisão direta do presidente da República Ernesto Geisel.

²¹ Coube à Petrônio Portella negociar com Delfim Netto sua desistência para concorrer ao posto de governador e aceitar o cargo de embaixador na França. A esse respeito, ver: Bahiense (2018) e Tavares (2012).

Delfim Netto, há alguns meses, vinha trabalhando pela sua candidatura ao governo estadual (DELFIM...,1974). Da mesma maneira, o presidente Geisel operacionalizava mudanças na legislação com a intenção de impedir a sua candidatura. A homologação dos candidatos a governador e a vice-governador não seria mais nas convenções estaduais. Todavia, cabia aos diretórios regionais se reunirem e homologarem a indicação do presidente da República. Tal deslocamento esvaziava o partido de participar do processo sucessório. Como já mencionado, a escolha dos candidatos era num processo de cima para baixo, então, os diretórios tinham menos membros do partido e eram dirigidos pelos atuais governadores, possibilitando ao candidato indicado pela *Missão Portella* ser ratificado sem maiores contestações.

Portella empenhava-se em manter diálogos mais longos com o governador Laudo Natel, no tempo de estadia na capital paulista. Seguindo o roteiro da expedição, as reuniões com os demais membros arenistas ocorreram na sede do partido. Portella os recebia individualmente, solicitando que escolhessem três nomes para governador. Assim, essa maneira de proceder de Portella foi denominada de o “confessionário” (CONDENADO..., 1974, p. 5). Depois das audiências com os políticos arenistas, Portella concedeu uma nova entrevista afirmando “ser um mero coordenador”, e a respeito do governador Laudo Natel, ele o chamou de “o general dos paulistas” e disse que “caberá ao governador comandar e encaminhar o problema sucessório” (CONDENADO..., 1974, p. 5).

Por outro lado, Paulo Egydio, depois da reunião com o presidente da ARENA, na sede do partido, visitou o governador Laudo Natel. A seguir, Paulo Egydio conversou com os jornalistas confirmando a declaração do senador Portella, que “a decisão pertencerá a Natel”. Além do mais, não confirmou sua candidatura ao governo, contudo, anunciou que trabalhará para a vitória arenista nas urnas. Ele ainda afirma sobre os diálogos que manteve com o Portella: “é bastante comum – disse – aos velhos companheiros de universidade ficarem absorvidos pelo assunto” (NATEL CONVERSA..., 1974, p. 6). A conversa desviava da pauta principal (sucessão estadual), que deveria ser tratada com o senador Portella. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Paulo Egydio e Petrônio Portella participaram da União Nacional dos Estudantes (UNE), na década de 40, quando ambos estudavam no Rio de Janeiro. É interessante como a imprensa traz as referências políticas daqueles que consideram um político tradicional (NATEL CONVERSA..., 1974, p. 6).

A situação da ARENA paulista ainda tinha outros problemas, como a fragmentação partidária, além da inviabilização da candidatura de Delfim Netto, que desfrutava de grande prestígio, apresentando-se como homem do “milagre econômico”. A divisão do partido

constituía-se em torno de lideranças políticas como do ex-governador Abreu Sodré, do deputado federal Ademar de Barros Filho²², do então governador Laudo Natel e do senador Carvalho Pinto. Da análise de Manffré (2014) depreende-se que a ARENA paulista tinha características distintas da política nacional, pois as lideranças regionais eram as correntes formadas a partir de Jânio Quadros e de Ademar de Barros, enquanto, em nível nacional, os partidos fortes eram UDN, PSD e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Republicano (PR) migraram para a ARENA para permanecerem na política e continuarem usufruindo da administração pública, pois, caso estivessem ingressados no MDB, não teriam acesso aos cargos públicos, por exemplo. Assim, Manffré (2014) registra que a formação peculiar da ARENA paulista estabeleceu disputas com aspectos próprios do estado.

No dia 28 de março de 1974, no último dia de viagem, o presidente da ARENA recebeu alguns representantes do comércio e da indústria paulista no Hotel Hilton. Os empresários procuraram Portella com o propósito de participarem da indicação ao governo. Delfim Netto era o nome preferido pela classe empresarial, porém, Portella procurou estabelecer à classe empresarial paulista que sua missão se restringia à classe política e que, se eles desejassem participar da política, deveriam se filiar a algum partido. Nesse contexto, a imprensa articulou a deslegitimação da *Missão Portella*, como evidenciado no seguinte trecho: “o episódio evidenciou, mais uma vez, o caráter da ‘missão’ de Portella em São Paulo e a natureza dos métodos adotados para a fabricação do falado ‘consenso’ em favor de um nome predeterminado e a supressão de uma candidatura legítima” (NATEL ANUNCIA..., 1974, p. 4).

Tal posicionamento do coordenador da sucessão dos governadores era reflexo da postura do presidente da República Ernesto Geisel, que já tinha resolvido em não aceitar o nome de Delfim Neto para governador, então, cabia ao Portella barrar os apoiadores de Delfim Neto. Como se verá em outros estados, por exemplo, na Bahia, o senador Portella receberá a classe empresarial que pôde influir na escolha do futuro governador baiano. Ainda mais, porque, em entrevistas anteriores ao jornal, ele enfatizou que poderia “receber líderes empresariais e dirigentes sindicais” (PORTELA PREPARA..., 1974, p. 4). Todavia, em São Paulo a *Missão Portella* apresentou contornos diferentes dos demais estados.

Saindo do hotel, ele, mais uma vez, reuniu-se com o governador Laudo Natel, a fim de lhe comunicar as considerações sobre os últimos contatos feitos com políticos e alguns

²² Herdeiro político do pai, Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, um dos principais articuladores do Golpe Civil-Militar de 1964, pertencia ao Partido Social Progressista (PSP).

representantes da indústria e comércio (OS CONTATOS..., 1974, p.4). Depois, seguiu para o aeroporto e, antes de partir para Brasília, conversou novamente com o Paulo Egydio. Chegando lá, imediatamente, dirigiu-se ao Palácio do Planalto para uma reunião com presidente Geisel, com o propósito de lhe passar o relatório da viagem.

A Figura 6 representa Petrônio Portella tirando um papel do paletó. A viagem de Portella à São Paulo foi mais representada no jornal *O Estado de S. Paulo* com tom de crítica. As charges seguiram o mesmo padrão das notícias e das colunas assinadas, representando a *Missão Portella* no estado paulista com a nomeação certa do presidente Geisel, em contratos com o que tinha sido anunciado antes de consultar os correligionários.

Figura 6 - Portella em São Paulo



Fonte: Hilde (1974d, p. 5).

Com efeito, a *Missão Portella*, em São Paulo, foi apontada como uma mera emissária do presidente da República com a possibilidade de ter sido para costurar um acordo entre o então governador, Laudo Natel, e o futuro governador, Paulo Egydio. Portanto, Portella dirigiu-se para lá com a agenda de acolher os nomes para a sucessão estadual e confirmar a candidatura à reeleição do senador Carvalho Pinto ao Senado. Porém, a função de continuar o processo de sucessão ficou a cargo do governador Laudo Natel.

Assim, no dia 29 de março, o governador de São Paulo divulga, sem nenhuma solenidade, a seguinte nota oficial:

O excelentíssimo senhor presidente da República, general Ernesto Geisel, ante o atual quadro político de São Paulo e consultada a representação partidária pelo presidente do Diretório Nacional, senador Petrônio Portela, fixou-se no nome do engenheiro Paulo Egidio Martins como candidato às eleições de 3 de outubro deste ano para o governo do Estado. Ao anunciar essa decisão, exprimo minha confiança em que a solução dada ao processo sucessório promova o congraçamento de todas as forças arenistas para o bem de São Paulo, a serviço da Revolução e da Pátria (NATEL ANUNCIA QUE..., 1974, p.4)

A circunstância da divulgação do novo candidato da ARENA apresentou uma confirmação do que já se esperava no meio político, até esse momento, não houve nenhuma surpresa. O governador Laudo Natel conseguiu amenizar a situação, pois, devido à hepatite infecciosa, não poderia ficar em público a fim de comunicar o nome do seu sucessor. Além disso, o tom da nota assinalou a falta de consenso que havia no partido. Como se observa, nela não se apresenta o passado público de Paulo Egydio, que já tinha sido Ministro da Indústria e Comércio no governo Castello Branco. Ademais, o presidente da República foi apontado como o responsável pela escolha.

Efetivamente, Paulo Egydio não pertencia ao grupo político ligado a Laudo Natel, e este, possivelmente, deve ter indicado outro nome mais próximo das suas relações ao senador Petrônio Portella, na ocasião da sua visita. Como Laudo Natel não foi à Brasília para a posse do presidente Ernesto Geisel, não teve oportunidade de conversar com o presidente e nem com Portella, com o intuito de costurar melhor sua participação na designação do seu sucessor. Além de tudo, estavam todos sobre a tutela de regime ditatorial e ir contra a decisão do presidente General de Exército teria graves sanções.

Depois da divulgação da nota, Paulo Egydio visitou o então governador no Palácio dos Bandeirantes. Em seguida, declara aos jornalistas presentes: “vim fazer uma visita ao sr. Laudo Natel e prosseguir os entendimentos políticos que já vínhamos mantendo” (NATEL ANUNCIA QUE..., 1974, p.4), assim, a afirmação do Egydio corrobora com a tese de que Petrônio Portella procurava apurar se o seu nome teria votos suficientes para ser homologado na assembleia do diretório regional.

Ainda, na sua entrevista, diz: “não cogitei ainda de nomes para minha equipe de governo. Só o farei depois das eleições de 15 de novembro e só anunciarei às vésperas da transmissão de cargos” (NATEL ANUNCIA QUE..., 1974, p.4). Nota-se um dos aspectos do tempo do político: quando inicia o tempo da política, o tempo do político fica suspenso,

temporariamente, para dar lugar a disputa eleitoral. A formação da equipe de governo está situada no tempo do político, onde as negociações por secretarias estão restritas ao político. Depois da definição de quem seria o governador e da reeleição do senador Carvalho Pinto, a pressão e a disputa se deram em torno de quem seria o vice-governador.

Outros políticos também divulgaram notas de apoio ao candidato Paulo Egydio. O gabinete do deputado Jacó Pedro Carola, presidente regional da ARENA, mesmo que estivesse viajando, publicou uma nota. Segundo *O Estado de S. Paulo* isso permitia “inferir que a nota já estava preparada pelo menos há dois dias, tudo na linha da grande encenação sucessória” (NATEL ANUNCIA QUE..., 1974, p.4). A outra nota foi emitida pelo senador Carvalho Pinto e reforça a ideia de que a escolha foi um consenso partidário alcançado com a *Missão Portella*. E, por fim, a nota mais elogiosa pertencia ao ex-governador Abreu Sodré, que exaltava a trajetória política de Paulo Egydio e sua capacidade de governar São Paulo. Isso se deve, sobretudo, porque Paulo Egydio fazia parte da corrente arenista de Abreu Sodré, ambos pertenciam a ex-UDN e significou, novamente, a “udenização” do partido em São Paulo (MANFRÉ, 2014).

Dias depois, o candidato a governador de São Paulo viajou com destino à Brasília, para uma audiência com o presidente da República e com o ministro da Casa Civil General Golbery do Couto e Silva. Logo após o encontro, o governo federal publicou a seguinte nota:

O presidente Ernesto Geisel recebeu em audiência especial o sr. Paulo Egydio Martins candidato ao governo do Estado de São Paulo. Durante a conversa, em que foram abordados problemas daquele Estado, o chefe do Executivo, ao aplaudir a iniciativa das forças políticas da Arena, expressou sua confiança na futura ação administrativa do sr. Paulo Egydio Martins que contará com o decidido apoio do governo federal (GEISEL PROMETE..., 1974, p.5).

Nesse contexto, a nota da presidência visa reforçar a escolha de Paulo Egydio como um consenso da ARENA paulista por meio da *Missão Portella*. O desfecho da missão de Portella em São Paulo desencadeou diversas críticas. Para muitos, significou uma quebra de expectativa da participação política no processo de decisão da sucessão estadual.

Se o senador pelo Piauí uma vez mais apenas transmitir à Arena do Rio Grande do Sul o recado que recolheu ontem no Palácio do Planalto, então, é obvio, que poderá cancelar as outras viagens, poupando-se ao desgaste e economizando passagens. Bastará enviar telegramas ou comunicar-se pelo telefone com os governadores. Todos já têm a nota de anúncio pronta, com espaço em branco para preencher com o nome do eleito (C.B.V., 1974, p.3)

Essas notas oficiais dão indícios de discordâncias entre o governador Laudo Natel e o presidente da República, assim, a indicação de Paulo Egydio sinalizou uma escolha ponderada do ponto de vista partidário, já que ele não era um político de carreira, mas filiado à ARENA desde a fundação do partido; ele veio da UDN e ocupou o cargo de Ministro da Indústria e Comércio no governo Castello Branco.

A Figura 7 realça que a *Missão Portella*, em São Paulo, teve aspecto de ser uma manipulação do Poder Executivo Federal. Na charge, o futuro governador paulista é ilustrado como fantoche de teatro, manipulado por uma mão representada pelo governo. Uma estratégia dos chargistas, na grande imprensa da época, era representar o governo desenhando somente uma mão ou um pé, isso ocorria devido à censura. Dessa forma, os militares eram poupados das críticas (GRINBERG, 2009).

Figura 7 - A encenação política



Fonte: Hilde (1974e, p. 4).

Diante de tal situação, a presença de Petrônio Portella intervindo na política estadual incomodou muitos paulistanos. Por vezes, a *Missão Portella*, na capital paulista, era percebida como “grande encenação política.” (PORTELA TRAZ..., 1974, p.4). Na matéria intitulada *Candidato Surgirá Numa Semana* (1974), a respeito da viagem a São Paulo, chamam Petrônio Portella ora de senador nordestino ora de senador paraibano. Na época, era muito comum, em São Paulo, chamarem de paraibano os nordestinos que migravam para o estado, independente da região de origem. Imagine só: um político de um pequeno estado, nordestino, “revolucionário” de última hora e ainda falando em nome do presidente da República, ou seja, tinha todos os aspectos de quem não era bem aceito pelos paulistanos.

Apesar dos problemas enfrentados nas primeiras semanas, aos poucos, Paulo Egydio alcançou um protagonismo na ARENA. O relatório do SNI (1974a, p.1) a respeito de São Paulo afirma que “a coordenação que vem imprimindo com vistas às eleições de 15 de nov. estão obtendo êxito satisfatório”. Logo depois da definição de Paulo Egydio como futuro governador do Estado paulista, ele trabalhou intensamente com o intuito de fortalecer o partido. Nos vários eventos promovidos pelos municípios, ele, Laudo Natel e Carvalho Pinto apareciam juntos, isso antes da campanha eleitoral começar oficialmente.

Em suma, a viagem à São Paulo foi desafiadora e marcada pela discriminação em relação ao senador piauiense Petrônio Portella. Primeiro, a não escolha do ministro Delfim Netto causou descontentamento entre os paulistas, sejam eles da classe política, empresarial e imprensa. Segundo, o presidente Geisel ter enviado o senador Portella, de um pequeno estado do nordeste, para ouvir os arenistas paulistas, cuja recepção foi hostil. A escolha de Paulo Egydio não agradou a maioria dos grupos arenistas, pois significou a “udenização” do partido em São Paulo (MANFRÉ, 2014), ou seja, não pertencia aos principais grupos, ademarista e janista, os quais eram mais representativos que os grupos udenistas e pessedistas. Mas, o ex-udenista e ex-ministro do Castello Branco trabalhou em prol da unificação partidária e da eleição parlamentar de novembro.

Nas páginas do *O Estado de S. Paulo*, as disputas na ARENA ganharam palco até as eleições parlamentares. Contudo, o jornal teve uma atitude ambígua enquanto tentava deslegitimar o partido e o presidente nacional Portella, pois fazia ampla propaganda para os políticos paulistas, apoiava a candidatura dos candidatos a governador, Paulo Egydio, e a vice-governador, Manuel Gonçalves. Além disso, diariamente, as notícias reforçavam a campanha eleitoral encabeçada por tais candidatos e legitimavam São Paulo como estado mais importante da Federação. Por sua vez, o governador Laudo Natel ficou à margem da campanha eleitoral dos candidatos arenistas ao Poder Legislativo.

Em 3 de outubro de 1974, a Assembleia Legislativa homologou as candidaturas de Paulo Egydio Martins e Manuel Gonçalves aos cargos de governador e vice-governador. Logo depois, o futuro governador paulista realizou excursões eleitorais pelos municípios do estado, promovendo comícios e reuniões em favor da reeleição do senador Carvalho Pinto e os candidatos à Câmara e Assembleia (CAROLA..., 1974). Nesse itinerário pelo Estado paulista, o secretário de Transporte do governador Laudo Natel, Paulo Maluf, destacou-se como militante arenista. A presença do secretário foi notada em todos os comícios, o que mais se observava era o fato dele não ser candidato a nenhum cargo. Maluf desejava concorrer ao Senado, entretanto, desistiu após um pedido do governador Natel.

Assim, o futuro governador, Paulo Egydio, que se empenhava pela união do partido em meio a um comício, discursou:

Eu já sou o governador eleito de São Paulo. E nessa minha peregrinação, além de estar ao lado de meus companheiros, estou verificando também qual é o bom lutador, qual é o companheiro que amanhã poderei ter ao meu lado ou entregar a minha retaguarda sem o temor de que vá fraquejar no momento da verdade. (C.T.A., 1974, p.4)

No meio político, a fala do futuro governador foi direcionada para o secretário dos transportes, Paulo Maluf, que acompanhou todas as viagens em campanha eleitoral. Notou-se que os ex-governadores, até o ex-governador Abreu Sodré, do grupo do Paulo Egydio, não participou da campanha. Além disso, muitos candidatos à Câmara e à Assembleia buscavam fazer sua campanha sem pedir votos ou se associar ao candidato Carvalho Pinto, pois percebiam que a sua imagem já estava muito desgastada junto ao eleitorado.

2.3 A MISSÃO PORTELLA EM BUSCA DE CONSENSO NO RIO GRANDE DO SUL

A escolha dos novos governadores tinha urgência. A partir da divulgação oficial do candidato paulista ao Poder Executivo estadual, nos demais estados se potencializavam os diálogos e as negociações, a fim de decidirem quem seriam os nomes indicados ao Portella na ocasião da sua visita. Enquanto isso, o senador aproximava-se do presidente Geisel e da classe política buscando os políticos mais capacitados em unificar a ARENA. Na figura 8, a desenhista Hilde articula os debates mobilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em formas de cenas, nas quais instigavam a sociedade a assimilar a política brasileira.

Figura 8 - Portella consulta os arenistas



Fonte: Hilde (1974f, p. 5).

Nessa Figura 8, representando o papel do senador Petrônio Portella na sucessão estadual, Hilde faz uma alusão à *Missão Portella* que, no próximo dia, seguiria para o Rio Grande do Sul, com o desafio de legitimar a missão, devido ao descrédito que ela recebeu em São Paulo. Na charge, o senador Portella aparece saindo de uma porta com caneta e papel na mão, na parte superior da porta, está escrito: Sucessão Estadual. À esquerda da imagem, há vários políticos conversando, parecem estar aguardando o coordenador da sucessão.

Desde a visita do futuro presidente Geisel, no início de fevereiro de 1974, a questão sucessória já estava em debate no estado. Na ocasião, Geisel teve uma audiência com os três senadores gaúchos: Daniel Krieger, Tarso Dutra e Guido Mondin. Esses políticos tradicionais articulavam a reeleição de Guido Mondin, mas, como resultado da reunião com Geisel, o nome mais cogitado ao Senado se tornou o do Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil há 7 anos. No entanto, Nestor Jost era um nome forte ao governo pelos diretórios municipais, assim, o possível candidato ao governo passou a ser o senador Tarso Dutra (GEISEL INTERVÉM..., 1974). No tempo dinâmico do político, cada reunião, cada diálogo, cada declaração resulta em efeitos imediatos que reverberam na imprensa e na classe política.

Havia um temor de que, não encontrando um nome de consenso, a escolha seria um militar considerado o preferido do presidente Geisel, o General Amir Borges Fortes. Isso levaria a um desprestígio da classe política e, sobretudo, do partido. Ainda mais depois que o senador Tarso Dutra, político mais prestigiado do Rio Grande do Sul, enviou uma carta para o presidente da ARENA renunciando qualquer possibilidade de ser candidato à sucessão estadual (PORTELA TRAZ..., 1974, p.4). Aloysio Carvalho (2011) observou que, durante o Estado Novo (1937-1945), o senador Tarso Dutra ocupou a função de chefe de polícia do Distrito Federal e foi torturador de presos políticos.

Prestes a viajar a Porto Alegre, o presidente da ARENA concede uma entrevista, após o encontro com o presidente Geisel, afirmando que “a exemplo do que ocorreu em São Paulo – frisou o senador – não levarei nomes, nem farei sugestões. Vou ouvir e depois relatar tudo ao presidente da República”. Possivelmente, estava tentando atenuar a péssima reputação que sua viagem de São Paulo deixou no meio político (viajara já com o nome escolhido). Também cresciam rumores de que sua missão seria de convencer os seus pares da decisão e não de consultar sobre a sucessão. Outro aspecto que marcou a missão em São Paulo foi o fato de o governador anunciar o novo candidato, sobre isso, Portella declara que “a fórmula pode ser outra, pois não existe um sistema uniforme para isso” (PORTELA OUVI GEISEL..., 1974, p. 4). Essas situações constituem, no tempo do político, regras mais informais, por vezes, subentendidas, pelas quais os conflitos geralmente são resolvidos de forma mais tácita.

No dia 04 de abril de 1974, Portella saiu de Brasília com destino à Porto Alegre. Ao chegar, o seu primeiro compromisso foi um jantar, no Palácio Piratini, em companhia do governador Euclides Triches. Em seguida, reuniu-se com membros da Executiva Regional, membros do diretório regional e prefeitos. No outro dia, sua agenda começou com um encontro, ainda no hotel onde estava hospedado, com os senadores Daniel Krieger e Tarso Dutra (PORTELA VAI HOJE..., 1974).

Logo após, deslocou-se para a sede da ARENA. A primeira entrevista ocorreu com os ex-governadores Cilon Rosa e Ildo Manegheti,, depois, vieram as rápidas entrevistas com os deputados estaduais, onde cada um indicava três nomes de sua preferência. Nesse cenário, o nome do senador Tarso Dutra foi o mais indicado, por isso, “quando um deputado sugeria o nome de Tarso Dutra, Petrônio Portella lembrava imediatamente que o senador não poderia ser candidato, pois escreveu-lhe uma carta dizendo que não aceitava” (PORTELA DEIXA..., 1974, p.4)

Por outro lado, o senador Tarso Dutra teria comentando com alguns políticos gaúchos que a sua candidatura fora vetada. Mais adiante, teria afirmado que “existem certas soluções políticas que são medíocres” (PORTELA DEIXA..., 1974, p.4). O que evidencia as discussões no alto escalão do governo, formado por Ernesto Geisel, Golbery de Couto e Silva e Petrônio Portella, onde, juntamente, vêm estudando quais os “melhores nomes” para governador. Na política, os acordos, os entendimentos e as escolhas não são tão evidentes e abertos para a sociedade.

No final do dia 05 de abril, na coletiva de imprensa, antes da viagem, Portella declara que os arenistas continuaram a fazer um “levantamento de tendências”. O relatório produzido durante as consultas não diz respeito somente ao “quadro sucessório”, mas contém um apanhado da situação do partido gaúcho visando as eleições parlamentares. Então, seguindo a orientação do presidente Geisel de “olhar sempre o interesse da comunidade, harmonizar e unir a ARENA” (PORTELA DEIXA..., 1974, p.4), Portella retorna à Brasília sem nenhuma declaração a respeito de quem poderá ser o novo governador do Rio Grande do Sul.

No dia 09 de abril de 1974, Petrônio Portella teve uma audiência com o presidente Geisel e com o ministro Golbery de Couto Silva, onde relatou como se deu a missão no Rio Grande do Sul. Logo após, concedeu uma entrevista afirmando que “a audiência foi altamente proveitosa e ele estava satisfeito por sentir o respeito que o presidente da República tem pelos políticos” (PORTELA LEVA A GEISEL..., 1974, p.4). Nesse ínterim, surgiram boatos, na imprensa, de que Portella teria viajado para Rio de Janeiro com o objetivo de consultar o ex-presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sobre a sucessão gaúcha. O que também corroborou essa notícia foi o fato do relatório entregue por Petrônio Portella, ao presidente Geisel, sobre a sucessão gaúcha, ter indícios de elementos ligados ao pensamento do ex-presidente Médici sobre a sucessão de Euclides Triches (COM A SUCESSÃO..., 1974).

Muitos questionamentos foram feitos a respeito de qual motivo teria levado o presidente da ARENA a consultar o General Médici, talvez o fato de ser gaúcho ou de ser ex-presidente. Dado que, durante o seu governo, deixou a classe política na inércia, além de, em 1970, não ter permitido uma participação dos políticos na escolha dos governadores (COM A SUCESSÃO..., 1974). Isso tudo gerou um mal-estar entre os políticos arenistas, principalmente, os gaúchos. Pode-se inferir que uma estratégia do jornal *O Estado de S. Paulo* era de utilizar falas de pessoas indefinidas como “alguns políticos” e “comentaristas políticos” para driblar a censura e criticar o tratamento dado aos políticos pelo estado ditatorial.

Contudo, Portella negou as acusações de ter visitado o ex-presidente Médici com a finalidade de sondar a sua opinião sobre a sucessão gaúcha, disse que sua viagem ao Rio de

Janeiro tratou de questões pessoais (COM A SUCESSÃO..., 1974). É considerável que a imprensa, muitas vezes, trabalha com expectativas e acontecimentos que gerem polêmicas. A notícia precisa ter alguma novidade para tornar o fato em notícia (DARNTON, 2010). Diante disso, compreende-se, neste trabalho, essa suposta visita ao ex-presidente uma especulação que a mídia trouxe para criar notícia. No final da matéria, apresentou-se a negação do Petrônio Portella ao fato. Não foi encontrado, nas pesquisas, nenhum indício de que Médici tivesse feito alguma interferência no governo Geisel.

No dia 17 de abril, o presidente do diretório estadual, João Dentice, comunicou que o candidato da ARENA para governador era o deputado federal Sinval Guazelli, ressaltando que a escolha foi resultado de um consenso político. A notícia agradou aos arenistas, por sua vez, alguns deputados emedebistas criticaram a escolha. Um opositorista declarou que “o requisito essencial para concorrer ao Piratini é ter perdido uma eleição majoritária, de preferência para o PTB, referindo-se aos casos de Peracchi Barcelos, Euclides Triches e do próprio Sinval Guazelli, que já foi candidato, derrotado, a prefeitura de Porto Alegre” (DEPUTADO..., 1974, p. 5). No entanto, Sinval Guazelli chegou na Câmara Federal como o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul, em 1970. Decerto, a escolha do deputado recaiu sobre o aspecto de ser um político com experiência em campanhas eleitorais, visando-se fortalecer a ARENA para as eleições diretas de novembro (DEPUTADO..., 1974).

Desse modo, a escolha de um parlamentar para ser o futuro governador consistiu em uma vitória da classe política e cumpriu um dos propósitos da missão, que seria de valorizar os políticos. O jornal *O Estado de S. Paulo* reconheceu a escolha como procedente da ARENA e não uma indicação direta do presidente Geisel (NOS PRÓXIMOS..., 1974). Porém, houve uma intervenção do governo federal, vetando, primeiro, o nome do senador Guido Mondin à reeleição ao Senado, depois, o nome do senador Tarso Dutra ao governo gaúcho, que deixou um descontentamento entre os arenistas gaúchos. No palco político, apresentou-se “a dependência dos civis face a seus aliados pretorianos” (MARTINS, 2019, p. 92). Em outras palavras, o processo não acontecia sem a influência e a aprovação do presidente Geisel.

A imprensa não deu visibilidade a esses aspectos, mas, no relatório do SNI, evidencia-se como a ARENA gaúcha ficou desgastada com as indicações do deputado federal Sinval Guazzelli a governador e do Nestor Jost a senador. O partido MDB começou a campanha eleitoral pelo Rio Grande do Sul, devido à instabilidade regional que já era um aspecto da cultura política gaúcha. Além disso, aproveitou “a oportunidade de capitalizar os descontentamentos dos correligionários do Sr. Tarso Dutra e do próprio Senador” (SNI, 1974b, p.2).

O Rio Grande do Sul foi o segundo estado a receber a *Missão Portella*, em meados de abril, a divulgação também ocorreu rapidamente, o que levou o partido arenista gaúcho a ter mais tempo em relação aos demais estados para se preparar para a campanha eleitoral que começaria em agosto. No entanto, ao contrário do que se viu em São Paulo, o candidato Paulo Egydio se movimentando pelo estado para capitalizar votos para ARENA, no Rio Grande do Sul, permaneceu-se inerte em relação as eleições de novembro. Para o governador, é importante para sua gestão ter maioria na Assembleia Legislativa.

Em meados de junho, quando se aproximava o fim da *Missão Portella*, o SNI, em relatório geral sobre a receptividade à indicação dos governadores, apresentou que o candidato deputado federal Sinval Guazzelli obteve uma avaliação mais otimista e que, apesar de não ter sido uma escolha do povo, ele tinha popularidade (SNI, 1974c,). Em suma, a documentação do SNI confirma as observações realizadas pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* de que a missão foi bem-sucedida no Rio Grande do Sul e obteve o consenso partidário.

2.4 A FUSÃO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E GUANABARA

As primeiras viagens do senador Petrônio Portella no começo do ano de 1974 foram ao Rio de Janeiro. Ele fazia visitas ao futuro presidente Geisel e ao General Golbery do Couto e Silva, mas também, ao governador carioca Raimundo Padilha e o senador Paulo Torres, as duas principais lideranças do Estado do Rio de Janeiro. A imprensa cogitava que esses encontros com os arenistas eram para articular a escolha do próximo governador do Rio de Janeiro. Nesse caso, já era notório que o senador Paulo Torres almejava ser o próximo governador do estado (PORTELA EXAMINA..., 1974).

Em entrevista ao jornal, Portella caracterizou sua viagem do começo de fevereiro como uma visita de cortesia aos seus correligionários. Todavia, na esfera política, os comentários eram de que as reuniões tiveram a intenção de pacificar o partido com o propósito de viabilizar a definição do sucessor do então governador Raimundo Padilha (PORTELA EXAMINA..., 1974). Havia um ressentimento entre essas lideranças, que cresceu durante a indicação anterior para governador do estado em 1969. Na ocasião, o senador Paulo Torres se destacava como principal candidato, entretanto, o presidente Médici indicou o deputado federal Raimundo Padilha para o cargo.

À medida que a *Missão Portella* ia avançando, tornava-se nítido que os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro ficariam de fora da competência do senador Portella. Por isso, não aconteceram viagens para lá com o propósito de escolher o sucessor do Poder Executivo

estadual. De fato, a aposta do governo federal era de unificar os dois territórios. No dia 1º de julho de 1974, o presidente Geisel homologou a lei complementar que estabeleceu a criação do novo estado do Rio de Janeiro. A lei aprovada no Congresso Nacional recebeu o voto da maioria arenista, no entanto, o MDB votou contra.

De acordo com Ferreira (2006, p. 163), “a ideia de unir a cidade do Rio ao Estado do Rio não era nova, mas enfrentava resistências variadas”. A historiadora, nos seus estudos sobre a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, destaca dois motivos consensuais que levaram o presidente Geisel a seguir com plano de fusão. O primeiro seria na esfera político-partidária, ou seja, reduzir o poder do MDB na Guanabara. O segundo seria no plano técnico-econômico, visando resolver os *déficits* orçamentários da Guanabara e desenvolver o estado do Rio de Janeiro como polo industrial.

Identifica-se essas duas interpretações nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. O líder do governo na Câmara Célio Borja (ARENA/RJ), em uma palestra ao Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, torna nítido que “a medida não foi idealizada para acabar com o maior reduto emedebista no País. [...] não se tratou de pequeno golpe de alta política nem de grande golpe de pequena política” (GEISEL SANCIONA..., 1974, p. 5). Ele também menciona o cenário econômico de Guanabara: “não existem estímulos suficientes para a retenção do capital lá concentrado, que acaba sendo desviado para outras Unidades da Federação” (GEISEL SANCIONA..., 1974, p. 5).

O governo federal fez um projeto de lei e encaminhou ao Congresso, nele, aprovando-se a unificação dos dois estados, o presidente Geisel nomearia um governador. Em ano de eleições parlamentares, a medida arbitrária repercutiu na imprensa como uma estratégia política do governo de minar a influência do MDB no estado de Guanabara, visto que era o único com governador pela legenda do MDB e maioria na Assembleia Legislativa. Contudo, ocorreram manifestações dos arenistas e dos emedebistas, nos dois estados, contrárias a proposta do governo.

O quadro político-partidário desses estados estava organizado da seguinte maneira: a Assembleia Legislativa da Guanabara tinha 44 cadeiras, das quais 30 do MDB e 14 da ARENA, e o governador Chagas Freitas pertencia ao MDB, de fato, era o único estado em que o governador era emedebista. A liderança mais significativa da ARENA de Guanabara era Gama Filho, presidente do diretório regional, que tinha mais poder econômico do que capital político. Por sua vez, o estado do Rio de Janeiro tinha 43 cadeiras da Assembleia, sendo 25 da ARENA, e o governador Raymundo Padilha pertencia a ARENA (FERREIRA, 2006).

Marieta Ferreira (2006, p. 172) conclui que “contrariamente ao que se costuma afirmar, ou seja, que a fusão foi feita para derrotar o MDB, a fusão acabou por derrotar a Arena e fortalecer o MDB, que a partir de então passaria a controlar não só a cidade do Rio, mas também o novo estado do Rio de Janeiro”. Com efeito, os documentos do SNI mostram como o governador Chagas Freitas aproveitou a situação para aumentar seu capital político: “é evidente que o MDB, com a iniciativa e o comando inicial de Chagas Freitas, tomou a dianteira dos acontecimentos e manobra eficazmente para conseguir uma alentada maioria que muitos problemas poderá trazer ao primeiro Governador, quiçá ao Governo Federal.” (SNI, 1974d, p.3).

As estratégias do grupo de Chagas Freitas consistiram em fazer uma aliança com a liderança emedebista do Rio de Janeiro, senador Amaral Peixoto, para trabalharem juntos na campanha eleitoral (FERREIRA, 2006) e conseguirem o maior número de cadeiras na Assembleia Constituinte que elaboraria a nova Constituição Estadual (GEISEL SANCIONA..., 1974, p. 5). O documento do SNI elenca vários aspectos da colaboração de Chagas Freitas com o projeto de fusão. Entretanto, demonstra como o governo do Raimundo Padilha, do partido governista, não estava satisfeito com a medida.

Parece digno de realce que, enquanto o Governador da GUANABARA, do MDB e, portanto, da Oposição, mostra-se conformado com a proibição de novas nomeações, o Governador do ESTADO DO RIO, pertencente à ARENA, demonstre verdadeiro desespero ao sentir-se tolhido na criação de novos cargos. Pior ainda – numa evidência de costumes políticos (mau costumes) bastante arraigados – considera aquela possibilidade de oferecer empregos como indispensável à vitória da ARENA no próximo pleito eleitoral no ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SNI, 1974e, p.2-3).

Pode-se observar, nesse trecho, que os militares verificam a cultura política brasileira do patrimonialismo – uma prática característica das relações entre o público e o privado em que o agente público se beneficia do bem público com os interesses privados (SCHWARCZ, 2019). Essa questão de criar novos cargos na administração pública para contratar mais pessoas e, assim, ter ganhos pessoais, como o voto e até mesmo parte dos seus salários, estão imbricados na política brasileira. Dois termos populares denominam essas práticas: “cabide de emprego” e “rachadinha”.

De fato, os militares nutriam um desprezo pela vida política mais do que defender os princípios da República. Levando em conta, ainda, que o extrato afirma que o governador do estado do Rio de Janeiro, Raimundo Padilha, demonstrou um desespero diante da situação. Em outro documento, fala do envolvimento do filho do governador Padilha que exercia a função de assessor dele, com outros integrantes do governo sendo investigados por corrupção. (SNI,

1974f). Importante ressaltar que os militares também tinham o lema de combater a corrupção (SCHWARCZ, 2019).

Em 11 de setembro de 1974, o governo Geisel anunciou o governador do novo estado do Rio de Janeiro, o Almirante Floriano Peixoto Faria Lima (GEISEL ANUNCIA..., 1974). Este era o então presidente da Petrobras, que substituiu Ernesto Geisel quando ele deixou o cargo para se candidatar à presidência da República, em 1973. A indicação ainda precisou passar pela formalidade de ter o nome aprovado pelo Senado antes do dia 3 de outubro, quando todas as Assembleias Legislativas homologariam as nomeações dos futuros governadores. A partir de 1975, o novo estado do Rio de Janeiro se tornou o segundo maior estado da Federação, ficando atrás somente de São Paulo. Assim, a escolha do Almirante Faria Lima não favoreceu a ARENA (FERREIRA, 2006).

A *Missão Portella* também não interviu nos territórios federais, os atuais estados de Roraima, Amapá e Rondônia. Em 1974, eram territórios federais, por isso os governadores foram designados diretamente pelo presidente Geisel. Nesses territórios, havia atividade política restrita apenas à Câmara dos Deputados, pois, como não gozavam de *status* de estado da Federação, não era possível ter representantes no Senado, visto que senadores são representantes dos interesses do Estado. Por sua vez, os integrantes da Câmara representavam, proporcionalmente, a população.

3 MISSÃO PORTELLA FORTALECE O TEMPO DO POLÍTICO NOS ESTADOS

Conforme Serge Bernstein (2003, p. 60), o partido político se manifesta como “o lugar onde se opera a mediação política”. Em outras palavras, o partido é o lugar próprio de articulação, de debate e de mobilização das necessidades ou dos anseios da comunidade, onde os eleitores estão inseridos. Dessa maneira, durante a ditadura militar, os partidos políticos cumpriam essa função na sociedade, por mais que houvesse restrições. Partindo desse entendimento de que, no campo político, existem espaços das interferências, a *Missão Portella* foi um lugar de mediação do governo Geisel com os arenistas. O tempo do político ganhou dinamismo e aceleração nos demais estados que aguardavam a visita do senador Portella, após sua primeira viagem oficial à São Paulo. O Quadro 1 apresenta o calendário eleitoral de 1974.

Quadro 1 - Calendário Eleitoral de 1974

Mês	Eleição
15 jan.	Colégio Eleitoral elege o Presidente Geisel
15 mar.	Geisel assume a presidência da República
03 out.	Assembleias Legislativas elegem os Governadores
15 nov.	Eleição direta de nova Câmara, 1/3 do Senado e todas as Assembleias

Fonte: Elaborado pela autora, com base no *Jornal O Estado de S. Paulo* (1974).

Nessa conjuntura, a primeira atitude na ARENA foi de decidir quem seria o candidato ao governo estadual, depois, ao senado e de vice-governador. Os demais políticos tinham que se dividir entre concorrer à Assembleia ou à Câmara. A busca por unificação partidária em período pré-eleitoral era um desafio, visto que a eleição do presidente Geisel acontecia em momento que a maioria dos componentes do colégio eleitoral estavam em fim de mandato. Parte dos políticos queria continuar na vida pública. Além disso, a eleição indireta dos governadores também acontecia nas Assembleias Legislativas, com os políticos em fim de mandato e a maioria em plena campanha eleitoral em busca de se reelegerem.

Dessa maneira, como o presidente Geisel empreendeu a missão de ouvir os arenistas, intensificavam-se os encontros para discutir quem seriam os candidatos, essas reuniões, geralmente, aconteciam entre antigos correligionários do PSD e da UDN. Como se apontou, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, essa configuração de ex-pessedistas e ex-udenistas não era preponderante. Nas demais regiões do Brasil, as disputas entre esses dois grupos foram mais acentuadas, com exceção do Piauí.

Como não houve uma exposição prévia sobre qual seria o roteiro da viagem do senador Portella, parecendo, numa primeira observação, ser algo aleatório. Mas a sequência seguiu alguns aspectos: o primeiro foi a importância econômica dos estados e o segundo foi de região. Com exceção de Minas Gerais, que, como ver-se-á no próximo capítulo, foi o último visitado, pois havia uma acirrada disputa entre os ex-partidários da UDN e PSD, assim, dificultou-se para encontrar um nome de consenso e o governo pareceu deixar os arenistas mineiros se resolverem sem sua intervenção direta.

A respeito da utilização das charges nos jornais, Motta (2016, p. 12) sustentou que “os grafismos cômicos constituem comentários diários dos acontecimentos e dos atos dos líderes políticos, o que os torna uma espécie de crônica visual dos eventos políticos. Assim, auxiliam os jornais em seu papel de produzir notícias e influenciar a opinião política.” Sob essa ótica, observa-se a Figura 9, na qual é apresentada a *Missão Portella* como metáfora da brincadeira da dança das cadeiras. A diversão consiste numa roda cadeira no centro, em um número menor que a outra roda formada por pessoas em torno delas. É preciso uma música para iniciar o jogo, quando a música para de tocar, todos devem se sentar em uma cadeira, mas, como o número de cadeiras é inferior ao de pessoas, fica um participante de fora. Então, quem não consegue se sentar sai e é retirada mais uma cadeira. A brincadeira chega até duas pessoas disputando uma única cadeira. O vencedor é o que consegue se sentar na última cadeira.

Figura 9 - Portella coordena o jogo política



Fonte: Hilde (1974g, p. 5).

Nessa charge, o senador Portella está tocando o piano, sendo aquele que media a brincadeira, ou seja, no contexto das eleições parlamentares e eleições do executivo estadual, é o coordenador das indicações dos candidatos e das campanhas eleitorais arenistas. Já os participantes do jogo são os políticos aspirantes por um cargo público. Contudo, não tem um cargo para todos, sendo preciso selecionar e pinçar os “melhores candidatos”. Assim, a figura reforça a liderança política do senador Portella na ARENA. A política é representada de forma humorada, com brincadeira, entretanto, a prática da política é um jogo de disputa intensa, que vai além da legislação. Onde, as decisões desses agentes públicos têm impactos profundos na vida da população e na vida dos seus eleitores, além de reverberar historicamente.

Nas palavras de Prost (2008, p. 114), “na construção da história, vê-se a importância decisiva do trabalho sobre o tempo”. Após o Golpe civil-militar de 1964, houve várias medidas do governo militar que configuravam “um constante avanço militar sobre os mecanismos de representação política” (MARTINS, 2019, p. 73). Nesse viés, Martins (2019) ressalta que, em muitas dessas medidas, os políticos permaneceram “atores coadjuvantes” e, em outras, ficaram totalmente de fora.

O tempo do político abrange todas as articulações pré-eleitorais, a essência é centralidade do político e ausência do eleitor. Como se vê, a eleição indireta se tratou de uma medida autoritária que fechou a escolha do Poder Executivo, a nível federal e estadual, para o povo. Pois, retirando a eleição direta ao Poder Executivo, a campanha eleitoral dos aspirantes ao cargo foi abolida, não necessitando mais buscar votos. Além disso, o tempo permitido para sociedade participar da discussão, exporem as suas demandas, ficou ausente. O resultado disso consistiu em enfraquecimento da classe política.

3.1 GOIÁS, ACRE, AMAZONAS E PARÁ RECEBEM O COORDENADOR DA SUCESSÃO ESTADUAL

Em 19 de abril, prosseguindo com a sua missão, Petrônio Portella viajou para Goiânia. Na consulta, os arenistas goianos indicaram três nomes para a sucessão estadual, sendo o nome mais cogitado o do interventor de Anápolis, Irapuan Costa Junior. A preferência por Irapuan Junior, de acordo com o jornal, era impulsionada pela sua administração no município de Anápolis, estado de Goiás. Durante a sua gestão, alcançou pacificação do partido e realizou grandes obras na cidade (SAI..., 1974). No plano político goiano, havia receio que definissem o Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, que ocupava a Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Em 1964, o Coronel Danilo Darcy chefio os Inquéritos Policial-militar (IPM) que

resultou na cassação do mandato do ex-governador Mauro Borges (PORTELA OUBE GEISEL..., 1974).

No dia seguinte da visita do senador Portella, o presidente da ARENA de Goiás, José Fleury, publicou uma nota oficial anunciando o novo candidato. A nota confirmou a preferência dos políticos consultados, o engenheiro Irapuan Costa Junior, em contraste com o que tinha sido declarado no jornal *O Estado de S. Paulo*. José Fleury ainda declarou, em uma entrevista, que a escolha não foi um consenso dos arenistas goianos, mas uma preferência do governador Leonino Caiado, que teria feito um acordo com o ex-governador Otávio Lages. A aliança política era que o governador Leonino Caiado, indicando o seu sucessor estadual, o ex-governador Otávio Lages, escolheria o candidato ao Senado (IRAPUAN..., 1974). O jornal considerou que, em Goiás, o nome de consenso foi de um técnico, devido às lideranças não chegarem a um acordo e não haver um político com capital suficiente para unir a ARENA.

Diante disso, permite-se levantar alguns aspectos sobre a missão nesse estado. Primeiro, após a viagem do presidente nacional da ARENA ao estado, já ocorreu a divulgação oficial do nome do candidato, o que se pode inferir que, em Goiás, aconteceu o mesmo que em São Paulo: Petrônio Portella tinha um nome indicado para o governo. Segundo, havia a possibilidade de a candidatura a governador ser uma escolha entre os políticos, os militares e os técnicos. Além disso, o jornal parece ter a preferência a candidaturas de políticos tradicionais, de maneira que não concebeu o Irapuan Junior como político, apesar de já ter sido prefeito de Anápolis por indicação do governador de Goiás. Na abordagem de Bourdieu (1989), os políticos mais adequados são os que possuem capital político, ou seja, eleitores e apoiadores, assim, a partir dessa perspectiva, o Irapuan Junior não pode ser considerado um político profissional.

O terceiro aspecto diz respeito ao jornal não apresentar nenhuma referência da participação do Irapuan Costa Junior no IPM que culminou na perda do mandato do ex-governador Mauro Borges, porém, deixou evidente a possível candidatura do Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, que também participou do IPM. Maria Alves (2005, p. 69) sustenta que, na época do Golpe Militar, “[...] o governador Mauro Borges, ele próprio coronel, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por acusações de infiltração comunista feitas por Irapuan Costa Junior”. Nesse período, Irapuan Junior era professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (UFGO), depois, assumiu a chefia das Centrais Elétricas de Goiás.

No documento do SNI, inicialmente, o Irapuan Costa Júnior foi um nome que obteve consenso na ARENA. Todavia, as disputas internas não cessaram, o que levou à renúncia do senador Emival Caiado, pois não foi o escolhido para ser o candidato da ARENA ao Senado

(SNI, 1974g). Portanto, verifica-se que não era somente encontrar um nome de consenso para o cargo de governador, precisava-se acomodar os interesses dos subgrupos, distribuir os cargos mais importantes entre eles.

Acompanhando a missão de Portella, as charges não apenas ilustravam os textos jornalísticos, também participavam dos embates e ajudavam “a pautar o debate político, exercendo pressão em favor das opiniões dos proprietários do jornal” (MOTTA, 2016, p. 12). Na figura 10, o senador Portella está correndo entre as capitais dos estados da região Norte, do Espírito Santo e a capital federal. O desenho, de maneira criativa, ilustra a passagem do coordenador da sucessão estadual nessas cidades, não obstante, a charge também parecer crítica à atuação política do senador Portella. Pois, as suas viagens aconteceram muito rápido, as conversas com os arenistas ocorreram de maneira breve, o que foi pontuado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (1974) sendo um dos problemas da missão.

Figura 10 - A aceleração do tempo do político



Fonte: Hilde (1974h, p. 4).

No sábado, dia 20 de abril de 1974, a *Missão Portella* pousa em Rio Branco. A situação da ARENA acreana se apresentou muito fragmentada. Decorrido alguns dias da visita ao estado, o senador Petrônio Portella não fez mais nenhum pronunciamento a respeito do candidato ao executivo do Acre. Assim, o governador Francisco Vanderlei Dantas resolveu ir à Brasília

reivindicar ao presidente da ARENA uma solução para o caso (PORTELA INICIA..., 1974). Tal demora também gerou uma tensão entre os parlamentares, pois, se a indicação já tivesse sido feita, eles poderiam estar se organizando para as eleições parlamentares, visto que no Acre não tinha, nesse período, o cargo de vice-governador.

O tempo da política, disciplinado pelo calendário eleitoral, aproximava-se e o partido ainda não tinha conhecimento de quem seria o futuro governador. Depois de mais de um mês de espera, no final de maio, o nome do senador Geraldo Mesquita, antigo pessedista, foi anunciado como candidato ao governo acreano. Após saber do resultado, ele publicou a seguinte nota: “Um fascinante desafio, honrosa, mas difícil missão que me foi confiada pelo presidente Ernesto Geisel e pelo meu partido” (ESCOLHIDOS GOVERNADORES..., 1974, p. 5). Geraldo Mesquita se encontrou com o presidente Ernesto Geisel e, em seguida, renunciou ao cargo de senador para homologar sua candidatura ao governo do Acre. Retornando ao seu estado, iniciou os planos de governo e as articulações políticas para a campanha eleitoral da eleição de novembro.

O coordenador da sucessão estadual, depois da visita ao Acre, seguiu para Manaus. O ambiente partidário arenista do Amazonas estava desarticulado enquanto partido político majoritário. Dessa forma, os principais aspectos apontados como os responsáveis pela dificuldade de encontrar um nome de consenso foram o quadro político fragmentado, sem lideranças definidas, e o grande número de pretendentes ao cargo. Com efeito, Petrônio Portella chegou a receber “várias pessoas que, sem possuir nenhuma expressão política, se apresentavam como líderes de alas jovens ou de sindicatos de classe” (DIVISÃO..., 1974, p. 5). Além disso, o governador Coronel João Valter teria sido contrário às candidaturas dos senadores José Lindoso e Flávio Brito. Posteriormente, comentava-se, no meio político, que o senador Portella teria ficado decepcionado com os correligionários do Acre e do Amazonas (DIVISÃO..., 1974).

Em contrapartida, dias antes da visita do senador Portella ao estado, o presidente da ARENA do Amazonas, deputado federal Leopoldo Perez, vinha fazendo declarações como: “os nomes cogitados são igualmente dignos da investidura” e “a ARENA aceitará tranquilamente a decisão do chefe da Revolução, general Ernesto Geisel” (PORTELA OUVÊ GEISEL..., 1974, p. 4). Esse ambiente de tranquilidade e harmonia política logo mudou, com as denúncias do MDB na câmara municipal de Manaus, “várias cartas anônimas difamando todos os postulantes ao governo do Estado” (FRAGELLI..., 1974, p.4) foram lidas na tribuna. Um dos políticos denunciados, o senador Flávio Brito, cobrou da câmara municipal uma atitude contra o MDB por tal constrangimento (FRAGELLI..., 1974).

Após a partida do senador Portella, uma rádio local teria denunciado que as conversas dele estavam sendo gravadas na sede do partido. Sobre essa denúncia, o senador José Lindoso, possível candidato à sucessão estadual, afirmou: “os pequenos incidentes” ocorridos em Manaus “foram apenas consequência do excesso de entusiasmos de alguns políticos, no encaminhamento do problema sucessório” (MISSÃO PORTELA..., 1974, p. 6). A consequência fundamental disso, talvez, tenha sido a mudança do local onde Petrônio Portella se reuniria com os arenistas. Nas viagens anteriores à Belém, as reuniões aconteceram na sede da ARENA, nas viagens seguintes, elas ocorreram nas Assembleias Legislativas.

A espera pelo nome do candidato ao Poder Executivo estadual suscitou muita tensão e conflitos entre os arenistas, além de muitas conversas e visitas ao gabinete do senador Portella, como pode ser visto na charge da Hilde. A Figura 11 retrata as conversas de Petrônio Portella com a classe política. Nela, Petrônio parece se esconder da quantidade de políticos. Alguns estão em pé com o dedo levantado, querendo que Portella os escolham.

Figura 11 - Políticos esperam audiência com Petrônio



Fonte: Hilde (1974i, p. 05).

Em meados de junho, o presidente da ARENA anunciou o novo candidato do partido ao governo, o ministro do Tribunal Federal de Recursos, Henoch da Silva Reis. Nesse momento

da divulgação no Congresso Nacional, alguém expressou que “finalmente sairá um governador pessedista” (ESCOLHIDOS 3..., 1974, p. 4). No mesmo instante, Portella respondeu:

Vocês estão enganados. Dos escolhidos até agora, os pessedistas são maioria ou estão perto disso. Tomem nota: Geraldo Mesquita, para o Acre; Dirceu Arcoverde, para o Piauí; Divaldo Suruagi, para Alagoas; e, agora, o ministro Henocho, para Amazonas. Mas este problema está superado. Somos todos arenistas (ESCOLHIDOS 3..., 1974, p. 4).

Como se vê, era comum a identificação dos políticos com suas antigas legendas, apesar disso, o presidente nacional da ARENA se empenhava para construir uma representatividade política arenista. Por sua vez, o candidato Henocho Reis não teve seu nome eleito na consulta feita por Portella, sua candidatura apareceu posteriormente, nas conversas em Brasília.

Outra questão levantada pelo Petrônio Portella, após o término da sua missão, foi a dificuldade em lidar com os técnicos. Sobre isso, falou que “foram os chamados governadores ‘técnico’, da safra de 1970, os que maiores dificuldades criaram para sua missão, chegando a levá-la, em alguns casos, quase ao malogro, como ocorreu, para mencionar os dois exemplos, no Amazonas e no Espírito Santo” (TÉCNICOS..., 1974, p.3). O então governador do Amazonas, João Valter de Andrade, teria vetado o nome de candidato, porque era “inimigo de sua família”. (TÉCNICOS..., 1974, p.3).

Depois de Manaus, o senador Portella, seguiu para Belém. Nessa ocasião, recebeu as lideranças arenistas e representantes das classes empresariais. O diretório estadual entregou uma lista com sugestões de possíveis candidatos. Portella ainda concedeu uma entrevista afirmando que o partido, no Pará, estava organizado e a indicação do candidato seria tranquila (PODERÁ..., 1974). No entanto, a ARENA paraense estava dividida em dois grupos: o primeiro liderado pelo senador Jarbas Passarinho e o segundo pelo ex-governador Alacid Nunes. Em entrevista ao jornal, o senador Portella afirmou que “a decisão final pertence ao presidente Geisel, mas garantiu que a escolha recairá certamente num dos nomes ouvidos por ele em Belém” (PODERÁ..., 1974, p. 4). Encerradas a viagem aos três estados da região Norte, ele se encontrou com o presidente Ernesto Geisel para entregar os dados por ele colhidos sobre as sucessões no Acre, Amazonas e Pará.

Nesse tempo de espera do anúncio da resolução do Executivo paraense, o prefeito de Belém solicitou a desincompatibilização do cargo para concorrer à eleição indireta. Com efeito, o Coronel Nélcio Lobato inferiu que seria o escolhido. No entanto, no dia 29 de abril de 1974, o presidente da ARENA paraense, Flávio Moreira, comunica oficialmente a candidatura do ex-reitor da Universidade Federal do Pará, Aloisio da Costa Chaves. Nesse cenário, a escolha do

Aloisio Chaves era atribuída à indicação do ex-governador Alacid Nunes e, com isso, uma maneira de reduzir o prestígio político do ex-ministro da educação no governo Médici, Jarbas Passarinho (ALUÍSIO..., 1974). Nota-se que o grupo de decisão da *Missão Portella*, presidente Geisel e General Golbery, não queriam ex-ministros do governo de Médici no cargo de governador.

No dia 02 de maio de 1974, o candidato da ARENA ao governo paraense, Aloisio Chaves, teve uma audiência com o presidente Geisel, que o recomendou trabalhar com o intuito de unificar o partido (PORTELA INICIA..., 1974). O jornal *O Estado de S. Paulo* (1974) classificou sua indicação como técnica e não uma solução política, pois não havia uma liderança política capaz de derrotar o grupo do ex-ministro do Trabalho, ex-ministro da Educação, ex-governador do Pará, Coronel reformado do Exército e senador Jarbas Passarinho. Com efeito, a escolha não agradou uma parte dos arenistas, o que levou a reverberar, no meio partidário, o discurso a favor da criação de um novo partido, “como opção para aqueles que, por qualquer motivo, discordam das diretrizes da ARENA e do MDB e como solução para as crises que se verificam dia a dia nas duas agremiações existentes” (SNI, 1974h, p.2). Em suma, alguns arenistas descontentes com a ARENA vinham defendendo a criação de um novo partido no estado.

As dissensões partidárias permaneceram constantes entre Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, após a indicação de Aloisio Chaves, não sendo suficiente para harmonizar o partido. Apesar do jornal *O Estado de S. Paulo* atribuir a escolha a Alacid Nunes, o que se verificou foi a consolidação da candidatura à reeleição ao Senado de Jarbas Passarinho e a falta de um cargo político importante para o grupo de Alacid Nunes, no âmbito do jogo eleitoral.

3.2 ESPÍRITO SANTO, DESAFIO DA CONCILIAÇÃO POLÍTICA

No dia 25 de abril de 1974, Petrônio Portella visitou Vitória. O seu primeiro compromisso foi com o governador Arthur Gerhardt dos Santos. Nesse encontro, o governador teria declarado seu apoio ao prefeito de Vitória, Crisógono Teixeira da Cruz (GERHARDT..., 1974). Logo depois, o senador Portella seguiu para a Assembleia Legislativa, tendo em vista consultar a preferência dos correligionários ao cargo de governador. Cada membro podia indicar três nomes.

Durante a sondagem com os arenistas, um deputado teria perguntando ao Petrônio Portella se poderia apontar um candidato que não estava na lista. Portella perguntou quem seria e o deputado respondeu que era o deputado federal Elcio Álvares. Então, o senador acrescentou

esse nome à lista e comentou que se tratava de uma “excelente escolha, ‘pelos altos serviços prestados à Revolução pelo parlamentar’” (GERHARDT..., 1974, p. 04). Nesse instante, no meio político, já circulava que o presidente da ARENA tinha como seu preferido o deputado Elcio Álvares e, também, que ele tinha o apoio do presidente do diretório capixaba.

Anteriormente, o governador Arthur Gerhard viajou à Brasília para entregar uma lista de 10 possíveis nomes para sucessão estadual, a relação foi elaborada pelo próprio governador, juntamente com os membros do diretório, que sugeriram 4 dos nomes, sendo os demais colocados pelo próprio governador (GERHARDT..., 1974). Porém, quando o senador Portella chegou em Vitória, o governador fixou o nome do prefeito de Vitória, Crisógono Teixeira da Cruz, como o seu sucessor. Consequentemente, os demais arenistas ficaram irritados com a posição do governador, que não acolheu nenhuma das sugestões deles.

Em suma, o presidente da ARENA retornou à Brasília sem definição de um candidato com condições de pacificar a ARENA capixaba. Então, no dia 05 de maio de 1974, em uma nova tentativa de conciliação, o governador Arthur Gerhard e os parlamentares do Espírito Santo se encontram no gabinete do senador Portella, na capital federal, dando prosseguimento à busca de um candidato que fosse resultado de consenso entre os subgrupos arenistas. Contudo, não chegaram a nenhum nome que satisfizesse a todos. Além do mais, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, em 7 de maio de 1974, que o impasse no partido governista cresceu quando o órgão de Segurança Nacional vetou quatro nomes – José Carlos Fonseca, Carlos Alberto Von Schilgen, Setembrino Pelissari e João Calmon – que estavam na lista dos possíveis candidatos ao Executivo estadual (PORTELA HOJE..., 1974).

A morosidade do resultado da *Missão Portella* no estado criava especulações, no meio político, de que a classe política sofreria uma derrota com a escolha de um nome técnico ou um nome militar, ainda mais depois que as indicações em Goiás e no Pará tiveram um viés técnico. O que levava questionar um dos objetivos da missão de Portella, que seria de prestigiar os políticos. Além do mais, a demora prejudicava as articulações para a eleição parlamentar, no entanto, esta se deu devido ao confuso ambiente político que estava na ARENA do estado e aos conflitos entre o então governador Arthur Gerhard de perfil técnico e o ex-governador Cristiano Dias Lopes Filho ex-integrante da “Ala Moça” do PSD (DUARTE, 2014). À medida que os dias passavam, expandiam-se as discussões e as negociações entre os políticos e diminuía o tempo da política. Pois, caso já tivesse saído o candidato à sucessão estadual, que era o primeiro cargo em disputa, já estaria definido o cargo de vice-governador e de senador, logo, os arenistas já estariam se mobilizando para concorrerem às eleições majoritárias.

Assim, na expectativa de encontrar um candidato, o presidente nacional da ARENA solicitou, aos arenistas, consultados em Vitória que elegessem três nomes que não estivessem na lista dos candidatos elaborada no andamento da sua visita na cidade. Entretanto, os dois grupos arenistas resistiram à solicitação e a maioria dos membros do diretório regional se declarou contrária a imposição de novos nomes. O diretório regional considerava o pedido do senador Portella divergente das regras do partido, desse modo, divulgou uma nota que a “medida só poderia ser atendida se o presidente do órgão, Emir Macedo Gomes, convocar uma reunião extraordinária para tal finalidade” (MAIS 2..., 1974, p.5).

Os senadores Eurico Rezende, ex-udenista e Carlos Lindemberg, ex-pessedista, que constavam na lista, também se apresentaram contrários à proposta, considerando como um desprestígio à classe política, visto que a relação tinha nomes de senadores, deputados federais e deputados estaduais. Além do mais, afirmaram que “não cabe aos candidatos votados a iniciativa de abrir mão da pretensão, mas sim, aos seus eleitores, ou em última análise, do diretório regional.” (MAIS 2..., 1974, p.5). Então, havia uma disputa intensa por um cargo político, mesmo com leis autoritárias e limitadoras, os políticos pleiteavam por espaço no ambiente político. Um aspecto na fala dos senadores é a relação entre o político e o eleitor, afinal, quem elege os políticos são os eleitores. Nesse caso, os eleitores eram os próprios membros do diretório regional, que era composto por uma pequena parcela dos arenistas, já que a eleição para governador era indireta e o partido oposicionista não participou do pleito.

Diante de tal impasse, o governador Arthur Gerhardt foi para Brasília, a fim de encontrar uma solução junto com o presidente Geisel. Somente no dia 06 de junho de 1974, o senador Portella comunicou, em Brasília, o nome do deputado federal Elcio Álvares como o candidato da ARENA a governador de Espírito Santo. Entretanto, a solução do conflito só veio depois dos parlamentares capixabas entregarem uma nova lista com setes nomes, onde o nome do Elcio Álvares estava em primeiro lugar (ELCIO..., 1974).

A decisão de indicarem o deputado federal Elcio Álvares no Espírito Santo seguiu a fórmula do Rio Grande do Sul: um candidato com mais capital político do que apoio dos membros do campo político. Do ponto de vista conceitual de Bourdieu (1998), a escolha dos dois deputados federais para assumir o cargo político mais importante de um estado significava que eles possuíam alguns aspectos considerados pertinentes. O primeiro diz respeito à condição de aquisição, que, no caso, era o fato de serem os deputados federais mais votados pela ARENA nos seus respectivos estados. O segundo, a conservação de uma boa reputação, à medida que a atuação enquanto parlamentares agradava os militares.

Dessa forma, como já estavam praticamente eleitos à governadores, visto que o MDB não concorreria à eleição para sucessão estadual, esses candidatos se incorporaram às demandas da *Missão Portella* de unificar o partido e trabalhar pedindo votos para os candidatos do seu partido. Com efeito, a missão do senador Portella enfrentou um desafio de encontrar um nome de consenso e a demora de uma solução para Espírito Santo foi representada de maneira cômica na charge de Hilde. A cartunista faz uso da metáfora de um ovo se chocando para explorar a demora da designação de candidato à sucessão estadual. Nuances da vida política por meio de críticas ao político, conforme se vê na Figura 12. A matéria logo embaixo da charge tinha o título: *Espera provoca clima tenso entre arenistas*.

Figura 12 - A espera da sucessão



Fonte: Hilde (1974j, p.04).

Desse modo, a charge representa o processo sucessório estadual como um ovo que precisa de tempo para ser chocado. A comitiva arenista em torno do ovo demonstra que a referência principal do partido para as disputas eleitorais começava pela indicação do governador. Assim, a *Missão Portella* tinha pressa, pois o calendário eleitoral dava o ritmo do tempo da política e do tempo do político. Portanto, a charge sinaliza o papel de espectadores que os arenistas estavam tendo.

A apreciação do SNI sobre Espírito Santo consistiu em uma perspectiva mais objetiva do quadro partidário,

No ESPÍRITO SANTO, a escolha do Dep Fed ELCIO ALVARES causou decepção na área política, porque o candidato não possui diálogo com os principais líderes partidários. Esta circunstância provavelmente causará acentuadas dificuldades à condução do processo político estadual, cujo papel relevante lhe caberá exercer em face da posição a que foi guindado (SNI, 1974i, p.2).

Pode-se ver, no documento, que o futuro governador, Elcio Álvares, não tinha diálogo com as lideranças arenistas, o que traria problemas para o partido. Nota-se que, na perspectiva do SNI, já estava posto a falta de trato político do candidato com as lideranças do estado. No entanto, na imprensa, a indicação do deputado federal Elcio Álvares consistiu em uma solução política para divisão da ARENA, visto que o deputado tinha capital político. Por outro lado, Duarte (2014), ao investigar a ARENA capixaba, aponta que Elcio Álvares era um político em ascensão no cenário político, após a vitória das urnas em 1970, e que ele chegou a ser cogitado como possível candidato ao Senado com apoio do então governador Arthur Gerhardt.

Contudo, nos estudos de Duarte (2014, p. 105), a consulta realizada pelo senador Portella durante a missão em Vitória tinha “como favoritos: o Deputado Federal José Carlos da Fonseca e o Senador Eurico Rezende, cada um representando uma corrente dentro da ARENA e com perfis políticos bem distintos.” Duarte (2014) não apresenta que a consulta resultou em um nome da ala dos ex-pessedistas e outro da ala dos ex-udenistas. Uma outra concepção esteve presente no periódico *O Estado de S. Paulo*, pois, não abordou a questão sucessória do Espírito Santo sendo uma disputa entre os dois subgrupos arenistas (ex-pessedistas e ex-udenistas), mas, como um conflito entre o então governador Arthur Gerhardt, que tinha um viés técnico, e, do ex-governador Cristiano Dias Lopes, que era do PSD.

Desse modo, o futuro governador capixaba escolhe o seu vice-governador, Carlos Alberto Von Schilgen, e apoia a candidatura ao Senado do José Carlos da Fonseca, e do médico Luiz Buaiz como suplente; segundo Duarte (2014), essa chapa para Senado consistiu no acordo entre o candidato Elcio Álvares e o senador Portella. Assim, a composição eleitoral estava montada e o partido unido, a priori, foi o que ficou evidenciado. No dia 23 de julho de 1974, dias antes de iniciar oficialmente a campanha eleitoral, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica uma notícia registrando a futura vitória arenista capixaba na eleição parlamentar e o engajamento do futuro governador Elcio Álvares na campanha dos candidatos a eleição do dia 15 de novembro de 1974 (INAÇÃO..., 1974).

Havia o interesse do governo Geisel na participação dos novos governadores na campanha eleitoral, visto a “força de mobilização que ele detém” (BOURDIEU, 1989, p. 190) vinda de sua posição de prestígio no partido e no estado. Verifica-se, na imprensa, várias reportagens mostrando a certeza da vitória da ARENA Capixaba, no entanto, o resultado do pleito ao Senado surpreendeu o partido governista com a vitória expressiva do candidato do MDB, Dirceu Cardoso.

Duarte (2014) destaca que a vitória de Dirceu Cardoso, do MDB, no Espírito Santo, não foi pelo voto de protesto do eleitorado, como registrado em outras regiões do país, como em São Paulo. Ele destaca que, nessas eleições, notou-se que, em alguns municípios, os eleitores votaram, para a Assembleia e Câmara, nos candidatos arenistas e, para o Senado, no candidato do MDB. Diante de tal cenário, Duarte (2014) verificou que, em determinadas cidades, políticos arenistas importantes apoiaram o candidato do MDB, Dirceu Cardoso, em vez do candidato da ARENA, José Carlos da Fonseca. Em suma, “a eleição de Dirceu Cardoso para o Senado em 1974, foi mais fruto da fragmentação interna da ARENA do que um protesto da população capixaba contra o Regime Militar” (DUARTE, 2014, p. 132).

O que se observa na ARENA do Espírito Santo é que a divisão partidária acontecia, sobretudo, entre os ex-correligionários da UDN e do PSD. Todavia, também integravam o partido governista políticos oriundos do Partido Social Progressista (PSP), do Partido da Representação Popular (PRP) e do PTB. No quadro partidário antes de 1964 prevalecia no estado o PSD, entretanto, com a implementação do sistema bipartidário, os ex-udenistas alcançaram liderança política durante os 10 primeiros anos de ditadura militar. O senador Eurico Rezende, ex-udenista, era vice-líder do governo no Senado e figura importante no Espírito Santo.

Desta forma, a composição dos candidatos arenistas nos principais cargos pela *Missão Portella* e o deputado federal Elcio Álvares preencheram com candidaturas de políticos expessedistas. Com efeito, o grupo dos ex-udenistas ficou sem nenhum cargo de influência no partido, até o senador Eurico Rezende não teve participação direta nessas indicações. Quando começou a corrida eleitoral, muitos políticos de origem udenista se contentaram em garantir apenas a sua reeleição à Assembleia ou à Câmara, ou do seu candidato de interesse mais próximo. Isso é, não “vestiram a camisa” do partido e muito menos a candidatura ao Senado do José Carlos da Fonseca. Portanto, no Espírito Santo, as indicações à sucessão estadual e a senador suscitou uma fragmentação maior da ARENA, na qual já tinha sofrido a intervenção de um governador de perfil técnico nas eleições de 1970, no governo Médici.

O coordenador do processo de sucessão dos governadores, senador Portella, após o término da sua missão, relatou, em uma entrevista, os obstáculos em encaminhar as candidaturas nos estados que tinha governadores-técnicos. Sob esse aspecto, Portella admitiu que no caso de Espírito Santo, o governador permanecia irredutível em aceitar qualquer candidato que não fosse o seu escolhido, o prefeito da capital Crisógono Cruz. Porém, diziam que o prefeito tinha “profundo desprezo pelos políticos” (TÉCNICOS..., 1974, p.3), o que levou os demais políticos capixabas se unirem em torno da candidatura do deputado federal Elcio Álvares.

A escolha dos candidatos para disputar o cargo de governador deveria ocorrer em tempo hábil para desincompatibilizar dos cargos. O presidente da ARENA não chegou a passar nem 24 horas em alguns estados, por exemplo em Goiânia. E, também, as conversas aconteceram de maneira frenética com os membros do partido. Além do mais, membros da direção partidária orientaram o senador Portella a desacelerar um pouco o processo sucessório, tendo em vista que o prazo para desincompatibilizar de determinado cargo ainda não estava determinado por lei, pois, estava em tramitação no Congresso (MISSÃO PORTELA..., 1974).

3.3 O SENADOR PETRÔNIO PORTELLA E A ABERTURA POLÍTICA

A demanda de redemocratização reverberou na imprensa no início de 1974. Com a posse do futuro presidente Ernesto Geisel se aproximando, Portella concedeu uma entrevista aos jornalistas a respeito desse tema. Ele afirma “considerar normal a expectativa em torno de uma ‘reabertura política’ e, embora não concorde com essa expressão, reconhece que haverá é um novo estilo, e isso não significa o que vem chamando de reabertura” (PORTELA RECONHECE..., 1974, p. 4). Portella atribui tal expectativa ao fato de a sucessão presidencial ter acontecido dentro de um processo constitucional.²³ Pois, o governo Médici chegou ao poder no ambiente de crise entre os militares, diferentemente do novo presidente da República. Isto é, sem aquela crise política-militar que se verificou na sucessão do presidente Castello Branco e presidente Costa Silva.

²³ Essa leitura do senador Portella, no que tange o processo de sucessão presidencial, converge com os estudos de Martins Filho (2019). A escolha do presidente Geisel aconteceu dentro do procedimento encontrado pela Alta Cúpula das Forças Armadas e legitimada institucional através do artifício das eleições indiretas, em um cenário de menos tensão que a indicação do presidente Médici. Para uma apreciação detalhada da divergência na hierarquia das Forças Armadas e o conflito entre o Exército, a Aeronáutica e a Marinha, na conjuntura de 1969, a respeito da sucessão presidencial do Costa e Silva, como mencionado anteriormente, ver: Martins Filho (2019).

Em seguida, Portella explicou sua visão sobre a reabertura política: “com general Ernesto Geisel foi possível um novo tipo de relacionamento entre a classe política e os governantes, mas o clima atual deve ser creditado aos dois governos, uma vez que o presidente Médici criou o ambiente necessário para isso” (PORTELA RECONHECE..., 1974, p. 4). Sendo muito simbólico, o fim do mandato do presidente Médici parecia uma grande vitória da “Revolução”, pois, o “Milagre Econômico” e o fim da guerrilha foram dois pilares dessa representação. Portella direciona o termo “reabertura política” tangenciando para um tratamento dado aos políticos pelo novo presidente.

Em contrapartida, nesse período, a política, a classe política e o Poder Legislativo foram esvaziados dos seus atributos. Parece que Petrônio Portella não se reconhecia ou não queria revelar para a imprensa como foi difícil continuar na política durante o governo Médici. Continuando sua entrevista ao jornal, ele fala que “a democracia se conquista dia-a-dia, destacando que o atual governo realizou seu trabalho visando exatamente a esse objetivo” (PORTELA RECONHECE..., 1974, p. 4). Essa frase é uma contraposição ao contexto vivenciado por Portella. Desde o golpe de 1964, a democracia fora suprimida do país. Mas, torna nítido que a linguagem da democracia, por vezes, foi usada pelos políticos para atenuar os elementos autoritário do governo.

Portella rejeitava em considerar a expressão “reabertura política” no sentido atribuído por muitos políticos. O jornal, os emedebistas e até alguns arenistas falavam da abertura política como o “retorno da normalidade”, implicando no fim dos Atos Institucionais e o retorno ao Estado de Direito. Nas diversas falas do senador Portella ao jornal, verifica-se o uso da expressão “aperfeiçoamento democrático” para designar as aspirações de alteração da legislação, principalmente, no que diz respeito ao retorno das funções do Poder Legislativo.

Em se tratando do projeto de abertura política do presidente Geisel, Marcos Napolitano enfatiza que

Para o governo, o país já era democrático, posto que fiel aos valores cristãos e ocidentais e defensor da liberdade individual e da livre-iniciativa contra o “totalitarismo de esquerda”, mas não abria mão dos instrumentos de repressão, até que um novo sistema de valores internalizado. Esse sistema era baseado na interiorização dos limites da ação opositora e do grau de reivindicações de ordem socioeconômica (NAPOLITANO, 2014, p. 241).

Essa mesma concepção do governo Geisel o senador Portella endossa no seu discurso sobre a temática da abertura e “aperfeiçoamento democrático”. Buscou-se pincelar o início do debate no que tange à abertura política, ressaltando a perspectiva do senador Portella de não concordar com a expressão abertura política e até propor outro enquadramento que não era o

retorno do Estado Democrático de Direito, mas uma relação mais próxima entre o governo militar e a classe política. Pois, nos anos seguintes do governo Geisel, o senador Portella será o político civil designado pelo presidente Geisel, a fim de promover o diálogo pela redemocratização do país com o MDB, com as instituições civil, com os sindicatos e com a Igreja Católica. E, por fim, quando faleceu, em janeiro de 1980, foi aclamado como o Arquiteto da Abertura (BAHIENSE, 2018; TAVARES, 2012).

No início da missão do senador Portella com a intensa discussão interpartidária, houve uma exploração da imprensa em torno do tema da abertura política. Questões eram levantadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante as entrevistas aos políticos, por exemplo, como seriam as estratégias do novo governo e como seria a retomada do poder pelos políticos profissionais? O contexto da campanha eleitoral mais livre promovendo um debate público²⁴ sobre os problemas do país corroborou com a tese de que Geisel planejava o fim da ditadura.

No entanto, na perspectiva do seu governo, não era apropriado aos arenistas prometerem lutar por uma abertura política. Como partido do governo, deveria se manter alinhado com as políticas do Poder Executivo, que, até aquele momento, não tinha se manifestado no sentido de acabar com o AI-5. Nessa esteira, o senador Petrônio Portella cumpriu esse encargo do presidente Geisel de discursar, com o intuito de mostrar que as intenções de abertura não significavam a revogação dos atos institucionais.

Havia uma certa intenção, por parte do grupo militar que estava na presidência da República, em querer redefinir o sistema eleitoral. Martins Filho (2019) sustentou que os militares eram unânimes em não permitir qualquer possibilidade de “volta ao passado”. Por isso, a importância de encontrar um sistema eleitoral que inviabilizasse o crescimento da esquerda, mas que levasse adiante as eleições parlamentares, mostrasse sua conexão com o povo e proporcionasse uma margem do campo político aos eleitores. O secretário do presidente Geisel, Heitor de Aquino Ferreira, em meados de julho, envia para o presidente um planejamento eleitoral, uma previsão de como enfrentar o processo eleitoral nos próximos 30 anos.

O Presidente da República **será sempre eleito por um Congresso** (Câmara) que já esteja na segunda metade do mandato. Eleger antes a Câmara para, em seguida, este eleger o Presidente, parece bonito, mas **não é seguro. Vira campanha para**

²⁴ Houve, no Rio Grande do Sul, um debate transmitido pela televisão entre os candidatos ao Senado, Nestor Jost pela ARENA e Paulo Brossard do MDB, que proporcionou um interesse maior por parte do eleitorado pela eleição, a política econômica era o ponto principal do debate. Em Sergipe, o candidato do MDB ao Senado, Gilvan Rocha, convidou o seu opositor, Leandro Maciel da ARENA, para um debate público na televisão. Porém, o candidato da ARENA não aceitou (CESAR..., 1974).

Presidente indiretamente, com generais formando grupos, cabalando oficiais **viajando para articulações**, e um sistema de deputados comprometidos, muitas vezes demagogicamente, ou sem conhecimento de fatos (FERREIRA, H. 1974, p. 1, grifos meus).

Esse trecho previa a consolidação das eleições indiretas para Poder Executivo Federal. Quanto ao entrelaçamento do tempo da política com o tempo do político, a compreensão aqui tida é de que não deveria haver o tempo da política para os generais do exército, não seria adequado as Forças Armadas se envolverem com campanha eleitoral, definitivamente, deveria se evitar uma crise política-militar como aconteceu em 1969. O ponto de tensão na ótica do secretário era o modelo vigente, em 1974, do Colégio Eleitoral, onde o presidente da República era eleito por deputados em fim de mandato.

Sua proposta, então, era mudar a duração do mandato dos deputados de 4 anos para 5 anos, assim, o presidente seria eleito com os deputados ainda tendo mais um ano de mandato, participando do novo governo. Conforme sugeriu Heitor Aquino Ferreira, “o melhor para consolidar um regime é que a Câmara dos Deputados (que compõe o grosso do colégio eleitoral) tome parte na eleição do Presidente tendo ainda que conviver, com o novo, um ano – e sob forte comando do anterior. É uma câmara experiente e responsável” (FERREIRA, H. 1974, p. 1). Outro elemento recomendado por ele seria tornar permanente a eleição indireta para governadores, visto que a eleição indireta, que aconteceria em 1974, foi implementada pelo presidente Médici. Assim, estava previsto para 1978 uma eleição direta para governador.

Tal modelo demonstrava um esquema de como poderia ser o modelo político-eleitoral brasileiro, a projeção começa em 1974 e vai até 2004:

JAN 74 – Congresso elege o Presidente Geisel
 MAR 74 – Geisel toma posse
 OUT 74 – Eleição indireta dos Governadores
 NOV 74 - Eleição direta de nova Câmara, 1/3 do Senado e todas as assembleias
 MAR 75 – Inaugura-se a legislatura da Câmara que irá até março de 1980. outra legislatura
 75/76 – O Presidente Geisel emenda à Constituição e passa para cinco anos o mandato da Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, fixa o número de deputados federais, e amarra o número de estaduais àqueles
 OUT 78 – Eleição indireta de Governadores
 NOV 78 – Eleição direta de 2/3 do Senado e das assembleias
 JAN 79 – Eleição, pelo colégio, do sucessor do Presidente Geisel (2/3 do Senado e os representantes dos estados são novos – mas o grosso, a Câmara, ainda tem um ano). Se não tivesse havido a passagem para cinco anos do mandato da Câmara, este seria o ponto crítico do progresso: uma eleição presidencial em janeiro, com todo o Colégio eleito diretamente dois meses antes, em novembro.
 MAR 79 – Assume o sucessor do Presidente Geisel
 NOV 79 – Eleições diretas para a Câmara dos Deputados
 MAR 80 – Início da legislatura da nova Câmara
 OUT 82 – Eleição indireta de Governadores

NOV 82 – Eleição direta de 1/3 do Senado e assembleias
 JAN 84 – Eleição indireta novo Presidente
 MAR 84 – Assume o novo Presidente
 NOV 84 – Eleição direta da Câmara dos Deputados
 OUT 86 – Eleição indireta dos Governadores
 NOV 86 – Eleição direta de 2/3 do Senado e assembleias
 JAN 89 – Eleição indireta do Presidente da República
 MAR 89 – Posse do novo Presidente
 NOV 89 – Eleição direta da câmara dos Deputados
 OUT 90 – Eleição indireta dos Governadores
 NOV 90 – Eleição indireta de 1/3 do Senado e assembleias
 JAN 94 – Eleição indireta do Presidente da República
 MAR 94 – Posse do novo Presidente
 OUT 94 – Eleição indireta dos Governadores
 NOV 94 – Eleição direta da Câmara dos Deputados
 Eleição direta de 2/3 do Senado
 Eleição direta das Assembleias (que dizer, o ano de 1994 será igual a este
de 1974; o ciclo é de vinte anos)
 MAR 98 – Inaugura-se outra legislatura
 OUT 98 – Eleição indireta de Governadores
 NOV 98 – Eleição direta de 1/3 do Senado e assembleias
 JAN 99 – Eleição indireta do Presidente
 MAR 99 – Posse do novo Presidente
 NOV 99 – Eleição direta para a Câmara dos Deputados
 MAR 2000 – Início legislatura nova Câmara
 OUT 2002 – Eleição indireta dos Governadores
 NOV 2002 – Eleição direta de 2/3 do Senado e assembleias
 JAN 2004 – Eleição do novo Presidente
 MAR 2004 – Posse do novo Presidente
 NOV 2004 – Eleição direta da Câmara dos Deputados (FERREIRA, H. 1974, p. 1-3).

Esse documento, ainda que seja um esboço de um possível modelo político-eleitoral, é significativo para compreender os projetos de país que estavam sendo debatidos no começo do governo Geisel, antes da vitória eleitoral do MDB. Nele se evidencia os planos que estavam circulando na cúpula do governo. Além disso, esse projeto é ilustrativo da intenção que tinha de permanecer distante uma eleição direta e livre para presidente da República e governador do estado, impedindo os políticos de voltarem a ocupar o Poder Executivo e restringindo o alcance do voto dos cidadãos. Contudo, é importante ressaltar que entre a intenção e a execução desse modelo existia um abismo.

Durante a *Missão*, o senador Portella se envolveu em outros debates além da abertura política. O que evidenciou a posição do governo em não permitir a criação de um novo partido político foi a repercussão de uma entrevista do senador Petrônio Portella, no dia 16 de julho de 1974, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, onde ele disse que “o governo não vê nenhuma razão para favorecer a criação de mais um ou dois partidos, pois, a seu ver, não existe atualmente nenhuma corrente de consistência política a exigir uma nova agremiação devido a incompatibilidade com as duas existentes desde 1966”, ademais, “os dois partidos foram instituídos por pessoas ou que aceitaram ou que repeliram os postulados da Revolução de 31 de

março” (PORTELA AFIRMA..., 1974, p.4). Mais adiante, afirma que “a ARENA é a revolução e MDB anti-revolução, [...] que seu partido se mobiliza a cada dia para deixar bem marcante a política da Revolução” (PORTELA AFIRMA..., 1974, p.4). Tal como presidente nacional da ARENA, Portella era o representante direto do partido e o porta-voz do presidente Geisel no parlamento, assim, tais declarações afrontavam toda a classe política, pois trazia ao cenário político a defesa da legitimidade do golpe de 1964. Portanto, fez com que as disputas entre a ARENA e MDB fosse enquadrada em que era a favor ou contra a deposição do presidente João Goulart.

Essas falas controversas com repercussão na imprensa também foram representadas nas charges de Hilde. A Figura 13 ilustra as notícias do jornal sobre o episódio dessas declarações polêmicas do presidente da ARENA, senador Portella. Em uma entrevista em Brasília, teria dito que não era a favor da criação de novos partidos e que o bipartidarismo foi uma elaboração natural dos acontecimentos políticos que estavam divididos entre ser a favor da “Revolução” ou da antirrevolução.

Figura 13 - O político travesso.



Fonte: Hilde (1974k, p.05).

A declaração foi rebatida pelo secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, principal crítico do senador Portella, “não é apenas mais uma das conhecidas audácias desse homem público piauiense, como também é uma inverdade histórica”. Thales Ramalho ainda afirma que a constituição brasileira assegurava o pluripartidarismo o que mostra o equívoco das

declarações do senador Portella a respeito da criação natural da ARENA e do MDB. Logo depois, Thales Ramalho atesta que:

A Arena e o MDB foram as únicas opções impostas por um ato de força revolucionária, o AI-2, [...] o próprio senador Portela é um exemplo vivo disso, embora tenha divergido publicamente do movimento de março de 64, com um manifesto contra-revolucionário, engajou-se depois no partido oficial, do qual, aliás, tornou-se, como todos sabem, líder e presidente nacional. (PARA THALES..., 1974, p. 4).

Outros políticos do MDB também criticaram a postura do senador Portella. A respeito das críticas dos emedebistas, Portella se limitou a comentar: “Não respondo a desaforos.” (LÍDER..., 1974, p.5). Assim, a charge da Figura 13 é uma referência à discussão que emergiu em meados de julho, após o senador fazer as declarações controversas sobre a criação de um novo partido e por considerar os partidos da ARENA e MDB criações naturais.

Nos dias posteriores, o jornal *O Estado de S. Paulo* explorou essas declarações mostrando as críticas tanto dos emedebistas como dos arenistas e até do ex-vice-presidente, Pedro Aleixo, que vinha tentando criar o Partido Democrático Republicano (PDR). Aproveitando o ambiente de campanha eleitoral, Pedro Aleixo articulava, no dia da eleição parlamentar, 15 de novembro de 1974 para alistar filiados ao novo partido (ALEIXO..., 1974).

Por outro lado, o governo vinha reestabelecendo entendimento com a classe política e até promovendo a participação do Congresso Nacional nas questões orçamentárias, por exemplo. Com o lançamento da abertura política, estava “borbulhando” o modelo de política “ideal” para o país. Entretanto, o alto comando do governo já tinha traçado o seu modelo de política, como já foi citado, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Não tinham nenhum interesse em ter outras legendas. Logo, Portella como representante do governo reverberou que não estava na pauta do governo discutir sobre a criação de novos partidos.

O jornal *O Estado de S. Paulo* também apresentou críticos ao senador Portella do seu próprio partido, a exemplo da matéria intitulada *Um arenista também discorda de Portella*, na qual aparecem falas do deputado federal, Américo Brasil, pela ARENA do Pará, discordando da tese do senador Portella de que a ARENA seria a revolução e o MDB seria antirrevolução. Segundo o deputado Américo Brasil, “nunca como agora se torna claro o artificialismo político-partidário em que vivemos. [...] o bipartidarismo imposto por decreto não existe, o povo brasileiro que simplesmente o ignora até que, hoje ou amanhã, desta ou daquela forma, seja

varrido do país” (UM ARENISTA..., 1974, p. 4). Dessa forma, o deputado recorre ao considerado oriundo do poder legítimo, ou seja, o povo brasileiro.

4 MISSÃO PORTELLA DESPERTANDO AMBIÇÕES NO TEMPO DO POLÍTICO

Agora faço assim: passo por aí sorrindo, para desnortear os adversários. Deputado federal Raimundo Diniz.

Alguns dos candidatos, com humor, chamavam-se uns aos outros de governador. As respostas variavam pouco: 'Quem sabe'. 'Deus o ouça', 'ex-futuro', respondiam os mais pessimistas" (TENSÃO..., 1974, p. 5)

As citações acima são ilustrativas da euforia que viviam os parlamentares, em Brasília, onde se concentravam os diálogos mais longos. A primeira frase, do deputado federal Raimundo Diniz de Sergipe, refere-se a adversários políticos, demonstrando os conflitos internos da ARENA. No ambiente político, há o espaço que é permitido para o dizer (BOURDIEU, 1989). Nesse cenário de disputa entre os arenistas, sobre quem seria o próximo governador, tratar os seus correligionários como adversários políticos, em um momento de disputa interna, considera-se aceitável. O segundo trecho apresenta o entusiasmo dos políticos que conheciam as informações sobre os próximos governadores dos seus estados, cargos importantes na carreira e política na influência no interior de seu campo de atuação. Havia muitos políticos disponíveis para ocupar cargos públicos e ávidos em continuar na política, o que é representado no desenho de Hilde (Figura 14). Com efeito, ser indicado para governador ou vice-governador era a certeza de que já estava eleito. No entanto, esperar a eleição parlamentar era depender dos eleitores.

Figura 14 - O filtro sucessório



Fonte: Hilde (1974l, p. 05).

A referida figura mostra um homem caindo do funil, representando o processo restrito que era dos governadores. Muitos políticos almejavam ser o futuro governador, mas, apenas um era o candidato. Eram numerosas as especulações no impresso *O Estado de S. Paulo* acerca dos possíveis candidatos à sucessão do Poder Executivo Estadual, porém, apenas um seria nomeado. O entendimento de que a eleição indireta não era, de fato, uma eleição, mas uma nomeação do presidente da República que tinha “consideração” pelos arenistas, principalmente, aqueles políticos tradicionais, acirrou os ânimos do ambiente político, pois a escolha do governador e vice-governador poderia ser votado na convenção do partido e, depois, seguir o rito na assembleia legislativa. Mas, a encenação do processo eleitoral era ainda mais artificial, visto que a escolha, como se viu, era anunciada pelo presidente do diretório regional ou pelo senador Portella. A indicação ainda passava pela votação no diretório regional e, depois, pela Assembleia Legislativa. Os aspectos informais da política eram mais decisivos do que as normais legais.

O jornal *O Estado de S. Paulo* acompanhou toda a *Missão Portella* dando ênfase à classe política. As notícias a respeito estavam na parte do periódico denominada de “Das Sucursais”, que era lugar de destaque para propagar os pontos de vistas políticos, essas colunas não eram assinadas. A estratégia do jornal era “passar mensagens políticas afeitas aos valores do jornal, com a sutileza de atribuir tais opiniões a terceiros, na tentativa de evitar a repressão” (MOTTA, 2017, p. 370)

A documentação do SNI não trata explicitamente sobre a *Missão Portella*, todavia, acompanhava a situação político-partidária informa ao presidente Geisel. Assim, o presidente recebia tanto os relatórios informais do senador Portella como do SNI. As principais dificuldades enfrentadas pela ARENA antes de iniciar a campanha eleitoral eram:

- falta de unidade na ARENA de alguns Estados, com o Partido ainda dividido em alas adversárias;
- móveis imediatistas no comportamento de muitos líderes políticos, para os quais não conta, com prioritário, o interesse nacional;
- pouca ou nenhuma aceitação da influência de políticos na condução de problemas nacionais, por parte de setores revolucionários, particularmente militares (SNI, 1974j, p. 1).

Desse modo, os pontos centrais eram: as divergências entre os ex-udenistas e os expessedistas, falta de alinhamento dos políticos profissionais com os interesses dos militares e ausência de engajamento dos militares nas questões político-partidárias. Entretanto, essas críticas eram interpretadas pelo governo como favoráveis para consolidar o “sistema revolucionário”, pois, confrontando pela via partidária tais problemas, os agentes envolvidos

poderiam se acomodar. Segundo o documento, a missão de Portella revelava resultados animadores e os candidatos indesejáveis eram retirados da disputa. Também foi apontado que a imagem do presidente Geisel permaneceu estável e a posição dos políticos era valorizada. No entanto, a função dos políticos seria apenas acessória. Mobiliza-se a expectativa de frutificar, ao largo do tempo, uma harmonia das relações entre os governos federal e estaduais e uma maior solidariedade – além do simples apoio – da ARENA ao Governo Central.

A *Missão Portella* se deparou com vários obstáculos. O principal foi a demora na divulgação dos nomes dos candidatos à sucessão, em alguns estados. Pode-se inferir algumas causas, como a dificuldade em encontrar um nome que cumprisse todos os requisitos; alguns nomes selecionados, em maioria, no estado, foram avaliados como inadequados pelo governo federal; e a radicalização de algumas alas arenistas.

Diante desse cenário, a visão “desqualificadora do partido” somente crescia (GRINBERG, 2009), como se verifica no trecho a seguir:

A Arena não funciona como partido político e muito menos como partido do governo e da Revolução. [...] a Arena é apenas um conglomerado onde, por força de imposições legais, estão agrupados políticos de variadas tendências e estilos. E, a não ser a necessidade de – para exercer a política – terem que se filiar à Arena ou ao MDB, nada os une. [...] Arena não está preparada para a nova responsabilidade. Desabituaados a participar das grandes decisões, e sem renovar seus quadros, os arenistas demonstraram que ainda estão divididos e até subdivididos em grupos e correntes. Na maioria dos casos, essas divisões ocorreram em função de interesses municipais e estaduais e de uma luta pelo poder que foge aos padrões do quadro democrático. (TENTATIVA..., 1974, p. 5).

É importante destacar que aconteceu antes dos resultados das eleições parlamentares. Por vezes, a literatura especializada sobre a ditadura militar confirma que havia uma expectativa grande da vitória da ARENA, nas eleições parlamentares (ALVES, 2005), contudo, a crítica arenista que se fazia na época consistia no fato de que a eleição indireta rompia o processo de “seleção natural” que ocorre no resultado das eleições diretas. (MANDATO..., 1974) Assim, a *Missão Portella* criou condições propícias para que os grupos menores disputassem determinados cargos políticos que, dificilmente, alcançariam por meio do voto direto, sendo à escolha do presidente da República, assim, agora tinham a oportunidade de disputar o poder.

Petrônio Portella rebateu essa crítica explicando que, “se os candidatos fossem escolhidos pelas convenções ou diretórios, ‘o impasse que se criaria seria insuperável’, já que os atuais governadores dominam as seções estaduais da Arena.” (SURGEM..., 1974, p. 5). Pois, o cenário que se teria era dos atuais governadores elegendo seus sucessores. Sob esse aspecto, na visão do Portella, não seria satisfatório para o partido que já tinha muitas lideranças políticas

que divergiam quanto ao governador do seu estado. Em entrevista, ele esclarece o caráter da sua missão: “As consultas promovidas nas capitais [...] confirmam ou negam a representatividade das lideranças locais e as tendências sentidas durante os quatro meses de nosso trabalho”. (MAIS 2..., 1974, p.5). Portanto, o senador Portella procurou manter uma sistemática apontando a importância dos políticos tradicionais enquanto concluía o processo de indicação dos governadores.

A *Missão Portella* também suscitou debates entre os emedebistas. Thales Ramalho, secretário-geral do partido, estava otimista de que o MDB cresceria nas eleições de novembro, pois alegou que: “Por onde o presidente da ARENA está andando, a oposição está conquistando bases eleitorais sólidas e inesperadas, tal o clima de descontentamento que deixa ao regressar”. (MDB..., 1974, p. 5). Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, sobretudo, propiciou condições que favorecessem o MDB. Thales Ramalho enfatiza que alguns políticos arenistas estavam “torcendo para o senador Petrônio Portella não ir ao seu estado”, mas ele estaria “torcendo para que ele não deixe de ir a nenhum”. Com efeito, ainda destaca que “seria bom para a oposição que o presidente da ARENA faça um segundo turno nos estados já visitados, de preferência nas vésperas das eleições parlamentares”. (MDB..., 1974, p. 5)

O MDB não disputou as eleições indiretas para governador e vice-governador. A decisão de não participar do pleito foi uma estratégia dos dirigentes do partido em promover a unificação do MDB e fortalecer o capital político para as eleições parlamentares. Talvez, tal atitude partidária também fosse um reflexo do que estava acontecendo na ARENA, como receio do partido se desgastar. É pertinente ressaltar que o apoio à anticandidatura de Ulysses Guimarães para presidência da República não foi homogêneo no MDB. Outro aspecto explicativo é o fato da brevidade do tempo do político, já que não houve negociações para decidir quem seriam os possíveis candidatos a governador e vice. Assim, os esforços do MDB predominaram para os cargos ao Senado, Assembleia e Câmara, que tinham mais possibilidades de acomodarem todos os aspirantes à política.

4.1 BAHIA, ALAGOAS E SERGIPE CONTEMPLADOS COM A *MISSÃO PORTELLA*

Em 01 de maio de 1974, o senador Portella e o governador Antônio Carlos Magalhães dialogaram a respeito da sucessão do Poder Executivo baiano, em Brasília. Logo à noite, eles embarcaram junto com parlamentares baianos, com destino à Salvador, a fim de dar prosseguimento à *Missão Portella* no estado da Bahia. O presidente da ARENA se reuniu com os membros do diretório, com os deputados estaduais, os deputados federais e até com alguns

representantes do agronegócio, com o objetivo de recolher os três nomes nesse grande grupo de interesses, influência e privilégios de classe (PORTELA EXAMINA SUCESSÃO..., 1974).

O cenário do partido governista na Bahia estava dividido em três agremiações principais em torno das seguintes influências políticas: o governador Antônio Carlos Magalhães, o ex-governador Luís Viana Filho e o deputado Jutai Magalhães. Assim, o principal obstáculo, na Bahia, consistia em encontrar um nome que agradasse ao governador Antônio Carlos Magalhães e ao deputado Jutai Magalhães. Tal impasse vinha favorecendo o MDB, que, nas eleições municipais de 1972, ganhou em cidades importantes, como Vitória da Conquista, Alagoinhas, Feira de Santana, Itabuna e Jequié (PORTELA INICIA..., 1974).

No dia 15 de maio de 1974, o governador Antônio Carlos Magalhães lançou a candidatura de Roberto Santos, que ocupara as funções de reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de Secretário da Saúde do Estado. Após a divulgação, o candidato da ARENA enviou uma mensagem ao governador e divulgou uma nota agradecendo a escolha:

Ao ser informado – diz a nota do futuro governador – de que fui escolhido candidato da Arena ao governo da Bahia, não posso conter a viva emoção em mim despertada pela eloquente demonstração de confiança que recebi das mais expressivas lideranças políticas da minha terra, dentre as quais devo ressaltar a do governador Antonio Carlos Magalhães. Emociona-me, sobretudo, a certeza de que a candidatura merece o apoio do senhor presidente da República” (DA BAHIA..., 1974, p. 4).

Na Bahia, a escolha de Roberto Santos repercutia favoravelmente para unificação da ARENA e, conseqüentemente, favorecia a *Missão Portella* (DA BAHIA..., 1974, p. 4). De acordo com o relatório do SNI (1974k) a designação do professor Roberto Santos foi exitosa, tendo amplo apoio dos arenistas e emedebistas. Um aspecto ressaltado nessa documentação diz respeito a Roberto Santos não ser um político de carreira. Enquanto isso, em Brasília, o ambiente político ficava mais tenso. O presidente nacional da ARENA se recusou a anunciar os nomes dos candidatos da Bahia e do Ceará, afirmando que a divulgação deveria ser realizada no respectivo estado, o que demonstrou um desconforto dele com a pressão da imprensa na divulgação dos candidatos. Essa pressão também se estendia à questão da demora de se conhecer os nomes nos estados que já tinha percorrido (SURGEM..., 1974).

O que se esperava era que os diretórios regionais elessem os candidatos e, em seguida, que Petrônio Portella anunciasse o nome, entretanto, a escolha do nome ainda precisava passar pela aprovação do presidente da República e pelo órgão de informação. Assim, em alguns estados, esse processo aconteceu de maneira mais rápida e, em outros, mais lenta. O que se evidenciou, na questão da divulgação, foram críticas ao senador Portella que estaria fazendo

“uma inútil encenação e deixando de fazer, na área política, o ‘jogo da verdade’ que tem sido justamente [...] a tônica do atual governo em todos os demais setores” (SURGEM..., 1974, p. 5).

O começo da *Missão Portella*, em São Paulo, suscitou nos outros estados mobilizações dos políticos em torno da pauta da sucessão estadual. Em Alagoas, a liderança partidária arenista se reuniu no final de março para articular a sucessão estadual (PORTO ALEGRE..., 1974). Na Assembleia Legislativa de Alagoas, Petrônio Portella, na tarde do dia 03 de maio de 1974, fez uma reunião com 36 políticos arenistas, entre deputados estaduais, deputados federais e senadores, contudo, não teve audiência com o governador Afrânio Lajes, apenas indo se despedir no palácio no governo antes de prosseguir viagem para Aracaju.

Durante a sessão com os políticos de Alagoas, Portella entregou um papel para que escolhessem três possíveis candidatos na lista que tinha elaborado anteriormente em Brasília, aproveitando a ocasião, procurou investigar o nome preferido entre os três escolhidos. Assim, o resultado dessa eleição foi que 70% dos consultados escolheram o presidente da Assembleia Legislativa, Divaldo Suruagy. Contudo, somente no dia 07 de maio de 1974 Petrônio Portella anunciou o nome do deputado Divaldo Suruagy como o novo governador alagoano, em Brasília, e o presidente do diretório regional da ARENA, Theobaldo Barbosa, divulgou a informação em Alagoas (DIVALDO..., 1974). A rapidez da sucessão governamental do estado se apresentou como fruto de um consenso dos arenistas. Em suma, a *Missão Portella* foi satisfatória, conseguindo harmonizar o partido em torno do candidato.

Após saber da sua indicação ao governo, Divaldo Suruagy impulsionou o diretório arenista, no intuito de preparar os acordos políticos para a escolha dos nomes que iam concorrer ao pleito parlamentar em novembro desse ano. Como também, divulgou uma nota na imprensa alagoana sobre a *Missão Portella*: “era visível o contentamento na fisionomia do senador Petrônio Portella pela facilidade que a classe política alagoana criou à sua árdua e nobre missão” (AGORA, 9..., 1974, p. 4).

Por fim, encerrados os compromissos em Maceió, o presidente da ARENA se dirigiu ao aeroporto para pegar um táxi aéreo para Aracaju, após ter recusado o avião oficial do governador de Alagoas (NO RECIFE..., 1974). Chegando à cidade, encontravam-se os 11 possíveis candidatos ao governo pela ARENA, além do governador Paulo Barreto, à sua espera no aeroporto. Logo depois, começaram as conversas que se estenderam até a madrugada. (NO RECIFE..., 1974).

No dia seguinte, na Assembleia Legislativa do Estado, Portella se encontrou com a parte majoritária, influenciada pelo senador Lourival Batista, do partido, que propôs uma chapa única

com 6 candidatos. No entanto, a proposta foi recusada ineditamente por ele, que procurava uma solução para acomodar todos os interesses possíveis no partido, procurando não favorecer apenas uma ala. A situação da ARENA sergipana era fragmentada em duas sublegendas, uma liderada pelo ex-governador e senador Lourival Batista e outra dirigida pelo senador Augusto Franco (MDB..., 1974). Assim, Portella continuou o ritual político e sondou todos, para votarem em apenas três nomes; o deputado Francisco Rolemberg obteve 15 votos da corrente majoritária arenista (NO RECIFE..., 1974).

No sábado, dia 04 de maio de 1974, Petrônio Portella retornou para Brasília. Como rotineiro, ele se encontrou com o presidente Geisel para expor o relatório e os possíveis candidatos dos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Um dia depois, em Brasília, Portella concede entrevista falando sobre a viagem à Sergipe: “em Sergipe foi o único lugar onde me senti como interpelado, o que não é possível, pois o presidente da ARENA Nacional é enviado do presidente da República.” (SUCESSÃO DEFINE-SE..., 1974, p.4).

A consulta apontava uma tensão no partido que, até o momento, ainda não havia encontrado um candidato considerado capaz de unificar a ARENA e encaminhar as eleições parlamentares. Assim, o Petrônio Portella requisitou três nomes novos aos membros do diretório estadual. Atendido o requerimento, que seria um funcionário público e dois empresários, assim foi feito. No entanto, a solução encontrada para Sergipe surpreendeu a classe política, pois, havia como requisito a não indicação de ex-governadores para retornarem ao cargo. Desse modo, a designação do ex-governador (1947), José Rolemberg Leite, para ser candidato da ARENA ao executivo estadual sergipano, consistia em reconciliar os grupos arenistas.

Essas viagens do senador Portella pelos estados da região Nordeste podem ser contextualizadas na Figura 15. A charge reforça a representação do homem nordestino, além de chamar a atenção para o fato do senador Portella também sê-lo, assim, o jornal reforça estereótipos atribuídos aos habitantes da região. Nota-se, no contexto das charges sobre a missão do senador Portella, uma relação com a própria imagem do político.

Figura 15 - Portella, o cangaceiro



Fonte: Hilde (1974m, p. 04).

O fato de o conjunto de charges apresentar o senador Portella dessa forma converge com as práticas sociais cultivadas em diferentes segmentos sociais brasileiros, particularmente, entre as elites, em que são manejados aspectos de uma cultura política pautada no personalismo. “De acordo com esta perspectiva, os brasileiros privilegiariam a fidelidade a laços de parentesco, de amizade, de compadrio ou de patronagem à revelia de normas universais, mostrando baixa adesão a projetos políticos e a instituições impessoais” (MOTTA, 2018, p. 115). Portanto, compreende-se as charges como representação da vida política da época, a qual assume uma postura de endossar certas caricaturas.

4.2 PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ RECEPCIONAM O SENADOR PETRÔNIO PORTELLA

Na terça-feira, dia 07 de maio de 1974, o senador Portella voa pra Recife, chegando ao aeroporto Guararapes, foi recebido por vários membros do diretório arenista ávidos por uma audiência. O quadro político encontrado em Pernambuco consistia em uma nítida divisão entre os políticos ex-pessedistas e ex-udenistas. Em 1966, formava-se a ARENA pernambucana, agrupando políticos oriundos dos partidos PSD e da UDN, que concorriam pela liderança do poder antes de 1930 – os ressentimentos permaneceram ao longo de todos esses anos.

Como se vê, “os velhos caciques” ligados ao PSD, que dominaram a política local entre 1937 e 1959, continuam intervindo, mas, agora, por meio da ARENA, assinalando o ex-ministro José Francisco de Moura Cavalcanti para governador. Por outro lado, a ala partidária dos ex-udenistas apoiava os políticos Lael Sampaio ou Paulo Maciel. Sendo que, se não encontrasse um nome capaz de pacificar o partido, havia ainda a hipótese de se escolher um técnico, o mais cogitado era Rubens Costa (NO RECIFE..., 1974).

Na véspera da visita do coordenador da sucessão, a tensão aumentava no partido, o que repercutiu na Assembleia. O deputado arenista José Ramos, na tribuna, denunciava a má administração do governador Eraldo Gueiros, e, com isso, estava se preparando para a visita do senador Portella, onde pretendia mostrar a ele como o partido se encontrava fracionado por causa do governador (COMPOSIÇÃO..., 1974). Esse foi o cenário que o senador Portella teve que lidar ao chegar em Recife. Entretanto, cumprindo o protocolo na visita, recebeu cerca de 70 políticos arenistas na Assembleia Legislativa para votarem em três nomes. Os comentários no meio político afirmavam que o nome mais votado era do ex-ministro Moura Calvacanti, expessedista. Logo depois, o senador já seguiu viagem para João Pessoa.

Durante semanas, as expectativas aumentavam à espera do anúncio do novo candidato ao governo. Nesses momentos, aconteciam episódios que movimentavam a classe política - um colunista social divulgou, em seu programa na televisão, que o novo governador de Pernambuco era o prefeito do Recife, Augusto Lucena (MAIS 2..., 1974). A notícia se espalhou pela cidade, o que levou diversos políticos à casa do prefeito, a fim de cumprimentar o novo governador. Este fez até um pronunciamento confirmando já aguardar a convocação do “governo revolucionário”, para avançar com as obras que vinha realizando em Recife, agora com possibilidade de expandir para todo o estado.

Contudo, depois de alguém ligar para Brasília e atestar a informação, souberam que a notícia era falsa, pois não tinham ainda conhecimento de quem seria o novo governador. Por conseguinte, o prefeito de Recife declarou que foi “uma piada de péssimo gosto, dos meus inimigos” (MAIS 2..., 1974, p.5). Em 14 de junho, o presidente do diretório regional anunciou o nome do ex-ministro da agricultura no governo Médici, José Francisco de Moura Cavalcanti, também governador do Amapá durante a presidência de Jânio Quadros (INDICADOS..., 1974).

Prosseguindo viagem pela Zona da Mata, o presidente nacional da ARENA, ainda no dia 08 de maio de 1974, partiu para João Pessoa, um deslocamento de aproximadamente 119,5 km pela BR-101, e adormeceu na capital da Paraíba. Logo pela manhã, às 8 h, a *Missão Portella* teve um compromisso com o governador Ernani Sátiro e o ministro João Agripino – os dois

pleiteavam a liderança política no Estado –, no Palácio da Redenção, sede do governo paraibano.

Encerrado o compromisso, Portella se dirigiu para a Assembleia Legislativa, onde dialogou com os 47 membros do diretório regional da ARENA, para examinar as duas listas de possíveis candidatos apresentados pelos dois subgrupos arenistas. O político mais elegível para a sucessão estadual era Clovis Bezerra, vice-governador, cujo apoio partia não só do governador Ernani Sátiro, como também do ministro João Agripino. Por isso, a sua indicação constituiu numa solução política, unificando a ARENA (MISSÃO DE PORTELA..., 1974).

Entretanto, a candidatura de Ivan Bichara vinha se consolidando nos últimos dias e foi confirmada em 24 de maio de 1974, quando o diretório regional confirmou sua candidatura (CONET..., 1974). Além disso, corroborou com o fortalecimento da influência política do governador Ernani Sátiro, porém, ainda faltava a escolha dos candidatos aos cargos de vice-governador e senador, o que poderia ser indicado pelo ministro João Agripino, a fim de manter um equilíbrio das forças políticas no partido.

Logo que concluídos os compromissos na Paraíba, o senador Portella continuou sua jornada pela Zona da Mata, agora em direção à Natal. Chegando às 17h, foi recepcionado pelo governador Cortez Pereira, pelos senadores Dinarte Mariz e Jesse Freire e outros políticos. Antes de participar do jantar oferecido pelo governador, recebeu os 57 membros da ARENA estadual. Ao final da reunião, ele conseguiu elaborar uma lista de 12 nomes à sucessão estadual, priorizando nomes da ala arenista moderada (AGORA, 9..., 1974, p. 4). Por outro lado, havia uma outra relação de seis nomes feita pelos políticos, com o apoio do governador Cortez Pereira, que tinha sido enviada ao Portella em meados de março. Isso ocorreu devido a um temor que os políticos potiguares tinham de a escolha ser realizada “sem levarem conta as lideranças políticas estaduais” (PORTELA OUVÉ GEISEL..., 1974, p. 4).

O Rio Grande do Norte havia a mesma particularidade de Minas Gerais - os mandatos governamentais eram de 5 anos. Por isso, antes da visita do senador Portella, o governador Cortez Pereira enviou um projeto de lei à Assembleia Legislativa, para reduzir em um ano o seu mandato. Aprovada a lei, a eleição para governador passa a ocorrer na mesma data dos demais estados. “A Arena potiguar, contudo, está fragmentada, destacando-se como líderes das principais facções o senador Dinarte Martins, ex-udenista; e o senador Jesse Freire, ex-pessedista” (PORTELA LEVA A GEISEL..., 1974, p.4).

No dia 04 de junho, Portella anuncia o nome de Tarcísio Maia, político ex-UDN ligado ao grupo do senador Dinarte Martins. Tarcísio Maia declarou “ter recebido a escolha ‘como uma convocação do presidente da República, para prestar serviços ao Estado e no País’”.

(ESCOLHIDOS 3..., 1974, p. 4). Todavia, sua candidatura surgiu depois da viagem do senador ao estado, pois o seu nome não constava nas listas elaboradas.

Depois de Natal, foi a vez de Fortaleza, onde, no dia seguinte, iniciar-se-iam as entrevistas com os arenistas cearenses. Na quinta-feira, dia 09 de maio de 1974, no Palácio Abolição, sede do governo cearense, Portella tem uma audiência com o governador Cesar Cals. Antes de seguir para a Assembleia Legislativa, o presidente da ARENA visitou a sede do seu partido. Na assembleia, ele recebeu “3 senadores, 12 deputados federais, 30 deputados estaduais e mais 14 integrantes do diretório” (AGORA, 9..., 1974, p. 4).

Retornando à capital federal, Portella verificou as preferências de candidatos ao governo dos deputados federais Flávio Marcílio, Ernesto Gurgel Valente e do Ministro da Justiça Armando Falcão, que pertenceu ao PSD e foi ministro da Justiça no governo de Juscelino Kubitschek, sendo todos cearenses.

Entretanto, os diálogos sobre a sucessão se deram desde o anúncio de que o presidente da ARENA seria o responsável por tal empreendimento. Em meados de abril, o ministro da Justiça, Armando Falcão, o governador do Ceará, Cesar Cals, e o senador piauiense, Petrônio Portella, se reuniram, em Brasília, com o intuito de debater as possibilidades que tinham disponíveis para sucessão estadual. O leque de opções englobava pessoas das três áreas: militar, política e técnica.

O governador Cesar Cals tinha candidatos preferidos nos três setores: na área militar, os candidatos do governo eram os Coronéis Luciano Salgado e Osgmond Bastos; na área política, o senador Wilson Gonçalves, o deputado federal Edilson Távora e o deputado estadual e também coronel da reserva Adauto Bezerra; no setor técnico, o ex-ministro do Interior, João Gonçalves de Souza (PORTELA OUVE GEISEL..., 1974). Com efeito, o governador aspirava reforçar a sua influência política elegendo o seu sucessor. Por sua vez, reduziria o poder do seu adversário político, Virgílio Távora, que liderava a outra facção arenista.

No dia 15 de maio, mesmo dia em que saiu a indicação do governador da Bahia, o presidente do diretório arenista cearense, Almir dos Santos Pinto, recebeu uma ligação de Portella confirmando o novo candidato ao governo pela ARENA, Adauto Bezerra. Assim, Almir Pinto se deslocou até a casa do candidato para comunicar oficialmente sua escolha. “Na cidade de Juazeiro do Norte, terra natal de Adauto Bezerra e do padre Cícero, já se comemorava sua designação para o próximo governo do Ceará” (DA BAHIA..., 1974, p. 4).

Completando mais alguns estados do Nordeste, Portella retorna à Brasília para uma audiência com o presidente da República. A *Missão Portella* seguia um ciclo coerente: viagem aos estados para encontrar o máximo de políticos arenistas e, em seguida, encontros com o

presidente Geisel, para, por fim, ocorrer o anúncio do candidato ao governo, estando pressionada por todos os lados. As críticas cresciam à medida que se prolongava os problemas de sucessão estadual por onde já tinha percorrido.

Dessa maneira, o senador Portella se encaminhava, novamente, para a região do sul do país, a fim de visitar Curitiba e Florianópolis.

Figura 16 - Relatórios da sucessão.



Fonte: Hilde (1974n, p. 04).

A Figura 16 mostra uma representação de Petrônio Portella levando uma pilha de papéis ao presidente da República. A charge aborda o relatório de viagem que o presidente nacional da ARENA levava ao chefe do governo sempre que chegava de uma viagem. Observa-se a charge penetrada de significados políticos reafirmando e apoiando a missão de Portella. Todavia, reportando a rapidez com que aconteciam as viagens, o volume de papéis também faz alusão à quantidade de nomes que almejavam ser governador.

4.3 PARANÁ E SANTA CATARINA PARTICIPAM DA MISSÃO PORTELLA

Os arenistas discutiam, nas reuniões executivas do partido, os possíveis nomes que comporiam a lista dos candidatos à sucessão estadual do Paraná. Nessa ocasião, o senador

Octavio Cesário Pereira Junior acrescentou seu nome (O ESTADO DE S. PAULO, 1974). Essa lista estava dividida em pelo menos quatro grupos. A principal liderança política local era o Ministro da Educação de Geisel, Ney Braga, eleito governador do Paraná, em 1960, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). No golpe de março de 1964, ele foi o principal articulador e apoiador do golpe no estado. Também organizou a formação da ARENA no estado, em 1965. Assim, Ney Braga cogitou o “vice-governador Jaime Canet Jr como candidato a governador, o senador Otávio Cesário para vice e o deputado João Mansur para o Senado.” (MDB..., 1974, p. 5).

No dia 15 de maio, o ministro Ney Braga esteve na sede do Poder Executivo Federal levando uma cópia do seu manifesto de apoio aos seus candidatos preferidos, argumentando que estava fazendo isso como político membro da ARENA e não como ministro do estado. Então, teria o direito de votar em três nomes, mas, somente era favorável a um (DA BAHIA..., 1974).

Outra liderança que não mantinha boas relações com o ministro Ney Braga era o ex-governador Paulo Pimentel, que tinha intenção de concorrer ao Senado. Entretanto, entre os deputados federais, o nome mais cogitado era o do senador e presidente do diretório regional do Paraná, Acioly Filho, visto como um nome de conciliação entre as facções da ARENA. Ainda, outro candidato que possuía qualidades de bom político para imprensa era o senador Mattos Leão, pois havia sido o senador mais votado do estado, bem como, tinha “boa experiência administrativa e uma carreira política significativa.” (POSIÇÃO..., 1974, p. 4). Ou seja, era um político tradicional do Paraná. Assim, os outros grupos políticos se mobilizam para que políticos pertencentes ao seu grupo fossem indicados, pois, quanto mais políticos escolhidos fora da influência de Ney Braga, mais se perdia espaço na política paranaense.

Na terça-feira, dia 14 de maio de 1974, a *Missão Portella* desembarcou em Curitiba com o intuito de ouvir os arenistas paranaenses, que teriam que assinalar 3 de 5 ou 6 nomes de uma lista. No dia 24 de maio do mesmo ano, confirmou-se a influência política do ministro Ney Braga, o vice-governador Jaime Canet Jr. foi o candidato escolhido para ser apresentado à sucessão estadual pela ARENA na eleição indireta de outubro. Como ainda faltavam os candidatos a vice-governador e a senador, a dúvida era se seriam escolhidos os nomes indicados pelo ministro ou se a outra ala do partido liderada por Paulo Pimentel teria oportunidade de se candidatar ao Senado (CONET..., 1974).

Em seguida, Portella viajou para Florianópolis. O quadro político catarinense continha uma longa relação de nomes com a intenção de se candidatarem, composta por “políticos novos e velhos, técnicos com e sem militância política e empresários”. (PORTELA ENCAMINHA SUCESSÃO..., 1974, p. 5). A questão sucessória em Santa Catarina estava relacionada à

divisão arenista entre a corrente da ex-UDN, liderada pelas famílias Konder e Bornhausen, e do ex-PSD, liderado pela família Ramos.

Na eleição de 1970, o governo Médici nomeara o então governador, Colombo Salles, como uma suposta escolha técnica, com a intenção de romper com o poder político dos grupos tradicionais. Contudo, as tensões políticas só aumentaram, principalmente, devido à gestão de Colombo Salles ter sido criticada por admitir o crescimento do MDB no estado e não ter capital político para desestabilizar o candidato do MDB ao senado, Evelásio Vieira. Desse modo, os grupos políticos das três famílias, Konder, Bornhausen e Ramos, aliaram-se contra o governador. Assim, na consulta realizada pelo Petrônio Portella, o nome mais votado foi do senador Konder Reis. No dia 14 de junho, o presidente do diretório estadual o anunciou candidato da ARENA à sucessão estadual, o qual pertencia ao quadro dos políticos tradicionais catarinense (INDICADOS..., 1974). Duwe (2016, p. 223) parte do entendimento que “a indicação de Antônio Carlos Konder Reis ao cargo de governador como uma tentativa de amenizar tais conflitos e reestruturar uma coesão interna a ARENA”.

4.4 MARANHÃO, PIAUÍ E MATO GROSSO

No dia 21 de maio de 1974, a *Missão Portella* desembarcou em São Luís, capital do Maranhão. O senador Portella foi recebido pelo governador Pedro Neiva, por políticos arenistas e por prefeitos. Com pressa em seguir para Teresina e demonstrando indiferença ao “nervosismo” de alguns arenistas maranhenses, o presidente nacional da ARENA consultou rapidamente os membros do diretório e alguns dos prefeitos que estavam presentes (NA MISSÃO..., 1974).

O conflito partidário da ARENA no Maranhão consistia em grupos que abrangiam os ex-pessedistas e os ex-udenistas. As principais lideranças eram os senadores José Sarney e Vitorino Freire (PORTELA ANTECIPA..., 1974). Desse modo, o senador e presidente do diretório regional da ARENA, José Sarney, declarou, após a visita do coordenador da sucessão estadual, que a ARENA maranhense apresentou “maturidade política e unidade partidária.” (NO PIAUÍ..., 1974, p.6). Isso ocorreu devido aos seus esforços políticos em buscar, junto com o governador Pedro Neiva, três candidatos que representassem todas as alas arenistas. Porém, na lista elaborada pelo diretório regional do Maranhão, havia dois nomes políticos e dois nomes técnicos.

No entanto, esses esforços políticos não foram bem-sucedidos, pois o senador José Sarney e o governador Pedro Neiva romperam publicamente, e o primeiro vetou todos os nomes

indicados pelo governador (SARNEY..., 1974). Segundo José Sarney, tal rompimento não seria verdadeiro, bem como seriam falsos seus vetos a nomes sugeridos pelo governador Neiva. Por outro lado, o impasse aumentava no Maranhão, pois o ex-senador, Vitorino Freire, líder da outra ala arenista, interferiu nas negociações feitas pelo seu opositor político, José Sarney (PORTELA LEVA A GEISEL A SUCESSÃO..., 1974). No dia 25 de junho, Nunes Freire foi anunciado como o candidato ao executivo maranhense (COM MARANHÃO..., 1974).

Na terra natal do senador Portella, a sucessão ao governo estadual não era menos disputada e conflituosa. A família Portella vinha ganhando espaço no cenário político regional com a projeção nacional do senador Petrônio Portella, a família se consolidava com uma liderança no cenário piauiense. Mas, não havia uma hegemonia, principalmente, devido ao crescimento da autoridade do então governador Alberto Silva. Portanto, o partido arenista piauiense era dividido em duas lideranças centrais, a primeira, do senador Portella e a segunda, do então governador Alberto Silva.

Desse modo, em 1970, quando ascendeu ao poder o engenheiro Alberto Tavares Silva, escolhido pelo presidente Médici para ser o novo governador do Piauí, houve uma desestabilização da hegemonia conquistada por Portella no estado. Assim, “o poder experimentado por Silva durante sua passagem pelo governo do Estado, ainda mais por ter saído com uma popularidade muito alta, faria dele uma nova liderança política dentro do estado” (SILVA, 2014, p. 74).

Em meados de abril de 1974, o governador Alberto Silva visitou o senador Petrônio Portella em seu gabinete, em Brasília. O propósito desse encontro era negociar os critérios da escolha, tendo em vista quais os possíveis nomes que se enquadrariam neles. Esse encontro movimentou o meio político piauiense, já que os dois políticos não tinham “as melhores relações políticas”.

O cenário político piauiense se diferenciava dos outros territórios brasileiros. No Piauí, a disputa ficava somente entre os cargos de governador e vice-governador, pois, o próprio senador Petrônio Portella concorreria à reeleição ao Senado. Portella já tinha percorrido quase todos os cargos eleitos na sua carreira política, então, não era pertinente ocupar novamente uma função pública regional, pretendendo consolidar sua influência em no âmbito federal. Mas, o governador Alberto Silva também tinha pretensão de concorrer ao Senado. Contudo, uma lei federal proibia os então governadores concorrerem às eleições. Sobre isso, Joana Silva (2014, p. 87) aponta:

O conflito inicial entre esses grupos viria a ocorrer no pleito de 1974, quando Alberto, assim como os demais governadores dos Estados, foram proibidos de disputar cargos

nessas eleições. Foi uma decisão do Planalto, onde os governadores ficariam impedidos de concorrer a cargos eletivos por determinação do alto comando da ARENA. Alberto, logicamente, seguiria a determinação de seu partido, eximindo-se de colocar seu nome em disputa, no entanto, exigia participar do pleito, indicando pessoas de sua confiança para ocupar cargos eletivos estratégicos como, por exemplo, o de vice-governador.

Além do mais, o governador Alberto Silva apoiava um candidato diferente de Portella, o que criava um impasse na ARENA. Mesmo assim, em entrevista após o encontro, os dois declararam que a “ARENA do Piauí está unida.” (PODE..., 1974, p.5). No entanto, no Piauí, os boatos políticos se davam em torno do acordo entre o senador Portella e o governador Alberto Silva, e de que Petrônio Portella indicaria o governador e o vice-governador, contudo, todas essas notícias foram negadas por Portella (PORTELA ANTECIPA..., 1974).

No dia 22 de maio, o senador Portella chega em Teresina com o intuito de cumprir sua missão no estado. Na Assembleia Legislativa, Portella consultou, um por um, os arenistas sobre suas preferências para o cargo de governador. Logo após, os comentários era que o secretário da saúde e médico, Dirceu Arcoverde, tinha sido o mais cotado entre os políticos arenistas. Contudo, alguns arenistas não estavam muito confiantes que sua indicação teria alguma importância política (NO PIAUÍ..., 1974).

O deputado José Raimundo Medeiros, presidente do diretório regional, dez dias depois da visita de Portella, anunciou Dirceu Arcoverde, secretário de saúde, como candidato da ARENA ao Poder Executivo do Piauí. A sua designação significou um consenso partidário entre o governador Alberto Silva, o senador Petrônio Portella e o ex-governador João Clímaco de Almeida, as principais lideranças que compõem a ARENA piauiense.

A penúltima viagem do coordenador da sucessão estadual ocorreu para Mato Grosso. O estado era um importante território do desenvolvimento da agricultura e pecuária, com um dinamismo econômico crescente. Uma região estratégica para o governo Geisel, sendo que o jogo político está intimamente relacionado aos elementos econômicos e sociais (BOURDIEU, 1989). As expectativas sobre o próximo governador se davam em torno de nomes vindo da área técnica, da área militar ou da área política (ARENA..., 1974).

Em meados de março, os parlamentares arenistas mato-grossenses se reuniram com o presidente nacional da ARENA para exigir uma resolução sobre a questão sucessória do estado. Os deputados estaduais criticaram essa ação da bancada federal, aprofundando as divisões do partido. O deputado estadual, Benedito Conelias, declarou que “não está firmado, pelo menos em Mato Grosso, o critério que será adotado para definir a sucessão.” (PORTO ALEGRE..., 1974, p. 5).

Mato Grosso se dividia, politicamente, em duas zonas: norte e sul. Além disso, as duas principais correntes políticas- partidárias, ex-UDN e ex-PSD, continuavam concorrendo pelos cargos políticos, agora, através da ARENA. Ainda tinham alguma influência na ARENA grupos menores, como ex-trabalhistas e ex-ademaristas. O então governador, José Fragelli, pertencia à antiga legenda da UDN, então, alguns políticos solicitavam que o próximo candidato saísse do grupo dos ex-pessedistas (ARENA..., 1974). O governador Fragelli, em meados de abril de 1974, visitou o senador Portella, em Brasília, com o intuito de discutir os possíveis nome para os cargos de governador e de senador, ele mesmo queria ser candidato ao Senado (FRAGELLI..., 1974), porque, o cargo de senador tinha um significado maior que o próprio cargo de governador, pois era eleição direta.

No dia 28 de maio, o senador Portella viaja para Cuiabá, onde o governador José Fragelli e outros políticos mato-grossenses o esperavam (PORTELA ARTICULA..., 1974). Em seguida, dirigiram-se para o Palácio Filinto Müller, sede da casa legislativa de Mato Grosso, onde o senador Portella fez uma declaração elogiosa ao antigo presidente da ARENA, Filinto Müller. Logo depois, deu seguimento às entrevistas com os 43 representantes da ARENA. No dia 31 de maio de mesmo ano, foi anunciado o nome do Garcia Neto. Em uma entrevista ao jornal, no dia da homologação da sua candidatura à sucessão estadual e do seu vice, Leite de Barros, ambos ex-políticos da UDN, afirma: “Governarei como político, na mais completa acepção do termo.” (NOMES..., 1974, p.5).

4.5 A ÚLTIMA VIAGEM: MINAS GERAIS

Figura 17 - O caldeirão político



Fonte: Hilde (1974o, p. 05).

O imperativo do desenho reproduzido na Figura 17 constitui uma reflexão da vida política quase de maneira mística, marcado com palavras e ações da sucessão mineira, ilustrando, comicamente, a situação arenista mineira. As viagens do presidente da ARENA se completaram em Minas Gerais, no dia 06 de junho de 1974. Naquela ocasião, Portella se encontrou primeiro com o governador Rondon Pacheco, no Palácio da Liberdade, que o recepcionou com um almoço juntamente com as lideranças arenistas. Depois do almoço, o senador Portella se dirigiu para a Assembleia Legislativa, onde políticos arenistas o aguardavam em ambiente festivo. No entanto, alguns deputados emedebistas, aproveitando a oportunidade de muitos políticos reunidos, denunciaram a fraude eleitoral do processo sucessório dos governadores na tribuna da Assembleia, embora não tenha atrapalhado à *Missão Portela* (PORTELA OUVI EM MINAS..., 1974).

No dia seguinte à sua chegada, Portella seguiu mais uma vez para Assembleia Legislativa, onde encontrou com mais de 100 arenistas. A reunião cumpriu o ritual realizado nos outros estados, contudo, o arenista deveria indicar “os três nomes de sua corrente, esta caracterizada pelos antigos partidos, e uma quarta opção envolvendo nome de corrente oposta.” (PORTELA LEVA A GEISEL A SUCESSÃO..., 1974, p.4).

A ARENA mineira se fragmentava, explicitamente, entre três grupos: ex-pessedistas, ex-udenistas e ex-perristas. Porém, o PSD era que tinha mais força eleitoral, o qual defendia que deveria haver um revezamento no Poder Executivo estadual entre as agremiações. Ou seja, Rondon Pacheco pertencia ao grupo dos ex-udenistas, agora, nessas eleições de outubro, teria que ser um candidato ligado ao outro grupo. Uma rotatividade de poder entre os dois maiores ex-partidos, que, em parte, já estava imbricada com a tradição política mineira. Entretanto, alguns “deputados federais mineiros entendem que já deviam ter sido sepultadas as antigas siglas partidárias.” (EM MINAS, EX-PESSEDISTAS..., 1974, p. 4).

Por outro lado, “os deputados da ex-UDN reivindicam que o futuro governador seja de sua facção, que possui 13 deputados federais contra 10 do ex-PSD. Também na Assembleia Legislativa a ex-UDN tem mais representantes que o ex-PSD.” (MDB..., 1974, p. 5). Nessa disputa de ex-partidos pela sucessão do governo estadual, “o ex-PR, que sempre funcionou como o fiel da balança nas eleições mineiras, decidiu entrar para o quadro sucessório, reivindicando para um de seus representantes a prefeitura de Belo Horizonte.” (NO PIAUÍ..., 1974).

O contexto mineiro era um exemplo de como esses grupos partidários disputavam os cargos políticos, por meio da ARENA, mas, ao mesmo tempo, não se consideravam arenistas. O partido do governo funcionava mais como meio de acesso para continuar no jogo político. Embora tivesse a possibilidade de escolha de um nome técnico, não foi cogitado. A *Missão Portella* apresentava o objetivo de unir a ARENA com a finalidade de fortalecer o partido do governo, assim, legitimar os militares no poder. Mas, em Minas Gerais, esse propósito estava muito longe de acontecer, pois, como um político da ARENA falou, “não se cria ou se extingue partido político por decreto” (MANDATO..., 1974, p. 4). Logo, os políticos continuavam se identificando com suas antigas legendas partidárias.

Quanto ao aspecto da demora da viagem de Portella à Minas Gerais, pode-se inferir a questão do mandato do governador que precisou ser reduzido um ano. Anteriormente, Minas Gerais e Rio Grande do Norte eram os únicos estados brasileiros com mandato de 5 anos para governador. Isso estava previsto nas constituições estaduais, contudo, para uniformizar os mandatos em todo o país, decidiram mudar as constituições dos dois estados em 1974. Um outro motivo para ser o último, no ponto de vista de alguns deputados, “é devido, exatamente, ao fato de ser difícil solucioná-la, e por isso o presidente Geisel estaria ganhando tempo para melhor avaliar a situação.” (EM MINAS, EX-PESSEDISTAS..., 1974, p. 4).

Nessas condições, enquanto o coordenador da sucessão estava em outros estados, em Minas Gerais, os arenistas trabalhavam para encontrar um nome de consenso para sucessão e preparar a recepção do senador Portella. O deputado Geraldo Freire “mandou reformar a sede do partido e comprar um jogo novo de estofados para receber o senador” (PORTELA HOJE..., 1974, p.5) e os deputados estaduais se empenhavam para aprovar a emenda constitucional estadual que reduziria o mandato do governador Rondon Pacheco.

Portella passou dois dias em Belo Horizonte. Encerrada sua missão no estado, retornou para Brasília. Dias depois, teve uma audiência com o presidente Geisel. O quadro (1) a seguir é uma síntese do caminho percorrido pelo senador Portella.

Quadro 2 - Percurso da *Missão Portella*

DIA DA VIAGEM	ESTADO	DIA DO ANÚNCIO DO NOVO CANDIDATO	Indicação da <i>Missão Portella</i> Governador
28 mar. 1974	São Paulo (SP)	29 mar. 1974	Paulo Egydio
04 abr. 1974	Rio Grande do Sul (RS)	17 abr. 1974	Sinval Guazzelli
19 abr. 1974	Goiás (GO)	20 abr. 1974	Irapuan Costa Junior
20 abr. 1974	Acre (AC)	31 maio 1974	Geraldo Mesquita
21 abr. 1974	Amazonas (AM)	04 jun. 1974	Henoch Reis
23 abr. 1974	Pará (PA)	29 abr. 1974	Aloysio Chaves
25 abr. 1974	Espírito Santo (ES)	06 jun. 1974	Elcio Alvares
01 maio 1974	Bahia (BA)	15 maio 1974	Roberto Santos
03 maio 1974	Alagoas (AL)	07 maio 1974	Divaldo Suruagy
04 maio 1974	Sergipe (SE)	04 jun. 1974	José Rollemberg Leite
07 maio 1974	Pernambuco (PE)	14 jun. 1974	Mauro Cavalcanti
08 maio 1974	Paraíba (PB)	24 maio 1974	Ivan Bichara
09 maio 1974	Rio Grande do Norte (RN)	04 jun. 1974	Tarcísio Maia
09 maio 1974	Ceará (CE)	15 maio 1974	Adauto Bezerra
14 maio 1974	Paraná (PR)	24 maio 1974	Jaime Canet
14 maio 1974	Santa Catarina (SC)	14 jun. 1974	Konder Reis
21 maio 1974	Maranhão (MA)	25 jun. 1974	Nunes Freire
22 maio 1974	Piauí (PI)	31 maio 1974	Dirceu Arcoverde
28 maio 1974	Mato Grosso (MT)	31 maio 1974	José Garcia Neto
06 jun. 1974	Minas Gerais (MG)	25 jun. 1974	Aureliano Chaves

Fonte: Elaborada pela autora, com base o *Jornal O Estado de S. Paulo* (1974).

Em 25 de junho de 1974, terminavam os objetivos políticos imediatos da *Missão Portella*, com a indicação dos futuros governadores em todos os estados. A eleição indireta pelas Assembleias Legislativas para os governadores foi a primeira, após a unificação da duração dos mandatos para 4 anos em todos os estados.²⁵ Petrônio Portella percorreu os vinte estados brasileiros, “gastou nisso 86 dias, tendo conversado com quase duas mil pessoas e todas as suas viagens foram aéreas, num total de 100 horas” (EM MINAS, A ÚLTIMA..., 1974, p.8).

²⁵ Antes de 1974, a duração dos mandatos para governador era diferente. Nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte o mandato do Poder Executivo Estadual era de 5 anos.

Cabe destacar que a *Missão* também envolveu arranjos e disputas pelos cargos de senadores, os quais ainda mais cobiçados pelos políticos e estratégicos para as intenções do regime de controlar um processo de legitimação de suas imposições. A legislação da época regulamentava que a escolha dos candidatos aos cargos para eleições parlamentares seria realizada na convenção partidária até dia 31 de agosto de 1974, assim, após as convenções, daria início às campanhas eleitorais. Nesse ínterim, os nomes para disputar o Senado iam emergindo durante a *Missão Portella*, foi um complexo jogo político que, em cada estado, ocorreu dentro das suas particularidades.²⁶ Em São Paulo, desde o começo do ano, confirmava o nome do senador Carvalho Pinto para reeleição pela ARENA. No Piauí, também já havia prontamente o candidato ao Senado, nesse caso, a reeleição do Petrônio Portella.

Terminada a triagem para governador, o partido governista se concentrava, agora, na formação da chapa para o Senado, Câmara e Assembleias, além da expectativa de quem seria o vice-governador. Nesse contexto, pode-se verificar, na Figura 18, uma representação crítica sobre o comportamento da ARENA. A charge mostra uma menina, com vários brinquedos, chorando por um, em especial, que se encontra todo quebrado, tal brinquedo é um boneco que representa o MDB, o conjunto dos outros brinquedos é uma alusão à política e a menina é a ARENA.

Ao lado da charge, encontra-se uma reportagem com título *Portela preocupa-se com a sorte do MDB*, evidenciando o debate em torno da representação mínima de senadores pelo MDB. Essa questão preocupava o presidente nacional da ARENA, pois a possibilidade da oposição conquistar mais cadeiras no Senado era mínima, na sua visão. Dessa maneira, o prognóstico que o senador Portella fazia do MDB era que só permaneceria com quatro senadores até 1979 (PORTELA PREOCUPA-SE..., 1974). Assim, na charge, parece que a ARENA lamenta pelo partido da oposição quase destruído, sem identificar o esforço que o MDB vinha fazendo desde começo do lançamento da anticandidatura à presidência da República para crescer no cenário político.

²⁶ Certifica-se, de antemão, que não foi possível discutir a indicação ao senado em todos os estados brasileiros.

Figura 18 - O choro da ARENA



Fonte: Hilde (1974p, p.04).

Assim começava tempo da política. O único momento em que o povo esteve em evidência. É importante ressaltar que, na ditadura militar, houve voto, mas não tinha democracia, uma situação de eleição não é suficiente para significar um regime democrático. Ainda mais levando em consideração as legislações eleitorais e o modo como ocorreram as eleições. Os parlamentares continuaram sendo eleitos por voto direto, por isso, os eleitores tinham importância. No entanto, o regime democrático tem um alcance muito maior do que simplesmente o processo eleitoral, por isso, foi viável permanecerem com as eleições diretas na ditadura.

A campanha eleitoral começou, oficialmente, no dia 15 de agosto de 1974, após a etapa das convenções partidárias. O senador Petrônio Portella continuou viajando pelos estados, embora também estivesse em campanha pelo Piauí, pois a condição de presidente do partido impunha o acompanhamento e a coordenação da campanha eleitoral em outros estados. Portella chegou, inclusive, a gravar propaganda política em outros estados (OTIMISTA..., 1974).

No final de outubro, o ambiente político da ARENA era tenso. Estavam se configurando possíveis derrotas nos estados de São Paulo, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Guanabara para o Senado Federal. Ainda em outubro, Portella mobilizou todos os presidentes

regionais do Brasil para uma reunião, em Brasília, com o intuito de rever as estratégias de campanha e sondar a situação nos estados. Os relatórios dos presidentes regionais mostravam as dificuldades, mas ressaltavam a vitória da ARENA (O ESTADO DE S.PAULO, 1974). Esses relatórios foram repassados ao presidente Geisel através do senador Portella, confirmando a vitória da ARENA (OTIMISTA..., 1974).

No dia 15 de novembro de 1974, ocorreu a eleição parlamentar. O MDB saiu vitorioso e a ARENA derrotada nas urnas. Segundo Maria Alves (2005, p. 226), “na opinião dos estrategistas governamentais, eleições mais livres, com acesso à televisão e ao rádio e claro recuo da coerção, aumentariam a legitimidade do sucesso eleitoral do governo”. A temporalidade da política é marcada pela eleição, que determina o fim de um mandato e o início de um novo. Assim, a *Missão Portella* tinha a expectativa de construção de um partido consistente e estável, para servir de base legítima do governo que os militares vinham promovendo desde 1964. A eleição dos futuros governadores teve influxo em nova liderança política e administrativa em cada estado, e marcou o fim da fase de técnicos no Poder Executivo.

Na figura 19, Hilde representa o encerramento dos trabalhos dos parlamentares, fazendo uma alusão ao fim de ano do período letivo escolar - os políticos são comparados a alunos, com seu material em mãos, correndo, deixando o Congresso Nacional. O fim do mandato de alguns políticos e o início de outros eleitos.

Figura 19 - Encerramento do ano legislativo



Fonte: Hilde (1974q, p.05).

Em 5 de dezembro de 1974, foi encerrada a 7ª Legislatura do Congresso Nacional, reafirmando a aproximação do Executivo com o Legislativo. Ambos os poderes ofereceram coquetéis promovendo a “cordialidade” na classe política. O presidente da Câmara ofereceu um coquetel para os deputados, que receberam a visita de 7 ministros do Governo, o que significava um prestígio para os políticos. Após esse evento, os deputados e os ministros se dirigiram ao Palácio do Planalto, para a recepção do presidente Geisel aos parlamentares dos dois partidos. O presidente Geisel recebeu as lideranças do MDB, deputado Laerte Vieira (MDB/SC) e senador Amaral Peixoto (MDB/RJ), junto com o deputado Célio Borja (ARENA/RJ), a fim de comunicá-los o papel que o MDB deveria incorporar a partir de 1975, na nova legislatura do Congresso, que seria de fiscalizar o governo.

Essa estratégia do governo de estreitar as relações com os políticos foi pensada e definida pelo SNI, nas suas observações a respeito do campo político interno. Tratava-se de endossar o discurso, segundo o qual, a função da oposição era fiscalizar o governo, colaborando com o governo na fiscalização e não na contestação ao governo militar. O MDB vinha aumentando sua contestação ao regime opressor dos militares, denunciando as torturas. A vitória nas urnas ampliava a legitimidade do partido em diferentes setores da sociedade, tornando o MDB uma voz mais potente contra a ditadura. O governo militar reconheceu o resultado das urnas, no entanto, começou agir enquadrando o partido oposicionista na restrita condição de fiscalizador institucional do governo. Os eventos selavam esse final de ano legislativo e eleitoral nos parâmetros do projeto de abertura do governo Geisel, delineando, no campo político, os possíveis e limitados diálogos com a classe política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador Rousso (2016, p. 155) aponta que “escrever a história não é somente um exercício de compreensão e de reflexão, é uma confrontação, um combate com um passado sempre presente”. A *Missão Portella*, nos seus diálogos e seus conflitos, é uma atividade própria do campo político, com a qual se depara cotidianamente. Embora, em outro contexto e com outro agente, a atividade política ainda permanece com suas regras próprias e coerência interna ao campo e suas relações de poder.

A partir da retomada do entendimento com profissionais do campo político, a política se potencializou como palco das disputas e das pressões sob o regime militar. Entretanto, ainda havia, no centro do processo, os militares lidando e delimitando os mecanismos do campo político, mesmo com a proposta do presidente Geisel de abertura lenta, gradual e segura. Nesse contexto, a *Missão Portella* foi um artifício para dialogar com os arenistas de forma individualizada e tendo como principal objetivo a unificação partidária. Buscava, portanto, alguma previsibilidade que garantisse a estabilidade do processo de legitimação do regime.

A *Missão Portella* funcionou de maneira dinâmica, baseada nos diálogos e nas articulações políticas. Petrônio Portella conversava com os seus pares em Brasília, sondando a situação partidária nos estados, depois viajava para um determinado estado e consultava os correligionários. Cada qual poderia indicar ao menos três nomes para ser o candidato da ARENA para as eleições indiretas ao cargo de governador. Retornando à Brasília, Portella fazia relatórios orais ao presidente Geisel e ao ministro Golbery do Couto e Silva, que, por sua vez, faziam uma apreciação levando em consideração também o relatório do SNI.

Quando o governo encontrava um nome de seu agrado, cabia a Portella assegurar sua aceitação junto ao diretório regional do partido, chegando, assim, ao candidato no estado. Depois do anúncio oficial, o futuro governador era recebido em audiência com o presidente Geisel e o ministro Golbery do Couto e Silva, com o intuito de apreender as diretrizes do governo, tanto para o estado quanto para a escolha do vice-governador, que era competência do governador. No entanto, a formação da chapa precisava ter a validação do alto comando do governo. Por conseguinte, o diretório regional se reunia para retificar as candidaturas, sendo a ata da reunião encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), juntamente com os documentos dos candidatos. Além do mais, enviavam-na para a Assembleia Legislativa, para preparar a sessão da eleição indireta do dia 3 de outubro de 1974.

Na trajetória da *Missão Portella*, o consenso partidário, quando existia, era a custo da aprovação do presidente Geisel, ministro da Casa Civil Golbery do Couto e Silva e do

presidente nacional da ARENA, Petrônio Portella. Por trás deles ainda havia o SNI, que investigava todos os possíveis candidatos. Conforme Maria Alves (2005, p. 88) “o SNI tornou-se um poder político *de facto* quase tão importante quando o do próprio Executivo”. Logo, por ocasião das dinâmicas desencadeadas pela *Missão Portella*, isso não foi diferente. Os relatórios do SNI acompanharam todas as escolhas da referida missão e a receptividade dos candidatos na ARENA e no estado. Assim, a pesquisa mostrou que todas as indicações realizadas pela *Missão Portella* não foram resultado de uma escolha pessoal, seja do presidente da República ou do presidente nacional da ARENA, mas uma deliberação dos agentes do governo com a participação do partido. É importante destacar que não havia qualquer menção ao eleitorado constituído pelos cidadãos com direito de votar.

Para ditadura militar, o bipartidarismo era relevante para manter um vislumbre de regime democrático, ou, nas palavras altissonantes da época, para aperfeiçoar as instituições democráticas. Mas, ao continuar com parte do sistema eleitoral funcionando, o regime lidava com o risco calculado de que os eleitores pudessem tomar decisões que escapassem dos limites que eram considerados aceitáveis, por meio do voto. A vitória eleitoral do MDB, de 1974, foi muito importante para a redemocratização do país. O Congresso se tornou mais competitivo, as eleições de 1974 resultou no Poder Legislativo mais combativo, mais confiante de que poderia combater a ditadura acirrando o jogo político com os militares.

O conflito, a disputa e o diálogos são aspectos intrínsecos do campo político. No entanto, para o regime militar, tais características deveriam ser atenuadas ao máximo (MARTINS, 2019). Com isso, *Missão Portella* teve o êxito pela capacidade da retomada dos políticos profissionais ao poder local apresentando um conjunto de questões que superou a dinâmica política-eleitoral formulada pelos militares. Retomou-se o lugar dos políticos tradicionais, nos seus estados, após um período governado por técnicos.

A investigação percorreu todos os estados brasileiros. Mas, como visto, o novo Rio de Janeiro, agora com a fusão de Guanabara e Rio de Janeiro, teve o governador nomeado diretamente pelo presidente Geisel e não recebeu a *Missão Portella*.

Diante disso, pode-se concluir que as culturas políticas locais foram mais representativas do que as intervenções do Estado autoritário em tentar romper com essas estruturas. Os políticos permaneceram mais com as práticas patrimoniais e clientelistas do que aderiram ao projeto do governo. A disputa política representada na imprensa deixou evidenciado a permanência de uma cultura política do Período Democrático (1945-1964), aliás, os acordos, as negociações e as acomodações também são aspectos da cultura política brasileira. Além disso, “as divergências regionais entre os ex-partidários da UDN e do PSD” (MARTINS,

2019) não se atenuaram ao longo dos anos, permaneceu latente e, no momento que elas puderam se manifestar, vieram à tona na disputa para os cargos de governador, vice-governador e senador.

De um lado, a missão foi pautada em uma tradição de conciliação/acomodação que visava encobrir os conflitos ou tentar superar as divisões arenistas com base nos arranjos políticos resultados do consenso. As viagens do senador Portella foram pensadas de forma pragmática, com a pretensão de reduzir as tensões. Do outro lado, há as particularidades regionais que integram as culturas políticas que os políticos estão inseridos. As disputas políticas eram intensas, no nível regional, entretanto, a nível federal, havia um controle maior e mais autoritário por parte dos militares.

Assim, com a movimentação eleitoral nos estados, a emergência dessas culturas políticas, integrando e ao mesmo tempo disputando, foram mais visíveis. Embora houvesse diretrizes estabelecida pelo Poder Executivo federal para o Poder Executivo estadual seguir unificando o partido, muitos estados não aderiram a essa determinação, o que se viu foi, em cada região, ocorrendo-se suas peculiaridades políticas de décadas. Tal entendimento parte do fato de que “as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores” (MOTTA, 2018, p. 113)

Eis então que, encerrado o tempo da eleição, a ARENA foi derrotada na eleição parlamentar direta. A *Missão Portella* foi culpada de dividir ainda mais o partido, afinal, criticar a presidência nacional da ARENA era mais fácil do que comprometer o presidente da República. Sejam quais forem os motivos da derrota da ARENA, é indispensável reconhecer que houve um esforço da classe política de disputa pelo poder, tendo em vista o esvaziamento quase total do Poder Legislativo nos governos militares anteriores. A *Missão Portella* se tratou de um avanço na política, por se fazerem presente os políticos que não teriam a oportunidade de ir à Brasília para se encontrarem com Petrônio Portella. Qualquer fala contra o governo, a revolução ou os militares estava correndo perigo de perder seu mandato, ser preso, torturado ou até mesmo desaparecido.

Dessa forma, o ano de 1974 se encerrou com a certeza da necessidade de renovação, no quadro político, da ARENA e das mesas diretoras do Congresso. Além disso, o regime não podia abrir mão do bipartidarismo e do AI-5. Em paralelo, o reconhecimento da vitória do MDB, no pleito do dia 15 de novembro daquele ano, pelo presidente Ernesto Geisel, fortaleceu o retorno do jogo político no cenário nacional. A ARENA, de sua parte, perdeu a eleição parlamentar para o Senado e sua imagem para o presidente da República ficou deslegitimada

como partido de base de apoio. Um breve e fugaz vitorioso foi o próprio senador Petrônio Portella, que ganhou uma credibilidade junto ao presidente Geisel, da qual pouco poderia desfrutar.

REFERÊNCIAS

1 FONTES DOCUMENTAIS

1.1 Sites Consultados

<https://commons.wikimedia.org>

https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_eg

HILDE Weber. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23325/hilde-weber>>. Acesso em: 10 de dez. 2020. Verbete da Enciclopédia.

1.2 Charges

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.333, 15 fev. 1974a, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.297, 4 jan. 1974b, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 364, 23 mar. 1974c, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 367, 27 mar. 1974d, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 370, 30 mar. 1974e, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 372, 2 abr. 1974f, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 375, 5 abr. 1974g, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 391, 25 abr. 1974h, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 409, 17 maio 1974i, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 421, 31 maio 1974j, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 462, 18 jul. 1974k, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 416, 25 maio 1974l, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 399, 5 maio 1974m, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 405, 12 maio 1974n, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 435, 16 jun. 1974o, p.5.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 458, 13 jul. 1974p, p.4.

HILDE, Weber. Charge. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 583, 6 dez. 1974q, p.5.

1.3 Notícias

Petrônio reafirma o apoio dos Arenistas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 94, n. 30.205, 15 set. 1973, p. 5.

Geisel fala hoje à Nação, já como candidato oficial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 94, n. 30.205, 15 set. 1973, p. 5.

Arena ratifica escolha de Geisel e Adalberto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 94, n. 30.205, 15 set. 1973, p. 5.

Após acordo, Ulisses pode falar na eleição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.298, 5 jan. 1974, p. 4.

Torres garantiu paz para Colégio Eleitoral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.299, 6 jan. 1974, p. 4.

Senado mostra como funcionará o colégio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.300, 8 jan. 1974, p. 4.

400 votos elegem Ernesto Geisel. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.307, 16 jan. 1974, p. 4.

Apenas um ritual, sem emoções. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.307, 16 jan. 1974, p. 4.

Ulisses: povo é capaz de votar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.307, 16 jan. 1974, p. 5.

Pleito indireto é legítimo e deve continuar, diz Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.307, 16 jan. 1974, p. 6.

Portela prepara logo a escolha de governadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.321, 1 fev. 1974, p. 4.

Portela examina com Geisel leis eleitorais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.324, 5 fev. 1974, p. 5.

Geisel intervém e une Arena gaúcha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.327, 8 fev. 1974, p. 5.

Criticando apelo ao futebol. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.333, 15 fev. 1974, p. 4.

Portela reconhece que Geisel traz novo estilo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.346, 1 mar. 1974, p. 4.

“O ESTADO” recebe a Pena de Ouro de 74. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.346, 2 mar. 1974, p. 5.

Delfim Netto e Buzaid discutem a sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.348, 5 mar. 1974, p. 6.

Sucessão é questão aberta, diz Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.355, 13 mar. 1974, p. 6.

Portela traz hoje a decisão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.367, 26 mar. 1974, p. 4.

Arena mato-grossense quer solução política. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.366, 26 mar. 1974, p. 4.

Candidato surgirá numa semana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.367, 27 mar. 1974, p. 5.

Condenado o processo de escolha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.368, 28 mar. 1974, p. 5.

Natel conversa com um dos candidatos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.368, 28 mar. 1974, p. 6.

Natel anuncia sucessor hoje. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.369, 29 mar. 1974, p. 4.

Os contatos finais de Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.369, 29 mar. 1974, p. 4.

Natel anuncia que Geisel escolheu Egídio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.370, 30 mar. 1974, p. 4.

Porto Alegre é a nova etapa de Petrônio Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.371, 31 mar. 1974, p. 5.

Portela ouve Geisel antes de encaminhar sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.373, 3 abr. 1974, p. 4.

Geisel promete todo apoio a Paulo Egydio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.374, 4 abr. 1974, p. 5.

C.B.V.. Na sucessão gaúcha, o teste para Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.374, 4 abr. 1974, p. 3.

Portela vai hoje a Porto Alegre definir sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.374, 4 abr. 1974, p. 6.

Portela deixa o Sul sem dizer nome do candidato. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.376, 6 abr. 1974, p. 4.

Fragelli e Portela discutem sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 377, 7 abr. 1974, p. 4.

Nos próximos dias, a Arena gaúcha anuncia o candidato. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.378, 9 abr. 1974, p. 5.

Portela leva a Geisel resultado dos contatos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.379, 10 abr. 1974, p. 4.

Com a sucessão, Geisel quer fortalecer a Arena. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.380, 11 abr. 1974, p. 5.

Pode sair hoje nome escolhido para o Sul. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.384, 17 abr. 1974, p. 5.

Deputado Sinval Guazelli será o governador gaúcho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.385, 18 abr. 1974, p. 5.

Sai hoje o candidato ao governo de Goiás. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.387, 20 abr. 1974, p. 4.

Irapuan é candidato ao governo de Goiás. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.388, 21 abr. 1974, p. 05.

Divisão na arena torna difícil a Missão de Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.390, 24 abr. 1974, p. 5.

Poderá sair amanhã o nome para o Pará. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.392, 25 abr. 1974, p. 4.

Gerhardt deseja impor nome a Petrônio Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.392, 26 abr. 1974, p. 4.

Composição das chapas atrasa os novos nomes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.393, 27 abr. 1974, p. 4.

Missão Portela pode ir até o fim de maio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.394, 28 abr. 1974, p. 6.

Aluísio Chaves é indicado para governador do Pará. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 395, 30 abr. 1974, p. 5.

Tentativa de unir apenas revela a fraqueza arenista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 395, 30 abr. 1974, p. 5.

Portela examina sucessão baiana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.396, 1 maio 1974, p. 4.

Portela inicia na Bahia nova etapa da sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.397, 3 maio 1974, p. 4.

Sucessão define-se para mais 4. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.399, 5 maio 1974, p. 4.

No Recife, velhos esquemas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.399, 5 maio 1974, p. 5.

Portela hoje no Recife. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.400, 7 maio 1974, p. 5.

Divaldo Suruagy é escolhido em Alagoas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.400, 7 maio 1974, p. 5.

Missão de Portela no NE termina no Ceará. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.402, 9 maio 1974, p. 4.

Em Minas, ex-pessedistas querem influir na escolha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.402, 9 maio 1974, p. 4.

Agora, 9 estados esperam os nomes dos governadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.403, 10 maio 1974, p. 4.

Mandato reduzido. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.403, 10 maio 1974, p. 4.

MDB sente-se favorecido pela *Missão de Portela*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.404, 11 maio 1974, p. 5.

Posição de Ney pode definir. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 405, 12 maio 1974, p. 4.

Portela encaminha sucessão no Paraná e Santa Catarina. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.406, 14 maio 1974, p. 5.

Da Bahia e Ceará os novos governadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.408, 16 maio 1974, p. 4.

Surgem críticas a Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.409, 17 maio 1974, p. 5.

Mais 2 nomes estão praticamente certos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.410, 18 maio 1974, p. 5.

Portela antecipa visita ao Maranhão e Piauí. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 412, 21 maio 1974, p. 5.

Tensão da espera provoca a ironia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 412, 21 maio 1974, p. 5.

Na *Missão Portela*, pressa e nervosismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.413, 22 maio 1974, p. 4.

No Piauí, Portela obtém o consenso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.414, 23 maio 1974, p. 6.

Conet e Bichara escolhidos para o Paraná e a Paraíba. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.416, 25 maio 1974, p. 5.

Portela articula hoje a sucessão mato-grossense. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.418, 28 maio 1974, p. 6.

Espera provoca clima tenso entre arenistas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 421, 31 maio 1974, p. 5.

Escolhidos governadores para mais três estados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n.30.422, 1 jun. 1974, p. 5.

Escolhidos 3 governadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.451, 5 jun. 1974, p. 4.

Portela ouve em Minas arenistas de 3 facções. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.427, 7 jun. 1974, p. 5.

Elcio Alvares indicado para o Espírito Santo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.427, 7 jun. 1974, p. 5.

Sarney rompe com Neiva. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 428, 8 jun. 1974, p. 5.

Em Minas, a última etapa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 428, 8 jun. 1974, p. 5.

Portela leva a Geisel a sucessão em Minas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 429, 9 jun. 1974, p. 4.

Técnicos dificultaram sucessão, diz Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 433, 14 jun. 1974, p. 3.

Indicados 2 novos governadores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.434, 15 jun. 1974, p. 5.

Com Maranhão e Minas encerra-se a sucessão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.443, 26 jun. 1974, p. 4.

Geisel sanciona a lei que cria novo Estado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 448, 2 jul. 1974, p. 5.

Portela preocupa-se com a sorte do MDB. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 458, 13 jul. 1974, p. 4.

Nomes para Senado ainda agitam políticos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 459, 14 jul. 1974, p. 5.

Portela afirma que não há razão para novos partidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 460, 16 jul. 1974, p. 4.

Para Thales a tese de Portela é subversiva. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 461, 17 jul. 1974, p. 4.

Líder arenista julga-se ofendido e não responde. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 462, 18 jul. 1974, p. 5.

Aleixo não desiste do terceiro partido. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 462, 18 jul. 1974, p. 5.

Um arenista também discorda de Portela. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 463, 19 jul. 1974, p. 4.

Inação dos candidatos começa a preocupar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 466, 23 jul. 1974, p. 4.

Geisel anuncia novo governador: Faria Lima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.510, 12 set. 1974, p. 4.

Carola irá a Portela com relato otimista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 544, 22 out. 1974, p. 4.

C.T.A., fidelidade à Arena pode dar recompensa a Maluf. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 544, 22 out. 1974, p. 04.

Otimista, Arena encerra exame do quadro eleitoral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30.547, 25 out. 1974, p. 4.

Cesar Cals desafia oposição a comprovar as suas críticas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 95, n. 30. 547, 25 out. 1974, p. 4.

1.4. Documentos do Arquivo Ernesto Geisel

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 05/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 15, jun. 1974a, p.1.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 03/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 25, maio. 1974b, p.2.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 05/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 15, jun. 1974c, p.1.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 03/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 25, maio. 1974d, p.3.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 04/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 5, jun. 1974e, p.2-3.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 03/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 25, maio. 1974f, p.2.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 05/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 15, jun. 1974g, p.2.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 06/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 25, jun. 1974h, p.2.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 05/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 15, jun. 1974i, p.2.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 02/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 16, maio 1974j, p.1.

SNI, APRECIÇÃO SUMÁRIA, n. 05/74. Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.03.00/1, 15, jun. 1974k, p.1.

FERREIRA, Heitor Aquino. **Um detalhe eleitoral para o modelo político brasileiro.** Arquivo Ernesto Geisel- EG pr 1974.07.10, 28 jul. 1974, p.1-5.

2 BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru-SP: Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento.** Bauru: Edusc, 1999.

BAHIENSE, Daniel de Albuquerque. **O soldado e o intelectual: um estudo sobre a trajetória política de petrônio portella**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar** (o que vi e sofri nos idos de 1964). Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília e outros. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-45.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, Aloysio Castelo. Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985). **Revista Militares e Política**, nº9, jul-dez. 2011, p. 83-104.

CASTRO, Celso; D' ARAUJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.5, n.11, abr.1991, p.173-191.

CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. **Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971-1984)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

DUARTE, Bruno Sobroza. **A experiência eleitoral da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) no estado do Espírito Santo nas eleições de 1974: os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DUWE, Ricardo. **Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na Arena catarinense (1971-1975)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) –

Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santo Catarina, Florianópolis, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A.A. (org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 163-203.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da Anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Ministério da Justiça, n. 4, jul/dez 2010. Brasília: Ministério da Justiça, 2011, p. 318-333.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr., 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965- 1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, v. 1, n. 1, 2006. p. 35-58.

KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice (org.). **História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia**. Itajaí,SC: Casa Aberta,2016. p. 59-76

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira. *Et. al.Coleção história do tempo presente: volume I*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 72 - 107.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos, e por Meio dos Periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p.111 - 153.

MANFFRÉ, Daniel Capucci. **Arena paulista**: a trajetória do partido sob o ponto de vista dos conflitos na coalizão dominante estadual (1965-1979). 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MARTINS Filho, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). 2. Ed., São Paulo: Alameda, 2019

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Não paginado.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 9 nov. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de S. Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, mai.- ago. 2017, p. 367-379.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v.14, n.26, p.62-85, jan./jul. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09 - 39. maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180308182016009> Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308182016009> Acesso em: 9 fev. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. **Petrônio Portella**- depoimentos à história política brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PROST, Antoine. Os tempos da história. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.95-114.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira**. 2001. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Política) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. Teresina: Zodíaco, 2009.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Resenha de: FICO, Carlos. Concordata Moral. **Topoi**. Revista de História, rio de janeiro, v. 03, n. 04, p. 191-199, jan./jul. 2002. Disponível em: www.revistopoi.org. Acesso em: 01 jan. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA Neta, Joana Gomes da. **Partidos e o regime autoritário militar: uma análise da Arena e do MDB no Piauí, 1964-1979**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella: uma biografia**. Teresina: Ed. Do autor, 2012.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (org.). BRASIL, violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. E-book. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.